

EDIÇÃO DE FIM DE SEMANA - DISTRITO FEDERAL

Brasília, Sexta-feira, 9 a domingo, 11 de Janeiro de 2026 www.correiodamanha.com.br Ano CXXIV Nº 24.933 DF: R\$ 4,00 Outros estados R\$ 5,00

Nova política de arborização urbana obriga GDF a priorizar áreas mais vulneráveis

BRASILIANAS (WILLIAM FRANÇA) - PÁGINA 20

Veto à dosimetria: novo embate com Congresso

Presidente vetou integralmente projeto que reduz penas na cerimônia que lembrou os três anos do 8 de janeiro

PÁGINA 6

Fachin afirma que Estado Democrático de Direito “está em crise no mundo contemporâneo”

O STF promoveu uma programação especial aberta ao público para lembrar os três anos dos ataques de 8 de janeiro. O presidente do tribunal, ministro Edson Fachin, em seu discurso, destacou que o Estado Democrático de Direito “está em crise no mundo contemporâneo”. A solenidade teve uma mesa redonda com especialistas, uma roda de conversa com jornalistas e a exibição do documentário “8 de janeiro: Mãos da Reconstrução”.



Luiz Silveira/STF

Annelize Tozetto/Divulgação

DF amplia vacinação contra gripe até dia 31

O Distrito Federal resolveu ampliar até o dia 31 de janeiro a vacinação contra a gripe nos postos de saúde.

O objetivo é aumentar a cobertura vacinal, que está em 55%, índice considerado muito abaixo do ideal

PÁGINA 19

VINICIUS LUMMERTZ

A nova forma da velha América

PÁGINA 4

DORA KRAMER

Escândalo do Banco Master só começou

PÁGINA 2

#cm
2
FIM DE SEMANA

Um ator em rotação, translação e reinvenção

Caio Blat volta ao palco com a peça **‘Os Irmãos Karamázov’**, da qual é **codiretor**. Também **brilha na TV** no resgate de **‘Proibido Proibir’**, **prepara espetáculo** à base de **Kafka** e tem **longas inéditos** por lançar. **Páginas 1 e 2**

“Golpe”: palavra segue marcando o debate

Os atos de quinta-feira demonstram que a discussão sobre se houve ou não golpe continuará marcando o debate eleitoral. Até porque não parece haver espaço para discutir políticas públicas

CORREIO POLÍTICO (LAGO) PÁGINA 5

TCU recua de inspeção no BC sobre o Banco Master

Como antecipado pelo colunista Tales Faria, o ministro do TCU, Jhonatan de Jesus, desistiu de manter a inspeção do tribunal sobre o Banco Central para investigar a liquidação

PÁGINA 7

Caixa preta de fundo bilionário do CBMERJ

Começa o ano e os boletos chegam. Entre eles, o da taxa de incêndio. Com valor baixo, muitos pagam. Mas o que ninguém sabe é a transparência e como ele é gasto pelo Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

MAGNAVITA - PÁGINA 3

O cárcere poderá ressocializar Bolsonaro?

TALES FARIA PÁGINA 4

DF organiza esquema de segurança do Candangão

PÁGINA 19

Dora Kramer*

Escândalo do Master só começou

As fraudes de longa data do Banco Master -apontadas pelo mercado financeiro e pelo Ministério Público-, que resultaram na liquidação em novembro pelo Banco Central, marcam mais um na série de escândalos com os quais nos habituamos a conviver.

Esse caso, no entanto, exhibe uma peculiaridade: tão ou mais escandalosa que as falcatrúas do controlador, Daniel Vercaro, é a rede de proteção formada para contestar a decisão da autoridade monetária.

As razões ainda são obscuras, mas o objetivo foi traduzido nas palavras do ex-presidente do BC Armínio Fraga: “Tem muita gente querendo assar uma pizza do tamanho do Maracanã”, disse ele em entrevista ao O Estado de S. Paulo na última terça-feira (6).

Suspeita plenamente justificada pelas movimentações dos subterrâneos do poder onde Vercaro construiu uma teia de relações que, ao juízo dele, lhe permitiriam levar seus negócios com segurança e exibicionismo pelo terreno da lucrativa enganação.

Há sujeitos ocultos trabalhando para de algum modo amenizar a situação, o que não é

de se estranhar, e cujos modus operandi o então senador Romero Jucá explicitou na ideia de “estancar a sangria” mediante acordos “com o Supremo, com tudo”.

Falava com conhecimento de causa sobre a possibilidade de se anularem as consequências da Lava Jato. Acertou e, pelo visto, difundiu a metodologia agora aperfeiçoada no intuito de não deixar que a sangria se instale.

A malfadada novidade aqui é ver o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Contas da União arrastados ao campo da suspeição por conivência, mediante decisões individuais dos ministros Dias Toffoli, no STF, e Jhonatan de Jesus, no TCU.

Ambos precisaram recuar de providências mais danosas à imagem das instituições, mas a ultrapassagem da linha da compostura institucional está dada e não tem conserto.

A menos que os colegiados dessas instâncias abandonem o recato corporativista e se coloquem claramente em oposição a jabutis que, sabemos, só sobem em árvores por ação das mãos de gente.

*Jornalista e comentarista de política

Alexandre Garcia

Trapezistas sem rede

O ex-presidente do Supremo, ex-decano, Celso de Mello, escreveu no Estadão do dia de Natal: “A democracia começa pela ética de juízes”. E defendeu urgência por uma solução “que impeça qualquer aparência de favorecimento, dependência ou proximidade indevida com interesses privados e governamentais.” Ele defendia um código de conduta “moralmente necessário”. Gilmar Mendes não acha necessário. Nem eu, se a sabatina do Senado tivesse o dom que perscrutar o caráter do sabatinado, para saber se, de berço, a família tivesse lapidado na medula da então criança valores éticos que ficam gravados para toda a vida. Um ser bem formado jamais admitiria, como juiz, julgar causa de partido ou instituição a que houvesse antes servido, ou decidir em ação que tivesse envolvimento de alguém de sua própria família. Isso seria impossível num caráter bem-formado.

Imagine, então, um contrato de serviços advocatícios genéricos, indefinidos, que rendesse 3,6 milhões de reais por mês, com o escritório da família de um ministro do Supremo. Um contrato assim, por si, grita com eloquência sua impossibilidade ética. O Presidente Edson Fachin percebeu a gravidade histórica dos desvios éticos e propõe um código de conduta que não deveria ser necessário. Um código que é mais para inglês ver, porque quem não segue à risca a Constituição e confunde ser intérprete com ser reescrevedor da Magna Carta, dificilmente seguirá o código. O Supremo, depois dos alertas de Fux sobre o envolvimento político, entregou-se ao ativismo na gestão Barroso; está acima do Conselho Nacional de Justiça, da Lei Orgânica da Magistratura, do Senado(por permissividade de seus presidentes) e da própria Constituição, que deveria guardar. Agora paga pelo risco de levar, sem rede, como o trapezista que acha que pode voar.

Celso de Mello falou sobre afastar suspeitas,

aparências de desonestidade. É como a lição da mulher de César. As mulheres de césares do Supremo faturaram muito, mas a que preço? Toffoli criou ação sem Ministério Público para investigar os investigadores da Receita Federal, que queriam saber sobre movimentações financeiras volumosas de mulheres de ministros. Depois, para calar a crítica a um ministro “amigo do amigo de meu pai”; quando o celular de Tagliaferro revelou abusos, ele foi denunciado em vez de investigar o modus operandi - foram saltando de trapézio em trapézio, reforçando a convicção de que poderiam voar, que não estavam sob o escrutínio da mídia nem da fonte do poder, o povo, e seus representantes. E desconsideraram que só o voto dá legitimidade para legislar. Esqueceram que são servidores do público com grave responsabilidade, porque guardam a Constituição.

Agora estranham que a mídia calada por tanto tempo resolveu voltar à sua missão original, alcançado o objetivo de anular Bolsonaro. Talvez os trapezistas tenham sido estimulados para essa missão, mas agora que Bolsonaro foi condenado e está inelegível, aquela mídia das omissões sente que precisa recuperar a credibilidade, assinantes e audiência. “Cortem-lhes a cabeça” - parece ordenar, todos os dias, a Rainha de Copas. O passado omitido é desenterrado e vira notícia do dia. E parlamentares de oposição interrompem as férias para começar as execuções. E, como cobri a Constituinte, registro como atual o discurso do Presidente Dr. Ulysses, no dia da promulgação: “Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o maldito caminho: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio e o cemitério.”

Fachin sugere uma rede para aparar o Supremo em queda. Talvez já seja tarde. A lei da gravidade não conseguem revogar.

EDITORIAL

Um acordo comercial longe da equidade

A França tem razões sólidas para vetar o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, sobretudo se quiser manter coerência entre seu discurso político, seus compromissos ambientais e a proteção de seu modelo social e agrícola. Não se trata de rejeitar o comércio internacional em si, mas de reconhecer que este acordo, tal como está formulado, impõe custos desproporcionais a setores estratégicos franceses e europeus, sem garantias reais de benefícios equivalentes.

Em primeiro lugar, o acordo ameaça diretamente a agricultura francesa, especialmente a pecuária. Produtores europeus são submetidos a normas rigorosas em matéria sanitária, ambiental e de bem-estar animal, o que eleva custos e reflete escolhas sociais legítimas. Em contrapartida, produtos oriundos do Mercosul podem entrar no mercado europeu sem obedecer aos mesmos padrões, criando uma concorrência desleal. Isso não apenas fragiliza milhares de agricultores franceses, como também mina a credibilidade das políticas agrícolas e ambientais da própria União Europeia.

Além disso, o impacto ambiental do acordo é profundamente preocupante. Países do Mercosul, em especial o Brasil, têm histórico recente de enfraquecimento da proteção ambiental e de aumento do desmatamento, inclusive na Amazônia. Facilitar exportações

agrícolas ligadas à expansão de áreas de cultivo e pastagem contradiz frontalmente os compromissos climáticos assumidos pela França e pela UE no Acordo de Paris. Vetar o tratado é, nesse contexto, um gesto de coerência ecológica, não de protecionismo.

Outro ponto central é o desequilíbrio econômico do acordo. Os ganhos previstos concentram-se majoritariamente em grandes empresas exportadoras e em setores industriais específicos, enquanto os prejuízos recaem sobre agricultores, pequenas explorações familiares e territórios rurais já fragilizados. A promessa de crescimento econômico abstrato não compensa a perda de empregos locais, o aumento da precarização e o aprofundamento das desigualdades regionais.

Por fim, há uma questão democrática. O acordo foi negociado durante anos com baixa transparência e limitada participação da sociedade civil. Vetá-lo seria também um sinal de que decisões estruturantes para o futuro econômico, social e ambiental da Europa não podem ser tomadas sem amplo debate público e garantias claras de respeito a valores fundamentais.

Diante desses fatores, o veto francês não deve ser visto como um obstáculo ideológico, mas como uma escolha responsável em defesa da agricultura, do meio ambiente, da justiça social e da coerência política europeia.

Opinião do leitor

Esperança

O que esperar de 2026? Haverá paz onde reina o conflito? O que nos reservam a economia e a política? Que 2026 traga boas notícias para todos! Um provérbio alemão diz: “A esperança é a última a morrer”.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Thiago Ladeira e Anderson Sá

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo:
Campinas:

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

Por Cláudio Magnavita *

Começa o ano e os boletos de taxas chegam. Uma verdadeira enxurrada: IPTU, IPVA, seguros, Matrícula de Escolas e o boleto da Taxa de Incêndio. Este último, geralmente, transvestida de ação de cidadania. Como é relativamente pequeno — R\$ 44,66 para imóveis de até 50m² residenciais e R\$ 89,32 para comerciais, ou ainda, R\$ 111,60 (residencial) e 133,93 (comercial) para até 80 m² — é pago sem maiores discussões. Até 500m² o valor é R\$ 1.250,08 e até 1.000 m², R\$ 2.232,32. Elas passam despercebidas.

■O grande problema é a falta de transparência e ausência de prestação de contas anuais de como é utilizada a arrecadação. O último dado público disponível é de 2010, quando o fundo arrecadou R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões). Com as correções e novos mecanismos de cobrança, esta cifra disparou. A estimativa é que em 2026 ela ultrapasse R\$ 800 milhões e queça a barreira de R\$ 1 bilhão.

■Em março de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade da taxa no Rio de Janeiro, o que estabilizou o fluxo de caixa do fundo, que havia sido ameaçado por decisões judiciais anteriores. Os tributaristas acreditam que em 2026 haverá o recorde dos recordes, e que a taxa possa ultrapassar os R\$ 2 bilhões.

■A falta de transparência é do Corpo de Bombeiro (CBMERJ), único responsável pelas arrecadações e gestão desta fortuna, através do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros (Funesbom). Quem entra no seu site, <https://www.funesbom.rj.gov.br>, vai descobrir como pagar, como emitir boletos, como emitir certidões de quitação, tudo voltado a arrecadar. O esforço absoluto é para fazer caixa (Imagem I). Não há uma única linha destinada à prestação de contas. Na aba transparência, a página que seria dedicada à receita total e como ela é gasta está fora do ar (imagem II).

Sociedade civil excluída
O contribuinte não tem voz e nem opina o uso do fundo. Ele é gasto exclusivamente por militares, sem nenhuma participação da sociedade civil, que é base da geração deste recurso bilionário. ■De acordo com a Portaria CBMERJ nº 1218/2023 e o Decreto Estadual nº 11.299/1988, o conselho é composto por membros natos da cúpula, tendo como presidente o Comandante-Geral do CBMERJ (atualmente o Cel BM Tarciso Antonio de Salles Junior). Como membros efetivos,

o Chefe do Estado-Maior Geral (atualmente o Cel BM Sarmento), o Diretor Geral de Finanças do CBMERJ e o Diretor Geral de Apoio Logístico do CBMERJ. As deliberações são deste grupo exclusivo, ou seja, como disse um coronel da reserva à coluna: “é a raposa tomando conta do galinheiro”. ■O decreto de 1988 foi assinado pelo governador Moreira Franco e a portaria 1218/2023 pelo então Comandante Geral, Coronel Leandro Monteiro. Como reza, o Decreto de 1988, o CONSAD,

será assessorado por um representante do Gabinete do Governador, dois representantes da Secretaria de Estado da Casa Civil, um representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, um representante da Secretaria de Estado de Defesa Civil, por indicação dos respectivos Titulares das Pastas. Cadê os representantes dos contribuintes ou da sociedade civil organizada, como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB?



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

A caixa preta do bilionário Funesbom. As taxas de incêndio chegam anualmente e a prestação de contas não

Contribuintes e sociedade civil não opinam sobre gastos milionários do fundo, que são decididos por apenas quatro militares



Imagem I - Existe um espaço na página da transparência dedicada à Taxa de Incêndio



Imagem III- Espaço dedicado a cobrar a taxa, para uso do contribuinte, funciona perfeitamente



Imagem II - Só que a página não existe, ou seja, nenhuma informação sobre o uso taxa de incêndio

■Ficam fora também representantes dos poderes legislativos e dos poderes executivos municipais e do judiciário. Os prefeitos deveriam ter representantes, já que as decisões impactam o estado. Da mesma forma a Alerj: deveria ter assento. Ter representantes do Ministério Público e do Tribunal de Justiça daria total transparência, principalmente por mexer com o dinheiro público. ■Como consta no decreto, as demais pastas participam como assessoramento, sem nenhum poder deliberativo, e ainda serão remuneradas pela participação. ■O decreto e a portaria determinam: “a comprovação da participação em reunião, será efetuada por meio de registro em ata”. As atas não servem apenas para pagamento do JETON. Deveriam ser públicas, para o conhecimento do que fora decidido. Cadê elas? Na aba de transparência do site do Fundo, não existem. ■O CBMERJ emite alertas constantes sobre golpes envolvendo o envio de e-mails falsos e boletos fraudulentos. A recomendação oficial é sempre emitir a guia diretamente pelo site do Funesbom.

■Em anos anteriores, houve problemas massivos com mais de 900 mil boletos que apresentavam erros nos códigos de barras ou valores acima do descrito, gerando confusão e cobranças indevidas diretamente em contas bancárias. ■A emissão de milhares de boletos e a sua distribuição já é algo que merece transparência máxima pelos números envolvidos. Qual a empresa que foi contratada para as emissões e quem faz a distribuição? Informações que deveriam ser públicas. Legalmente, o montante arrecadado deve ser aplicado exclusivamente em reequipamento e modernização do CBMERJ; prevenção e combate a incêndios; buscas e salvamentos; e capacitação de pessoal técnico. ■As viagens internacionais anuais de dezenas (ou centenas) de bombeiros para visitas técnicas na Europa e Estados Unidos são pagas com a rubrica de capacitação. Alguém já viu um relatório sobre os gastos destas excursões ao exterior? ■Por que a existência desta Caixa Preta fechada a sete chaves com cifras (bi)milionárias? O mesmo empenho e eficiência em arrecadar deveria ser também para relatórios públicos e divulgados em balanço, através de coletivas de imprensa e publicação na mídia. ■Se a corporação já sofre com problemas de imagem com a existência de ex-oficiais no papel de empresários da área de licenciamentos, equipamentos e bombeiros civis como a mídia tem denunciado, porque continuar deixando que a decisão de gastos de uma verba tão bilionária fique restrita a quatro oficiais, sem a prestação de contas ao contribuinte e a sociedade civil organizada? Esta transparência ajudará a demonstrar que a capacitação chega também aos praças e suboficiais e não fique restrita a uma elite de dezenas de privilegiados, que fazem viagens ao exterior com o dinheiro do contribuinte. ■Quem for pagar, a partir de 02 de fevereiro, o boleto da taxa de incêndio, deve saber que estará entregando sua taxa a gestão destes quatro oficiais, que poderão usar da forma que quiserem nas rubricas indicadas e que não haverá relatório público destes gastos. ■O Governador Cláudio Castro deveria exigir que o atual comandante abra a caixa preta e que o Fundo publique no site e na mídia o balanço dos últimos anos. Além de tornar acessível as atas do Conselho.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã

Fernando Molica

Venezuela virou Porto Rico

As últimas declarações do governo norte-americano indicam que a palavra “invasão” deixou de ser a mais adequada para definir o que houve na Venezuela — o mais correto é falar em anexação.

O país, que era independente desde 1811, passou a ser uma colônia dos Estados Unidos, uma espécie de mega Porto Rico (a ilha é, oficialmente, um “estado livre associado”).

A capital da Venezuela jamais mereceu tanto ser associada à exclamação que, entre nós, brasileiros, há anos é usada para substituir uma palavra tida como de baixo calão: Caracas!

Não se pode chamar de independente um país que recebe, calado, a determinação de que a partir de agora sua única riqueza relevante, o petróleo, passará a ser controlada por uma outra nação, a mais poderosa de todas.

Não foi à toa que Donald Trump, sábado, disse que os EUA é que iriam controlar a Venezuela — ele é, de fato, o novo presidente do nosso vizinho.

Manda tanto que decidiu e anunciou: o dinheiro que os venezuelanos receberão da exploração do petróleo — que voltará a ser controlada por empresas norte-americanas — terá que ser gasto na compra de produtos fabricados nos Estados Unidos.

Trata-se da aplicação de um padrão colonialista já aplicado no Brasil por Portugal que, depois, terceirizou o privilégio para a Inglaterra.

Ao longo de décadas, o dinheiro fácil do petróleo fez da Venezuela uma espécie de dependente químico, o país importa boa parte ou quase tudo que consome. Um processo que foi radicalizado depois da ascensão do chavismo, que retribuiu a antipatia recebida da elite do país: uma casta de privilegiados que havia criado um país rico e de renda concentrada.

O ex-presidente Hugo Chávez foi também fruto da

histórica desigualdade social, que, embalada pelos então altos preços do petróleo, diminuiu em seus governos.

(Estive em Caracas, a trabalho, em 2019, quando a inflação chegou a, acredite, 9.500% — no ano passado, foi de 270%. Era fácil perceber o tamanho do problema. As prateleiras de supermercados estavam vazias, era proibido fotografá-las. Alimentados por uma gasolina que, na prática, era gratuita, carros sem peças de reposição se arrastavam pelas ruas; a tentativa de pagar uma refeição em moeda local se revelou patética, pela montanha de notas que fui obrigado a empilhar sobre a mesa. E havia a ditadura: na semana em que fiquei por lá, três jornalistas foram presos. Era evidente que o governo de Nicolás Maduro só se mantinha graças aos infinitos favores que concedia aos militares que, semana passada, demonstraram toda sua incompetência. Eles, que controlavam toda rede de abastecimento do país, foram incapazes de criar um mínimo de resistência aos invasores.)

As levas e levas de pessoas expulsas da Venezuela pela fome e falta de trabalho reforçavam a gravidade da situação na Venezuela. A intervenção norte-americana, porém, é daqueles remédios capazes de matar o paciente: no caso, de destruir o próprio conceito de existência de um país, sua soberania.

É até possível que, nos próximos meses e anos, haja alguma recuperação da economia venezuelana, que deverá ser incrementada por investimentos norte-americanos. Mas a história mostra que colonizadores não admitem progresso de suas colônias, as utilizam apenas para satisfazer seus próprios interesses.

Não é difícil imaginar que, mais uma vez, a investida vai apenas maquiagem os problemas para, depois, aumentá-los. Imperador do mundo, Trump reitera seu poder e seu domínio — e nenhum país está livre de ser a próxima vítima.

Tales Faria

Poderá o cárcere ressocializar o Bolsonarismo?

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) requereu ao ministro Alexandre de Moraes — com razão — a inclusão do ex-presidente no programa de remição de pena pela leitura. A remição de pena por estudo está prevista no artigo 126 da Lei de Execução Penal. O programa é regulamentado por uma justíssima resolução de 2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Partiu do princípio de que, mesmo encarcerado por algum crime cometido, o indivíduo também tem garantidos seus direitos fundamentais, tais como à vida, ao trabalho, à educação e de retornar ao convívio social após um processo de readaptação às normas da sociedade. Pelo programa, os presos podem escolher obras literárias do acervo da biblioteca da sua unidade prisional.

Têm um prazo para ler os livros e entregam um relatório de leitura que será avaliada por uma comissão. Cada obra lida e relatada garante a redução de quatro dias de pena. Pode-se apresentar resenhas de até 12 livros por ano, o que permite reduzir o tempo de prisão anualmente em até 48 dias.

Os bolsonaristas não acreditam que isso contribua para a ressocialização. O próprio ex-presidente, quando deputado, chegou a afirmar, numa conversa gravada com jornalistas, no Salão Verde da Câmara, que presídio “é lugar de o cara pagar seus pecados, e não para viver num spa em vida boa”.

Em entrevista ao programa CB Poder, ele declarou: “Se você não quer ir para a cadeia, porque lá é a antessala do inferno, é só não fazer besteira.”

Pois é, a sociedade concluiu que, ao liderar uma tentativa de golpe de estado para permanecer no poder, Bolsonaro fez besteira. Foi julgado, condenado e apenado.

Ninguém fica feliz numa situação dessas. Nem quem vive a prisão e nem quem está de fora a observar sem ódio no coração. Na democracia, aprendemos a ver ali um cidadão que também tem seus direitos e não merece ser torturado. Apesar de ainda haver grupos que não pensam assim.

Mais uma vez vale lembrar declarações infelizes do próprio Bolsonaro, que disse em uma entrevista de TV: “Você sabe que eu sou a favor da tortura.” Ele e seus liderados sempre criticaram políticas de direitos humanos para presos.

Mas, além da possibilidade de ressocialização, a prisão também pode significar um momento de reflexão. Bolsonaro e seus filhos já começam a falar em direitos humanos. Que ninguém, nem mesmo um preso, merece ser exposto ao perigo de vida ou ser submetido a situações extremas.

Carlos Bolsonaro, o filho Zero-Dois do ex-presidente, muitas vezes apontado como o mais duro do clã, a cada visita que faz ao pai — na prisão, ou no hospital — tem demonstrado que, afinal, possui algum nível de sensibilidade. Falou até em “direitos humanos” após uma dessas visitas: “Leis sumariamente ignoradas, inclusive quando comorbidades graves são expostas. Tudo isso sob o silêncio cúmplice das instituições que deveriam zelar pela Constituição, pelos direitos humanos.”

Revelou seu lado humano: “Meu pai está cada dia pior; percebo isso só de olhar em seus olhos, e fico com o peito cada vez mais apertado, se é que isso ainda é possível, ao ver no que isso está se transformando, a cada dia, para uma das pessoas que mais amo neste mundo.”

Vinicius Lummertz*

DONROE: O Corolário Trump, Monroe e a nova forma da velha América

Donald Trump é frequentemente enquadrado pela sua oposição com o vocabulário europeu do século XX, como se cada choque institucional ou frase agressiva fosse uma porta para o fascismo, originalmente uma ideologia de esquerda. O historiador Niall Ferguson sugere uma lente mais útil e mais incômoda: Trump não seria uma importação ideológica do Velho Mundo, mas um retorno a uma tradição americana anterior à globalização, quando Washington falava de poder com menos pudor, usava tarifas como instrumento estratégico e tratava o Hemisfério Ocidental como zona vital. É daí que nasce a ideia, hoje repetida em análises e bastidores, de uma “Donroe Doctrine”: Trump + Monroe.

A Doutrina Monroe, proclamada em 1823, não era um manifesto moral; era uma linha de demarcação de sua esfera de influência. As Américas seriam um espaço onde potências externas, ontem europeias, hoje também asiáticas, não deveriam projetar influência sem alto custo. O que muda com Trump não é o instinto, mas o estilo e a velocidade. Ele abandona a liturgia diplomática e troca a ambiguidade calculada e o moralismo por uma transparência agressiva, blunt and brazen, como quem proclama que não faz conversa fiada. A política externa ganha forma de rede social: frases curtas, inimigos nomeados, recados públicos. Só que, por trás do espetáculo, opera a lógica clássica do Estado americano: Pentágono, Tesouro, Justiça, sanções, inteligência, seguros, bancos, controle de tecnologia. Na nova combinação, a linguagem é nova; a engrenagem é antiga.

Niall Ferguson puxa o fio histórico para o fim do século XIX. William McKinley, símbolo do protecionismo, representa um tempo em que tarifas eram política industrial e arma de negociação. Para essa tradição, livre-comércio não é princípio inocente, mas sim ferramenta de contingência. Trump recupera esse repertório ao tratar tarifa como coerção: não apenas para “proteger empregos”, mas para forçar rearranjos geopolíticos. Em especial, a contenção da China e seu espetacular progresso. A mensagem é simples: acesso ao mercado americano não é um direito, é uma concessão.

Theodore Roosevelt completa o quadro com músculo. Seu corolário à Doutrina Monroe legitima a ideia de “polícia do hemisfério”: agir, intervir, pressionar para evitar que rivais finquem pé no entorno estratégico. O trumpismo retoma essa intuição em versão contemporânea: menos ocupação formal, mais estrangulamento por sanções, apreensões, bloqueios logísticos, perseguição financeira e demonstrações navais. Episódios recentes envolvendo petroleiros sob bandeiras sensíveis e o cerco a exportações de regimes hostis, ainda que disputados na narrativa pública, ilustram o método: impor custo e obrigar o adversário a explicar-se.

A ponte para o século XX vem com John F. Kennedy. Na crise dos mísseis de 1962, Kennedy combinou

a linha vermelha com a saída possível: quarentena naval, pressão máxima, mas sem cruzar o ponto de não retorno. A comparação serve porque o mundo volta a uma reacomodação de poder global que ainda não tem nome. A Pax Americana, aquela ordem do pós-guerra, em que o guarda-chuva de Washington sustentava regras, comércio e segurança, perdeu exclusividade. O planeta se reorganiza por regiões tensas: Indo-Pacífico com China, Japão e Taiwan; Europa instável; Oriente Médio inflamável. E, quando a Europa, o Oriente Médio e o Indo-Pacífico esquentam, o Caribe também frita.

É aqui que a “Donroe” ganha sentido operacional. Se Pequim disputa rotas e padrões tecnológicos no Pacífico, também precisa de energia e minerais; se compra petróleo barato e procura diversificar fornecedores, o hemisfério americano vira parte da equação. A Venezuela, com petróleo e proximidade física dos EUA, passa a ser lida em Washington não como peça regional, mas como questão de segurança nacional. Some-se a isso a presença histórica de equipamentos e doutrinas militares russas em Caracas e as acusações recorrentes, nem sempre comprovadas, mas assustadoras, sobre vínculos com redes iranianas e proxies como o Hezbollah. Quando a distância é “dois mil quilômetros da Flórida”, a tolerância estratégica tende a ser menor. E o próximo degrau lógico, na mentalidade de Guerra Fria, é Cuba: menos provável como teatro militar clássico, mais provável como aceleração do esgotamento, como parece ocorrer no Irã.

Outro vetor é o narcotráfico. O discurso americano sobre drogas não é apenas moralismo: virou tema de saúde pública, segurança interna e colapso social. Numa leitura mais dramática, às vezes exagerada, mas psicologicamente poderosa, a epidemia de opioides e o consumo destrutivo funcionariam como uma “guerra do ópio” às avessas: uma sociedade adoecida por dependência em massa, vulnerável à instabilidade e à perda de coesão. Para um presidente que faz política em modo blunt and brazen, esse é o tipo de causa que justifica medidas duras no entorno, com alto apoio doméstico.

A tentação brasileira é olhar tudo isso como barulho distante. É erro crasso. Se a ordem do pós-guerra acabou, o custo do improvisto aumenta. A “Donroe” é, antes de tudo, um aviso: o hemisfério voltou ao centro, só que agora com tarifas, sanções e mensagens públicas sem verniz. Entender Trump por Monroe, McKinley, Roosevelt e Kennedy não é concordar com Trump. É reconhecer que, quando o mundo retorna às esferas de influência, quem insiste em ler o presente com o mapa da Pax Americana acaba atropelado pela realidade e, pior, sem perceber quando o preço começa a ser cobrado.

***Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

Marcelo Camargo/Agência Brasil

CORREIO POLÍTICO

Joedson Alves/Agência Brasil



Foi golpe? Não foi golpe? Debate ainda marcará eleições

“Golpe”: a palavra ainda é o centro do debate político

Os acontecimentos na quinta-feira (8), três anos depois da invasão e depredação das sedes dos três poderes da República, mostraram que a palavra “golpe” ainda é a que define o debate político brasileiro. É em torno da ideia sobre se os atos de 8 de janeiro de 2023 foram o epicentro ou não de uma tentativa de remoção da democracia a partir da contestação das eleições ainda se move e irá determinar as escolhas que serão feitas em outubro. Isso ficou claro diante do fato de que o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao PL da Dosimetria foi o principal ato dos eventos em memória do 8 de janeiro. E mais claro ainda diante da expectativa de que o Congresso derrubará o veto.

“Ódio” virou palavra adjacente

“Ódio”, então, vira palavra adjacente nesse debate. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que o veto assinala o “ódio” que o governo Lula tem dos conservadores. Mas não teria sido exatamente um “ódio”, o inconformismo quanto aos acontecimentos que levaram à eleição de Lula o que motivou as invasões e depredações dos prédios da Praça dos Três Poderes? Alguém tem o monopólio do ódio?

Lula Marques/Agência Brasil



Flávio: possível candidatura reforça polarização

Discussão longe das políticas públicas

Para o cientista político Isaac Jordão, esse ambiente demonstra que o debate eleitoral de outubro vai passar muito longe da discussão de políticas públicas. No fundo, considera Jordão, até porque a oposição a Lula não teria muito o que dizer em torno delas. Ou porque não tem alternativas de políticas públicas muito bem definidas ou porque não teria, avalia o cientista político, números muito claros para contestar as ações do governo em um debate mais aprofundado que fosse além das meras palavras de ordem usadas nas redes sociais.

Polarização de sempre

“A oposição usa nas redes sociais palavras de ordem dizendo que o país quebrou e que a máquina pública gasta muito”, observa Jordão. “Mas quando se aprofunda, os números mostram queda na inflação, no desemprego e melhora de outros indicadores. Tal debate não se sustenta muito”, considera. Resta, assim, a velha polarização que divide lulistas e bolsonaristas desde 2018.

POR
RUDOLFO LAGO

Emocional

Um debate, observa Isaac Jordão, que tira a disputa política do campo mais racional e o joga numa discussão emocional, numa guerra de torcidas na qual os argumentos de um grupo nunca conseguem minimamente interferir no pensamento do outro. “É um clima que não estabelece uma discussão de ideias”.

Bolsonaro

O curso dos acontecimentos a partir deste início de ano começa a dar indicações de que a disputa poderá afunilar entre Lula, que disputa a reeleição, e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que foi ungido pelo pai para manter o espólio político da família na disputa. Outros nomes conservadores podem sair.

Governadores

Para Jordão, os governadores poderiam, talvez, promover um debate em torno de políticas públicas. Mas ele observa que aqueles que talvez tivessem mais o que mostrar nesse sentido, não estão conseguindo transformar isso em visibilidade eleitoral: Ronaldo Caiado (União), de Goiás, e Zema (Novo), de Minas.

Caiado e Zema

“Dentro do que se propõe, na sua política voltada a segurança, Caiado teria números”, considera. “E Zema pegou um estado com tantos problemas que tudo o que faz acaba produzindo melhora”. Mas nenhum dos dois parece demonstrar densidade para ir muito além dos seus próprios estados, o que deve desestimulá-los nessa corrida.

Tarcísio

“Tarcísio, embora favoritíssimo para uma reeleição como governador, não fez um governo excepcional”, avalia Isaac Jordão. Para ele, isso acabaria transparecendo quando ele fosse confrontado em um debate mais aprofundado na disputa presidencial, com Lula ou mesmo com os demais candidatos no pleito.

Ratinho Jr.

“Ratinho Jr. governa um estado que já era organizado”, completa o cientista político. “Teria números para mostrar, mas que não apresentariam saltos significativos no desenvolvimento do Paraná”, conclui Isaac Jordão. “Assim, resta à oposição o discurso da polarização, o discurso em torno do golpe”.



Lewandowski apresentou sua carta de demissão a Lula

Lewandowski antecipa saída da Justiça

Ministro entregou cargo na manhã de quinta-feira

Por Beatriz Mattos

A saída do ministro da Justiça estava prevista para esta sexta-feira (9), mas Ricardo Lewandowski decidiu antecipar a entrega do cargo e apresentou a carta de demissão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda na manhã desta quinta-feira (8), antes mesmo do início da cerimônia que marcou os três anos dos atos golpistas de 8 de Janeiro.

Apesar de ter informado a aliados que permaneceria no comando do Ministério da Justiça até o fim da semana, o ministro não esperou a sexta-feira chegar nem o encerramento da solenidade para oficializar a saída. Em seu lugar, assume interinamente o secretário-executivo da pasta, Manoel Carlos de Almeida Neto.

Na carta enviada ao presidente, Lewandowski afirmou ter exercido o cargo “com zelo e dignidade”, destacando os limites “políticos, conjunturais e orçamentários” enfrentados durante a gestão. O ministro também agradeceu a Lula pela oportunidade de integrar o governo após sua aposentadoria do Supremo Tribunal Federal (STF).

Saída antecipada

Lewandowski assumiu o Ministério da Justiça em fevereiro de 2024 e, desde o início de dezembro, já havia comunicado a Lula e aliados que pretendia antecipar sua saída. Ao longo desta semana,

passou a retirar seus pertences do gabinete no Palácio da Justiça.

Nos bastidores, a decisão foi atribuída a insatisfações acumuladas dentro do governo, sobretudo após Lula sinalizar a intenção de dividir a pasta em dois ministérios — Justiça e Segurança Pública — modelo semelhante ao adotado durante o governo de Michel Temer.

A saída ocorre em um momento de forte protagonismo do tema da segurança pública, marcado pelo avanço do crime organizado, disputas entre facções e pressão por respostas mais efetivas do Estado. A pressão sobre Lewandowski aumentou depois das operações policiais nos Complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, em outubro, que levou a mais de 120 mortes.

PEC travada

Lewandowski deixa o cargo sem conseguir avançar com a principal aposta do governo na área: a PEC da Segurança Pública (PEC nº 18/2025). A proposta busca reforçar o papel da União no combate ao crime organizado, redesenhando a arquitetura federativa da segurança pública, sem retirar atribuições de estados e municípios.

O texto, porém, não avançou no Congresso. Mesmo assim, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos/PB), avisou que pretende pautar a PEC logo após o recesso parlamentar.

Lula veta PL da Dosimetria em novo embate com o Congresso

Medida marcou cerimônia em memória dos três anos dos atos de 8 de janeiro

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Como fora adiantado pelo Correio da Manhã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou integralmente nesta quinta-feira (8) o projeto de lei que reduz a dosimetria das penas dos condenados envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília.

A ação foi realizada durante uma cerimônia no Palácio do Planalto em memória aos três anos dos ataques contra as sedes dos Três Poderes. Não compareceram no evento este ano os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Em seu discurso em memória aos atos antidemocráticos, pouco antes de vetar o PL da dosimetria, Lula reiterou que os envolvidos – em especial os réus condenados por integrarem um plano que visava instalar um golpe de estado – foram julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e tiveram seu direito à ampla defesa.

“Talvez a prova mais contundente do vigor da democracia brasileira seja o julgamento dos golpistas, pelo STF. Todos eles tiveram amplo direito de defesa. Foram julgados com transparência e imparcialidade. E, ao final do julgamento, condenados com base em provas robustas, e não com ilegalidades em série, meras convicções e PowerPoints fajutos”, disse o presidente, comparando com sua própria situação na condenação que sofreu por conta da Operação Lava-Jato.

“O poeta hispano-americano George Santayana disse certa vez: ‘Aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo’. Em nome do futuro, não temos o direito de esquecer o passado. Por isso nós não aceitamos nem ditadura civil, nem ditadura militar”, finalizou Lula.

O projeto

Desde que o Supremo começou os julgamentos contra as pessoas envolvidas nos atos de 8 de janeiro e relacionados à tentativa de golpe de Estado, parlamentares da oposição tentaram articular no Congresso Nacional uma anistia aos eventuais condenados. As tratativas foram extensas, com momentos tensos, como a invasão das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado por 48 horas como forma de pressão. A falta de acordo ocorria porque grande parte dos parlamentares de cen-



Lula vetou integralmente o PL da Dosimetria. Congresso já reagiu

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Amin protocolou no Senado novo projeto de anistia

tro defendia que os envolvidos precisavam ser responsabilizados, mas consideravam as penas aplicadas pelo Supremo exageradas.

Diante disso, foi apresentado o PL da Dosimetria, que reduz as penas aplicadas pelo Judiciário, mas não concede uma anistia ampla, geral e irrestrita. O projeto altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984). Atualmente, o Artigo 112 da lei determina que

“a pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso” quando réus primários que tenham cometido crimes com violência à pessoa ou grave ameaça cumprirem 25% da pena em regime fechado. Para réus reincidentes (que já cometeram crimes anteriormente) o prazo é 30% da pena. Caso o projeto de lei fosse sancionado, esse

prazo para réus primários seria reduzido para cumprimento de 16% da pena e 20% da pena para réus reincidentes.

Além disso, o PL determina a redução de dois terços da pena para as pessoas que depredaram o patrimônio em multidão, mas não foram financiadores ou líderes da movimentação. O projeto beneficia o ex-presidente Jair Bolsonaro. Calcula-se que, com ele, Bolsonaro ficaria pouco mais de dois anos em regime fechado. Ele foi condenado a 27 anos e três meses.

Repercussão

Apesar do veto presidencial já ser esperado por parlamentares da oposição, a ação gerou repercussão negativa entre aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), um dos envolvidos nos atos e que seria beneficiado com a redução de penas prevista no projeto. O líder do Partido Liberal (PL) na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), criticou o veto do presidente Lula e manifestou que, na primeira sessão conjunta do Congresso para discutir os vetos presidenciais, a oposição se articulará para derrubar o veto. O Congresso está em recesso legislativo e retornará em 2 de fevereiro.

Por meio de suas redes sociais, o relator do PL da Dosimetria na Câmara, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), declarou que o projeto foi uma “bandeira branca da paz” que o presidente da República “rasgou

e tacou fogo”.

“[O projeto] foi um recado para o mundo: o Brasil buscava estabilidade, pacificação e maturidade institucional. Mas Lula decidiu fazer o contrário, foi para o terreno já pacificado e jogou gasolina. Preferiu o confronto ao diálogo”, acusou o parlamentar. “É importante dizer que dosimetria não é anistia, não apaga crimes. É justiça proporcional, é previsibilidade jurídica”, ele completou.

Já o relator do texto no Senado, senador Esperidião Amin (PP-SC), protocolou nesta quinta-feira um novo projeto de lei que visa conceder anistia aos envolvidos nos atos. Também por suas redes sociais, o senador disse que o inquérito envolvendo os réus por tentativa de golpe (que desencadeou nos atos de 8 de janeiro) apresenta nulidades. Ele acusou a Primeira Turma do Supremo, colegiado responsável pelo julgamento dos réus, de não ser “o foro adequado para fazer esse julgamento”.

Esperidião Amin ainda alegou que a maioria dos juízes da Primeira Turma eram “sabidamente com disposição de condenar pela narrativa”, e acusou ilegalidade em o ministro do STF Alexandre de Moraes ter sido o relator do caso, já que ele, enquanto era presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi um dos alvos do plano “Punhal Verde e Amarelo”, que previa o assassinato de autoridades.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Jefferson Rudy/Agência Senado



Filho de ex-presidente quer o Palácio do Planalto

Sem alternativa, Centrão se rende a Flávio Bolsonaro

Não é só o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), que, entre lideranças do Centrão, considera irreversível a candidatura do também senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência.

Depois do susto com o anúncio da escolha de seu primogênito por Jair Bolsonaro e das poucas manifestações de entusiasmo pela opção, o cenário ficou mais tranquilo para o O1 entre os partidos que gravitam pelo universo da direita e da centro direita.

A aceitação de Flávio nasce da constatação de que é impossível para a oposição sonhar em ganhar do presidente Lula (PT) sem o eleitorado do ex-presidente. E ele está fechado com o filho e não quer saber de conversa.

Tanto faz

A polarização é outro fator que contribui para a aceitação de Flávio. As pesquisas, como a da Quaest de dezembro, registram o favoritismo de Lula num eventual segundo turno, mas, independentemente do adversário, seus percentuais quase não variam.

Segundo o levantamento, dependendo do candidato de oposição, o atual presidente teria, na rodada definitiva, 44% e 46%, percentuais dentro da margem de erro.

reprodução de live



Eduardo, citado como possível futuro chanceler

Tarefa: evitar novos erros

A conclusão mais ou menos consensual dentro do Centrão é de que não valeria a pena comprar uma briga com a família Bolsonaro para tentar forçar uma candidatura do preferido do grupo, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

O mais razoável será tentar administrar a pré-candidatura de Flávio e procurar evitar novos, erros como o que ele cometeu ao admitir a possibilidade de nomear o irmão Eduardo, ex-deputado que teve o mandato cassado por faltas, para ministro das Relações Exteriores.

Governadores na pista

Por via das dúvidas, os governadores Romeu Zema (Minas), Ronaldo Caiado (Goiás) e Ratinho Júnior (Paraná) mantêm suas pré-candidaturas.

Avaliam que, neste momento, o melhor é esperar a evolução dos fatos, ver o que vai acontecer com o projeto Flávio Bolsonaro. Se o cavalo passar selado na frente deles, não vacilarão em montá-lo.

Dilema

A eventual candidatura de Ratinho Júnior criaria um problema adicional para Lula. Ele é filiado ao PSD, o que, em tese, impediria que o prefeito do Rio, Eduardo Paes, mantivesse a aliança com o presidente. Presidente-dono do partido, Gilberto Kassab, por enquanto, prefere ficar quieto.

Busca de paz

Por falar no Paes: o prefeito telefonou para o babalaô Ivanir dos Santos para tentar acabar com a discussão iniciada quando este criticou a montagem de um palco gospel no Réveillon de Copacabana. Ivanir topou conversar pessoalmente com Paes, mas adiantou que não vai cancelar os atos já marcados.

Ogum na área

Além de ter prometido mandar fazer uma estátua de Tata Tancredo (que levou a festa de Iemanjá para as praias cariocas), o prefeito vai ter que arrumar lugar na região da Pequena África para uma escultura que representa Ogum, orixá guerreiro, que será encomendada por José Junior, do Afroreggae.

Vila canta América

Quarta passada, quatro dias depois da invasão norte-americana à Venezuela, a Vila Isabel começou o esquentar do seu ensaio de rua com o samba do enredo campeão de 2006, “Soy loco por ti América, a Vila canta a latinidade”. Parte do desfile foi financiado pela PDVSA, estatal petrolífera venezuelana. O país era então presidido por Hugo Chávez.

Vítimas e algozes

Diante do veto ao projeto que beneficia condenados por golpismo, integrantes da oposição lembraram que militantes de esquerda foram anistiados durante o regime militar. Mas houve uma diferença: diferentemente de Bolsonaro e aliados, os anistiados lutaram contra uma ditadura, não para implantá-la.

Lembrete

Na carta em que agradece o convite para participar de evento que lembrou a intenciona de 8 de janeiro, o ex-ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, citou o filósofo austríaco Karl Popper (1902-1994): “A tolerância ilimitada conduz, paradoxalmente, à destruição da própria tolerância”.



Jhonatan recuou após forte pressão política

TCU suspende inspeção no caso Master

Recuo ocorre após forte repercussão política

Por Beatriz Matos

Antecipada pela coluna do jornalista Tales Faria, do Correio da Manhã, a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de suspender a inspeção de documentos no Banco Central (BC), no âmbito do caso envolvendo o Banco Master, marca um recuo da Corte diante da forte repercussão política e institucional do episódio.

O ministro relator Jonathan de Jesus atendeu a um recurso do próprio BC e determinou que o tema seja analisado pelo plenário do TCU, instância máxima do tribunal.

No despacho, formalizado nesta quinta-feira (8), o ministro Jonathan afirmou que o caso ganhou “dimensão pública com contornos desproporcionais” para o que classificou como uma atividade instrutória corriqueira da Corte. Segundo ele, a controvérsia precisa ser submetida ao crivo do colegiado para “estabilizar institucionalmente a matéria”.

Recuo institucional

A suspensão da inspeção ocorre após dias de pressão sobre o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Vital do Rêgo. Nos bastidores, ele foi procurado por diversas autoridades, entre elas o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que manifestou preocupação com uma eventual reversão da liquidação do Master.

O temor no governo é de que uma descontinuidade do processo gerasse prejuízos futuros ao Tesouro Nacional. Vital do Rêgo já sinalizou que pretende se reunir pessoalmente, na próxima semana, com autoridades envolvidas para discutir o tema. Nos bastidores, o que se sabe, é que ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente do TCU afirmou que uma eventual “desliquidação” do banco caberia exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Risco sistêmico

Para a advogada Daniela Poli Vlavianos, do escritório Arman Advocacia, a atuação do TCU nesse contexto pode produzir efeitos que vão além do caso concreto.

Segundo ela, “a atuação do Tribunal de Contas da União no caso do Banco Master, especialmente quando direcionada a questionar ou inspecionar atos típicos de supervisão prudencial do Banco Central do Brasil, possui potencial concreto de gerar insegurança institucional”.

A especialista destaca que o sistema financeiro brasileiro se apoia na autonomia técnica do BC para tomar decisões rápidas e fundamentadas em momentos de crise.

“Quando decisões do TCU avançam sobre esse núcleo decisório, cria-se uma zona de sobreposição de competências que fragiliza a previsibilidade do arcabouço regulatório”, afirmou.

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Divulgação/Agência Acre



Índice Cielo avalia o desempenho mensal do mercado

Em termos reais, varejo recuou 1% em 2025, aponta ICVA

Apesar da alta nominal de 4,1% no faturamento ao longo de 2025, o ano encerrou com retração de 1% em termos reais, quando descontada a inflação. Os dados são do Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), que aponta o segundo ano consecutivo de queda real no setor. Em 2024, a retração havia sido de 0,8%. O resultado reflete um ano marcado por consumo mais cauteloso, pressionado pelo impacto acumulado da inflação — especialmente no primeiro semestre — e por um consumidor cada vez mais racional e seletivo nas decisões de compra. Mesmo com a desaceleração dos preços ao longo da segunda etapa do ano, o alívio não foi suficiente para reverter o desempenho real negativo do varejo no acumulado do ano.

Serviços

No ano passado, os principais setores apresentaram desempenho negativo em termos reais. O setor de Serviços recuou 1,9% em 2025, com destaque negativo para Alimentação – Bares e Restaurantes. Por outro lado, Turismo e Transporte se destacaram positivamente ao longo do ano, impulsionados pelo aumento do fluxo de turistas estrangeiros, pela abertura de novas rotas internacionais e pela realização de grandes eventos no país.

Divulgação



Vendas online garantiram bom desempenho

Bens não duráveis

O setor de Bens não duráveis apresentou leve retração de 0,2% no ano. O desempenho foi sustentado principalmente por Drogarias e Farmácias, enquanto segmentos como Livrarias e Papelarias registraram as maiores quedas. Já Bens duráveis e semiduráveis tiveram recuo mais intenso, de 2,6%, apesar do desempenho positivo do setor de Móveis, Eletro e Departamentos, que ajudou a atenuar a queda do grupo. Por outro lado, o segmento de Óticas e joalherias teve recuo mais intenso para o setor.

e-commerce

O e-commerce se consolidou como um dos pilares do varejo. O canal digital apresentou desempenho superior ao das vendas presenciais, beneficiado pela busca por conveniência, maior comparação de preços e pela reação de categorias mais sensíveis aos juros. “Apesar de um cenário desafiador no resultado real de dezembro, vimos sinais importantes”, afirma Carlos Alves, vice-presidente de Negócios da Cielo.

4º trimestre

No quarto trimestre de 2025, o varejo manteve a trajetória de enfraquecimento em termos reais. O ICVA apontou queda de 1,8% no período, descontada a inflação. O setor de Serviços recuou 3,9%, enquanto Bens duráveis e semiduráveis apresentaram retração de 4,2%. Já Bens não duráveis cresceram 0,2%.

Resultados

Em dezembro, o varejo apresentou retração real de 1,9%. O desempenho do mês foi influenciado por fatores pontuais, como o efeito calendário — com uma quarta-feira no lugar de um domingo em relação ao ano anterior — e pelo avanço do e-commerce, que registrou crescimento nominal de 6%.

Alimentação

Entre os setores, Serviços apresentou queda real de 5,2% em dezembro, com destaque negativo para Alimentação – Bares e Restaurantes. Bens não duráveis cresceram 0,4%, impulsionados por Supermercados e Hipermercados, enquanto Bens duráveis e semiduráveis recuaram 4,5%.

Metodologia

O Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA) acompanha mensalmente a evolução do varejo brasileiro, de acordo com as vendas realizadas em 18 setores mapeados, de pequenos lojistas a grandes varejistas. O peso de cada setor no resultado geral é definido pelo seu desempenho no mês. O ICVA foi desenvolvido pela área de Business Analytics da Cielo.

Mercosul-UE

O acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia está bem encaminhado, disse o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. Segundo ele, o governo brasileiro mantém uma postura otimista sobre a conclusão das negociações.

Otimismo

“Quero reiterar que nós estamos otimistas e é muito importante para o Mercosul, para a União Europeia e para o comércio global que, no momento de guerras, de conflitos, de geopolítica instável, de protecionismo, será o maior acordo do mundo”, disse Alckmin após anunciar o resultado da balança comercial.



Yann Kistenmacker sobre despesa do início do ano: “É puxado!”

Serasa: 47% não sabem como vão pagar o IPVA

88% consideram acúmulo de despesas estressante

Por Martha Imenes

O início do ano é um dos períodos que mais impacta o orçamento dos brasileiros, especialmente para os donos de veículos que têm que pagar o IPVA. Levantamento da Serasa revela que 47% dos proprietários ainda não sabem como vão pagar ou nem pensaram no pagamento do imposto, o que aumenta o risco de atraso, endividamento ou necessidade de parcelamento.

De acordo com a pesquisa, o IPVA figura entre os gastos que mais pressionam o orçamento para se manter um veículo. 38% dos entrevistados afirmam que o imposto está entre as despesas anuais que mais pesam no bolso, superando custos como manutenção (23%) e combustível (23%). Além disso, 88% dizem sentir o acúmulo de despesas do início do ano como um fator de estresse financeiro, já que o imposto concorre com outros compromissos sazonais, como material escolar, matrículas e dívidas parceladas do fim do ano.

Para o programador e motociclista Yann Kistenmacker, morador do Irajá, na Zona Norte do Rio de Janeiro, a isenção de um dos veículos da família vai dar um alívio no bolso. Proprietário de uma motocicleta Harley-Davidson, ano 2008, Yann está isento do IPVA devido ao ano de fabricação da moto. Isso porque veículos fabricados em 2010

são isentos a partir do exercício 2026. Neste caso, deverá verificar somente se há taxas de emissão CRLV e de licenciamento anual e o seguro obrigatório.

“Devo pagar uns R\$ 1 mil de imposto do carro, um Renault Clio, ano 2014. Se tivesse que pagar da moto a despesa seria muito maior”, diz ao Correio da Manhã o integrante do motoclub Coringa’s.

Yann e a advogada Monique Maia são pais da pequena Diana, de 4 anos, que já está na escolinha. “A despesa com uniforme, matrícula e material escolar chegou a R\$ 1,5 mil”, acrescenta.

Despesa previsível

“O IPVA é uma despesa previsível para o início do ano, mas ainda assim pega muitos motoristas de surpresa. Isso acontece porque o planejamento financeiro nem sempre é feito ao longo do ano, o que concentra o impacto no orçamento logo nos primeiros meses”, explica Aline Vieira, especialista em educação financeira da Serasa.

Pesquisa mostra que 7 em cada 10 proprietários já decidiram: 43% afirmam que pretendem pagar o imposto parcelado, enquanto 30% dizem optar pelo pagamento à vista, principalmente motivados por desconto ou pela preferência em eliminar dívidas rapidamente. Porém, merece atenção que 27% ainda não se decidiram em relação à forma de pagamento, possível reflexo da incerteza financeira de início de ano.

Brasil teve a 2ª maior saída de dólares da história no ano passado

Especialista credita movimento a desconfiança sobre condução da política fiscal do governo

Por Martha Imenes

O Brasil registrou em 2025 a segunda maior saída líquida de dólares da série histórica, iniciada em 1982, de acordo com dados preliminares divulgados pelo Banco Central (BC). O fluxo cambial total ficou negativo em US\$ 33,316 bilhões, volume inferior apenas ao registrado em 2019, quando a saída somou US\$ 44,768 bilhões.

Apesar do resultado expressivo, o real se valorizou ao longo do ano, sustentado por juros elevados no país e pela queda do dólar no mercado internacional.

O desempenho negativo foi provocado principalmente pelo canal financeiro, que acumulou saída líquida de US\$ 82,467 bilhões em 2025, a segunda maior da série histórica, atrás apenas de 2024. Esse canal inclui investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucros, pagamento de juros e outras ope-

rações financeiras.

Já o canal comercial apresentou entrada líquida de US\$ 49,151 bilhões, insuficiente para compensar a forte evasão financeira. O saldo positivo ficou abaixo do pico registrado em 2007 e também menor que o observado em 2024.

De acordo com o economista e professor do Ibmecc, Renan Silva, chama atenção para o aumento significativo das despesas obrigatórias do governo que hoje são indexadas ao dólar, taxa básica de juros alta, ano eleitoral e uma série de fatores influenciaram na saída de dólares.]

“Esse resultado se deu, principalmente, à desconfiança da condução da política fiscal, diante do aumento das despesas do governo mesmo frente a recordes de arrecadação”.

Importações

Segundo o BC, o principal fator para a menor entrada de dóla-



Balança teve entrada líquida de US\$ 49,151 bilhões, insuficiente para compensar evasão

res pela via comercial foi o avanço das importações. O volume de câmbio contratado para compras externas alcançou US\$ 238 bilhões, o segundo maior da série histórica, atrás apenas de 2022.

As exportações somaram US\$ 287,5 bilhões no ano. Diferentemente da balança comercial, que inclui apenas exportações e importações já realizadas, o fluxo cambial inclui operações como pagamentos antecipados e adiantamentos de contrato de câmbio.

Apreciação do real

Mesmo com a saída expressiva de dólares no mercado à vista, o real apreciou-se em 2025. Os juros elevados no Brasil e o enfraquecimento global do dólar estimularam posições favoráveis à moeda brasileira no mercado de derivativos (ativos que derivam de outros ativos), compensando o fluxo cambial negativo.

O Banco Central, por sua vez, teve atuação limitada no merca-

do à vista, realizando apenas duas intervenções de US\$ 1 bilhão cada, por meio do mecanismo conhecido como “casadão”. Nessas operações, o BC vende dólares das reservas internacionais, combinando com swaps cambiais reversos, compra de dólares no mercado futuro, na mesma quantia. O casadão permite que a autoridade monetária alivie a taxa de juros em dólar, sem mexer no câmbio.

Em dezembro, o fluxo cambial ficou negativo em US\$ 13,562 bilhões, valor inferior ao registrado no mesmo mês de 2024, quando a saída chegou a US\$ 27 bilhões. O resultado refletiu uma saída de US\$ 20,982 bilhões pela conta financeira, parcialmente compensada por uma entrada de US\$ 7,421 bilhões pela conta comercial.

Tradicionalmente, dezembro concentra remessas ao exterior para pagamento de dividendos. Em 2025, os envios foram inten-

sificados por empresas e investidores que buscaram se antecipar ao fim da isenção do imposto de renda sobre remessas internacionais, que passou a ser tributada a partir de janeiro de 2026.

Prévia

As relações monetárias e financeiras entre residentes e não residentes são medidas pelo balanço de pagamentos, divulgado no fim de cada mês pelo Banco Central. O fluxo cambial, no entanto, funciona como uma prévia dos números, ao contabilizar adiantamentos de contratos de câmbio e pagamentos antecipados.

O fluxo cambial é composto de duas partes: o fluxo comercial, que mede o fechamento de câmbio para exportações e importações, e o fluxo financeiro, que mede investimentos em empresas, empréstimos e transações no mercado financeiro. Os dados do Banco Central mostram que, no ano passado, a fuga de dólares ocorreu no canal financeiro.

Produção industrial mostra estabilidade em novembro de 2025, informa o IBGE

A produção industrial registrou, em novembro de 2025, variação nula (0%) na comparação com o mês anterior, quando tinha apresentado alta de 0,1%. Com isso, a indústria continua 2,4% acima do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020). No entanto, ainda está 14,8% abaixo do nível recorde verificado em maio de 2011. Se comparado a novembro de 2024, os dados indicam que a indústria voltou a apresentar queda na produção com recuo 1,2%. As informações são da Agência Brasil.

No acumulado do ano, houve crescimento de 0,6%, e, nos últimos 12 meses, de 0,7%. Embora mostre perda de ritmo em relação aos resultados dos meses anteriores, permaneceu no campo positivo. Os números fazem parte da

Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ramos

De acordo com o IBGE, a produção em novembro de duas das quatro grandes categorias econômicas e 15 dos 25 ramos industriais pesquisados mostraram queda, na comparação com o mês imediatamente anterior.

“A principal influência negativa foi registrada por indústrias extrativas, que recuou 2,6% em novembro”, informou o IBGE, em nota.

Conforme o gerente da pesquisa, André Macedo, a queda notada neste mês sofreu influência da menor produção de óleos brutos de petróleo, gás natural e minérios de ferro.



Resultado, no entanto, está abaixo do nível recorde de 2011

“Vale destacar que a retração eliminou parte do avanço de 3,5% verificado em outubro, quando interrompeu dois meses consecutivos de queda na produção. Neste mês observa-se um

número maior de atividades no campo negativo.”

Setores

A pesquisa mostrou ainda resultados negativos nos setores de

veículos automotores, reboques e carrocerias (-1,6%), de produtos químicos (-1,2%), de produtos alimentícios (-0,5%) e de bebidas (-2,1%).

O setor de produtos farmacêuticos e químicos foi o que provocou o principal impacto na média da indústria, com alta de 9,8%. Houve influências positivas significativas também em impressão e reprodução de gravações (18,3%), produtos de minerais não metálicos (3%), produtos de metal (2,7%), máquinas e equipamentos (2,0%) e metalurgia (1,8%).

Ao apresentar queda de 0,6%, o setor produtor de bens intermediários teve o terceiro mês consecutivo de recuo na produção e no período acumulou perda de 1,8%.

CORREIO DO APOSENTADO

POR
MARTHA IMENES

Prefeitura de Araras-SP

*Nem só de comida vivem aposentados e pensionistas*

Aposentado sem ganho real e cesta básica nas alturas

Em meio à expectativa de aumento de aposentadorias e pensões do INSS que são corrigidas pelo INPC (acima do piso nacional), que deve ficar entre 4,3% a 4,6%, a cesta básica ficou mais cara em 17 capitais, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A elevação mais importante foi em Maceió, onde o custo médio da cesta variou 3,19%. Em seguida, aparecem Belo Horizonte, com aumento de 1,58%; Salvador (1,55%), e Brasília (1,54%). “Não há aposentado que aguente”, dispara Yedda Gaspar, presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (Faaperj).

Carne e batata

Um dos principais responsáveis pelo aumento no preço da cesta foi a carne bovina de primeira, que subiu em 25 das 27 capitais. Segundo os responsáveis pela pesquisa, a alta no preço da carne pode ser explicada pelo aquecimento da demanda interna e externa e pela oferta restrita do produto. Queridinha do prato dos brasileiros, a batata foi a vilã do aumento no Rio de Janeiro, a 24,10%. Só em Porto Alegre o preço caiu 3,57%.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

*Carne puxou o preço da cesta básica no país*

Peso no bolso

“O custo da cesta básica – e ninguém vive só de comida, existem remédios, plano de saúde, moradia, escola dos netos – vai impactar ainda mais a vida de aposentados e pensionistas, avalia D. Yedda.

A cesta básica mais cara do país continua a ser a de São Paulo, onde o custo médio chegou a R\$ 845,95, seguida por Florianópolis (R\$ 801,29), Rio de Janeiro (R\$ 792,06) e Cuiabá (R\$ 791,29). Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, o menor valor médio foi em Aracaju (R\$ 539,49).

Mínimo de R\$ 7,1 mil

Com base na cesta mais cara do país e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o salário mínimo em dezembro deveria ser de R\$ 7.106,83 ou 4,68 vezes o mínimo de R\$ 1.518,00.

Nova lei

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 15.327/2026, que proíbe descontos associativos feitos em benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Além disso, o novo normativo aumenta a segurança para aposentados e pensionistas que contratam empréstimos consignados.

Rigor no crédito

O texto sancionado pelo presidente Lula cria regras mais rígidas para o crédito consignado. A partir de agora, os benefícios serão bloqueados para novas operações, e para desbloquear será preciso uma autorização prévia e específica, garantindo mais segurança e transparência para aposentados e pensionistas.

Autorização prévia

Para desbloquear o benefício e contratar um crédito consignado, será exigida uma autorização prévia, pessoal e específica do beneficiário. Essa autorização deverá ser confirmada exclusivamente por biometria (reconhecimento facial ou impressão digital) e por uma assinatura digital segura/autenticação de múltiplos fatores.

Bloqueio

Depois de cada contratação de crédito consignado, o benefício será bloqueado para novas operações. Para fazer um novo empréstimo, será necessário um novo procedimento de desbloqueio. O beneficiário deverá ser sempre informado sobre a contratação e poderá contestá-la pelos canais de atendimento do INSS, caso não reconheça a operação.

Nada por telefone

Proibição de procuração e contratação por telefone: fica proibido contratar ou desbloquear crédito consignado por meio de procuração ou por telefone. A lei também endurece o combate às fraudes, estabelecendo que a ocorrência de descontos indevidos sujeita os responsáveis a sanções civis, penais e administrativas.

Recuperação

Para fortalecer a punição e a recuperação de valores, a legislação permite o sequestro de bens de investigados ou acusados por crimes que envolvam descontos indevidos em benefícios do INSS. A medida visa impedir que os fraudadores se beneficiem de suas ações ilícitas. A lei também reforça a proteção de dados.

*Fiscalização terá novos critérios, diz Previc*

Previc aperta o cerco e mira 111 fundos de pensão

Inteligência Artificial será utilizada para monitoramento

Por Martha Imenes

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aumenta o rigor na fiscalização de fundos de pensão. Para este ano 111 estão na mira do órgão fiscalizador. O Programa Anual de Fiscalização e Monitoramento (PAF) já está em vigor.

As ações planejadas utilizam o conceito da Supervisão Baseada em Risco, com ações mais profundas e extensas, conforme o segmento e os indicadores de risco. Neste ano, a fiscalização abrange diretamente 111 entidades. Todas serão fiscalizadas, pelo menos uma vez, a cada sete anos.

O diretor-superintendente substituto da Previc, Alcinei Rodrigues, falou sobre a ampliação do rigor técnico do PAF. “Primeiro, segmentamos as entidades, considerando o porte e a complexidade. Em seguida, criamos critérios para que todas sejam fiscalizadas. Ao mesmo tempo, formulamos os manuais de fiscalização para que haja um padrão nacional dos procedimentos e definimos critérios objetivos para identificar riscos. Instituímos devolutivas e relatórios de auditoria. Estamos avançando na qualidade e na transparência”, disse.

Segundo as diretrizes da Resolução Previc 23/2023, as entidades de maior porte (S1) ou expostas a riscos graves devem ser supervisionadas de forma permanente. Quando classificadas

no segmento S2, têm supervisão periódica rotativa; e aquelas dos segmentos S3 e S4 são supervisionadas por meio da diligência rotativa.

A supervisão temática avaliará em 2026 questões relacionadas a segurança cibernética, processo eleitoral das EFPC e comunicação/transparência das entidades. Esse tipo de supervisão sobre temas transversais é uma novidade iniciada em 2025.

No ano de 2026, 10 entidades de maior porte terão fiscalização permanente; sete, supervisão periódica; 24 fundos de pensão terão diligências; 15 passarão por acompanhamento especial e 55 terão procedimento de Ação Fiscal Interna (AFI).

A Previc informa que todos os procedimentos seguem manuais específicos para garantir uma melhor qualidade e padronização dos procedimentos. A atuação dos auditores-fiscais também gera devolutivas e relatórios gerenciais periódicos.

O PAF também contempla a fiscalização indireta, visando ampliar a presença fiscal da Previc. São ações de monitoramento de conformidade, de indicadores de risco, de operações atípicas, situações específicas e monitoramento por outras fontes. A área pretende iniciar, de forma experimental, o sistema de detecção de operações atípicas, por meio de Inteligência Artificial – programa em fase final de desenvolvimento.

Aposentados do INSS devem ficar sem aumento real, de novo

Índice que corrige aposentadorias e pensões previdenciárias deve ficar em 4,66%

Por Martha Imenes

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem acima do salário mínimo (R\$ 1.621) devem continuar sem aumento real no benefício neste ano, embora mantenham o poder de compra, explica o economista Renan Silva, professor do Ibmec em Brasília. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025 deve ficar em torno de 4,66%, abaixo dos 6,79% dos beneficiários que recebem até o piso nacional. Se confirmado o percentual, o piso previdenciário passará dos atuais R\$ 8.157,41 para R\$ 8.537,54.

“Este ano o salário mínimo sofreu um reajuste de 6,79% ultrapassando as previsões do INPC. Além disso, o teto máximo dos benefícios pagos pelo INSS será ajustado com base no INPC acumulado, assegurando a manutenção do poder de compra desses valores”, finaliza.

Diferenças

A diferença de reajustes se dá porque o piso previdenciário acompanha o reajuste do mínimo, que prevê ganho real ao considerar a inflação medida pelo INPC no período de 12 meses até novembro do ano anterior e a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, limitada a 2,5%, conforme a re-



Luis Lima Jr / Gov.BR

A previsão de reajuste do INPC que consta na proposta de orçamento é de 4,66%

gra fiscal em vigor. Já para quem ganha acima do mínimo a regra leva em conta somente o INPC.

Após a divulgação oficial do INPC, que é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Previdência e o Ministério da Fazenda publicam uma portaria interministerial com todos os valores reajustados. Importante destacar que é aplicado o aumen-

to com data retroativa a 1º de janeiro de 2026.

Outros benefícios

Com o resultado da inflação, os benefícios do INSS – entre eles, aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte, por exemplo –, passaram a ter o valor mínimo de R\$ 1.621. Os segurados começam a receber com correção em fevereiro. Os que se aposentaram

ou começaram a receber pensão ou auxílio ao longo de 2025 terão uma correção proporcional ao número de meses em que o benefício foi concedido.

O Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas) – destinado a idosos e a pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza –, a renda mensal vitalícia e as pensões especiais

para dependentes das vítimas de hemodiálise da cidade de Caruaru, em Pernambuco, também ficaram em R\$ 1.621.

O que diz o especialista

O economista explica que as projeções do mercado financeiro apontam que o INPC acumulado para 2025 deve ficar em torno de 4,66% ou ligeiramente acima disso.

“O índice registrado em novembro, por exemplo, de 2025, foi de apenas 0,03%, também afetados pela política monetária restritiva, que tem realmente contribuído para a convergência da inflação para a meta, apesar de que a meta inflacionada é baseada no índice de preços”, diz.

Índice oficial

“O INPC é o índice oficial utilizado para corrigir tanto o teto previdenciário, quanto as aposentadorias e pensões do INSS que excedem o salário mínimo. Para os beneficiários que recebem valores acima do mínimo, o reajuste anual é baseado na variação com o lado do INPC referente ao ano anterior, ou seja, de janeiro a dezembro, embora o índice utilizado para 2026 leve em consideração a inflação até novembro de 2025. Por outro lado, aqueles que recebem um salário mínimo têm seu reajuste vinculado à política de valorização do piso nacional, que pode incluir ganhos reais além da inflação”, reitera.

Pagamento vai começar no próximo dia 26

Os valores dos benefícios poderão ser consultados a partir do dia 26 de janeiro, quando começam a receber aposentados e pensionistas do INSS que recebem até o piso nacional (R\$ 1.621) e quem ganha acima do salário mínimo terá seus créditos realizados a partir do dia 2 de fevereiro. O calendário de janeiro vai de 26 de janeiro a 6 de fevereiro.

Para orientar os usuários, Rodrigo Maranini, gerente de Produtos e Canais de Distribuição da Tecban, destaca que a organização é a chave para evitar filas. “O calendário é escalonado pelo número final do benefício. Saber exatamente o dia da liberação permite que o idoso planeje seu deslocamento com

segurança”, explica Maranini.

Como conferir o dígito

Para saber a data correta do pagamento, o segurado deve observar o último algarismo do número do seu cartão de benefício, desconsiderando o dígito verificador que aparece após o traço.

Para quem recebe até 1 salário mínimo, os pagamentos começam no dia 26 de janeiro (final 1) e terminam em 6 de fevereiro (final 0). Para os demais usuários deste benefício, os depósitos ocorrem entre 2 e 6 de fevereiro.

Dados

Atualmente, 21,9 milhões de benefícios têm o valor de até um salário mínimo e 2,1

milhões de beneficiários recebem acima do piso.

Os segurados que recebem até um salário mínimo geralmente passam a receber o valor reajustado nos últimos dias úteis de janeiro.

Os pagamentos para quem ganha acima do piso nacional costumam começar no primeiro dia útil de fevereiro.

Consultas

* Baixar o aplicativo Meu INSS, acessar com o login da sua conta gov.br e clicar em “Extrato de Pagamento”.

* Telefone 135: O atendimento funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h.

* Acessar o site oficial do Governo: www.gov.br/inss

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Beneficiários podem fazer saque em bancos da rede 24h

CORREIO NO MUNDO

Reuters/Folhapress



Rússia optou por “colocar panos quentes” na polêmica

Rússia critica EUA, mas evita escalada no caso do petroleiro

A Rússia criticou na quinta (8) a apreensão de um petroleiro com bandeira do país por forças americanas, ocorrida na véspera quando o navio Marinera se aproximava da Islândia. Para Moscou, que evitou escalar a crise, o ato aumenta “as tensões político-militares na zona euro-atlântica”. Segundo nota da chancelaria, a ação militar “ilegal, perigosa e irresponsável” americana irá inspirar seus aliados. “As autoridades do Reino Unido, que tem um longo histórico de pirataria marítima, estão particularmente inclinadas a intenções predatórias”. O ministério também pediu o retorno de russos que integram a tripulação do navio, que transportava petróleo venezuelano bloqueado pelo governo de Donald Trump, mas notavelmente não exigiu o retorno da embarcação.

Rússia analisa política externa dos EUA

O comedimento tem explicação. Os russos estão lendo o novo momento da política externa de Trump, que no seu primeiro ano de volta à Casa Branca fez aberturas importantes ao Kremlin, comprando boa parte do ponto de vista de Vladimir Putin acerca da Guerra da Ucrânia. Ao mesmo tempo, o americano tem como prioridade encerrar o conflito, e as negociações estão em fase de conclusão de proposta pelo lado ucraniano e europeu, em conjunto com os EUA.

Reuters/Folhapress



Petroleiro Bella-1 foi apreendido pelos EUA

Situação do navio é polêmica à parte

A captura por americanos no sábado (3) do ditador Nicolás Maduro, um aliado de longa data de Putin, fez crescer a percepção de que Trump irá endurecer sua posição para tentar força a Rússia a topar um acordo de paz. De forma secundária, há a própria situação legal do Marinera, no mínimo discutível. O petroleiro de 333 metros integrava o que é conhecido como frota fantasma: navios de identidade nebulosa usados para driblar sanções. Ele se chamava Bella-1 e tinha bandeira da Guiana até dezembro, quando Trump anunciou um bloqueio ao petróleo da Venezuela.

Plano europeu acaba frustrado

Também nesta quinta, a chancelaria bombardeou o plano anunciado por França e Reino Unido de enviar uma tropa de paz à Ucrânia para monitorar, com apoio americano, um eventual cessar-fogo entre os beligerantes. “Qualquer força estrangeira será um alvo legítimo”, disse a porta-voz Maria Zakharova.

Por Igor Gielow (Folhapress)

O temor de Petro

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, afirmou que teme que os EUA tentem conectar a sua imagem com a de Nicolás Maduro para invadir o país. Além do possível link com Maduro, o presidente disse ao jornal The New York Time ter receio de que os EUA o rotulem como um traficante de drogas.

Imagem errada

“Ele está completamente errado sobre isso [relação com as drogas]. Eu vivo humildemente do meu salário, mesmo que ele seja relativamente alto para os padrões da Colômbia”, disse, em entrevista ao jornal americano. Petro atribuiu a “imagem errada” que Trump tem dele à falta de uma comunicação direta entre os dois países.

Comunicação ruim

Ele também culpou a direita da Colômbia e dos EUA pela comunicação deficitária. Questionado sobre se continuaria a provocar Trump nas redes sociais, ele disse que não. Após o ataque à Venezuela, Petro disse que o americano tinha um “cérebro senil” e cogitou a possibilidade de “pegar em armas” para defender a Colômbia.

Convite realizado

As falas foram dadas ao jornal americano antes de Petro marcar uma reunião com Donald Trump. Na conversa com o jornal americano, ele também afirmou que planeja dormir no palácio presidencial. Os presidentes conversaram por telefone por uma hora na quarta (7). Após a ligação, o colombiano foi chamado para ir a Washington.

Catástrofe

Não há uma data prevista para o encontro, já que o visto de Petro foi revogado pelos EUA em setembro. O vice-chanceler da Colômbia, Mauricio Jaramillo, disse que ataque dos EUA na Venezuela poderia escalar e desencadear uma “catástrofe” sem precedentes na América Latina.

“Boa ideia”

“Se houver uma crise humanitária de grande envergadura, a crise, o impacto, a devastação serão incontroláveis. (...) Estamos falando de uma catástrofe que a América Latina não conhece”, afirmou Jaramillo à AFP. Após a Venezuela, Trump falou que uma nova operação militar em território colombiano parece “uma boa ideia”.



Delcy concordou em vender o petróleo venezuelano para Trump

Venezuela aceita vender petróleo para os EUA

Delcy Rodríguez, porém, diz que há ‘mancha’ na relação com o país

A líder interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, afirmou nessa quarta-feira (7) que o país concordou em negociar a venda de petróleo com os EUA. Ela afirmou que o comércio com os norte-americanos “não é extraordinário nem irregular”, após a petroleira estatal PDVSA anunciar uma negociação para vender óleo bruto aos EUA.

Ao mesmo tempo, a líder interina afirmou que o relacionamento entre os dois países ficou manchado após o ataque e a captura do ditador Nicolás Maduro no último sábado (3). O ataque do dia 3 deixou 100 mortos e feriu Maduro e sua mulher, Cilia Flores, segundo o ministro do Interior, Diosdado Cabello.

O presidente Donald Trump disse na noite desta quarta-feira (7), ao The New York Times, que espera que os Estados Unidos administrem a Venezuela e extraíam petróleo de suas enormes reservas por anos, e insistiu que o governo interino do país - todos ex-leais ao agora preso Nicolás Maduro - está “nos dando tudo o que consideramos necessário”.

Um dia antes, Trump havia declarado que a Venezuela entregará até 50 milhões de barris de petróleo aos EUA e que o país sul-americano comprará produtos dos EUA com os lucros advindos da venda do petróleo.

A líder venezuelana afirmou que “há uma mancha” na relação bilateral. Nas ruas de Caracas, houve protestos convocados por aliados do governo. “Nico [Maduro], agente, o povo se levanta!”, gritavam mani-

festantes em passeata no bairro popular de Catia.

“Estamos defendendo nossa soberania, nossa pátria. Desde pequenos nos diziam: o império, os gringos, e muita gente acreditou que isso era um conto de fadas”, declarou Tania Rodríguez, 57, aposentada.

A PDVSA informou em comunicado que “conduz uma negociação com os Estados Unidos para a venda de volumes de petróleo, no contexto das relações comerciais entre os dois países”. A empresa tem um acordo de extração e venda de petróleo, entre outros, com a petrolífera norte-americana Chevron.

O secretário de Energia dos Estados Unidos, Chris Wright, havia dito mais cedo que Washington controlará as vendas de petróleo “indefinidamente”.

Em declaração no Congresso, o secretário de Estado, Marco Rubio, afirmou que o governo tem um plano para a Venezuela e “não está improvisando”.

Os EUA planejam depositar a receita da venda de óleo bruto em contas sob seu controle. “Esses fundos serão distribuídos em benefício do povo americano e do povo venezuelano”, afirmou a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, repetindo discurso feito por Trump.

Trump receberá representantes das petroleiras dos EUA nesta sexta-feira (9), na Casa Branca, para analisar “a imensa oportunidade que têm” na Venezuela. “Não estamos roubando o petróleo de ninguém”, afirmou o secretário de Energia.

Revoltados com possível acordo com Mercosul, agricultores ocupam Paris

Manifestantes franceses interditaram principais vias e monumentos da capital

Reuters/Folhapress

Por André Fontenelle (Folhapress)

Revoltados com a iminente assinatura do acordo comercial entre União Europeia e Mercosul, agricultores franceses ocuparam com tratores na manhã desta quinta-feira (8) pontos icônicos de Paris, como o Arco do Triunfo e a Torre Eiffel, e quase agrediram a presidente da Assembleia Nacional, o parlamento francês, Yaël Braun-Pivet.

Braun-Pivet foi vaiada ao sair das dependências da Assembleia para encontrar os agricultores, do lado de fora. Uma manifestante a acusou de “traidora” e outro jogou um líquido sobre ela, obrigando os seguranças a retirá-la às pressas.

Mesmo assim, Braun-Pivet disse apoiar a causa dos agricultores, e que iria recebê-los à tarde. “Os franceses têm o direito de exprimir sua cólera”, afirmou. Isso demonstra o quanto o tema é delicado para os políticos do país, devido à popularidade da categoria junto à opinião pública.

Por sua vez, o porta-voz do partido Reunião Nacional, de ultradireita, Laurent Jacobelli, foi efusivamente recebido pelos agricultores no mesmo local.

Os manifestantes derrubaram uma árvore no oeste de Paris, para interromper o trânsito. Oito agricultores foram presos, mas a polícia pouco fez para reprimir a ocupação das ruas da capital.

O Ministério do Interior informou à AFP que cerca de 100 tratores estão em Paris, “mas a maioria está bloqueada nos portões da capital”.

A porta-voz do governo, Maud Bregeon, qualificou de “inaceitável” o comportamento dos manifestantes, o que só aumentou a irritação dos agricultores. “Bloquear parcialmente a [rodovia] A13, como está acontecendo esta manhã, ou tentar chegar à Assembleia Nacional com todo o simbolismo que isso acarreta, continua sendo ilegal. O ministro do Interior não permitirá”, comentou Bregeon.

Os agricultores acusam o presidente Emmanuel Macron de traí-los ao permitir a



aprovação do acordo, que, acredita-se, será assinado pelos dois blocos na segunda-feira (12), no Paraguai.

Após ter dado declarações ambíguas sobre o tratado, Macron conseguiu o apoio da Itália para adiar a assinatura, em dezembro. Agora, porém, o governo de Giorgia Meloni sinaliza aceitar a ratificação.

Ruas bloqueadas em Paris

Agricultores franceses iniciaram um bloqueio antes do amanhecer nas estradas que levam a Paris e em vários pontos turísticos da cidade, em protesto contra o acordo comercial entre União Europeia e Mercosul, bem como contra outras queixas locais.

Vários sindicatos convocaram os protestos em Paris em meio a temores de que

o acordo de livre comércio planejado com o bloco de países da América do Sul inundará a UE com importações de alimentos baratos, e em indignação com a forma como o governo está lidando com uma doença que afeta o gado.

“Estamos entre o ressentimento e o desespero. Temos um sentimento de abandono, com o Mercosul sendo um exemplo”, disse Stéphane Pelletier, membro do sindicato Coordination Rurale, à Reuters ao pé da Torre Eiffel.

Os agricultores romperam as barreiras policiais para entrar na cidade, dirigindo pela avenida Champs-Élysées e bloqueando a estrada ao redor do monumento Arco do Triunfo nesta quinta-feira, enquanto a polícia os cercava.

Dezenas de tratores obstruíram as rodovias que levam à capital antes da hora do rush matinal, incluindo a A13 que liga Paris aos subúrbios ocidentais e à Normandia, causando 150 km de engarrafamentos, disse o ministro dos Transportes Philippe Tabarot.

O Ministério do Interior informou à agência de notícias AFP que cerca de 100 tratores estão em Paris, “mas a maioria está bloqueada nos portões da capital”.

O protesto aumenta ainda mais a pressão sobre o presidente Emmanuel Macron e seu governo, um dia antes da votação do acordo comercial pelos Estados-membros da UE. Sem maioria no parlamento, qualquer erro político de Macron pode resultar em um voto de desconfiança na Câmara.

Há muito tempo a França tem sido uma forte oponente do acordo comercial e, mesmo depois de obter concessões de última hora, a posição final de Macron ainda é desconhecida.

Nesta semana, a Comissão Europeia propôs disponibilizar 45 bilhões de euros de financiamento da UE mais cedo para os agricultores no próximo orçamento de sete anos do bloco e concordou em reduzir as taxas de importação de alguns fertilizantes em uma tentativa de conquistar os países que estão hesitando em apoiar o Mercosul.

O acordo é apoiado por países como a Alemanha e a Espanha, e a Comissão parece estar mais próxima de obter o apoio da Itália. O respaldo de Roma significaria que a UE teria os votos necessários para aprovar o acordo comercial com ou sem o apoio da França.

Uma votação sobre o acordo é esperada para sexta-feira (9).

Os agricultores também exigem o fim da política governamental de abate de vacas em resposta à doença altamente contagiosa conhecida como dermatite nodular contagiosa, que consideram excessiva, defendendo, em vez disso, a vacinação.

A polícia estava evitando confrontos com os manifestantes, disse o ministro. “Os agricultores não são nossos inimigos”, afirmou Tabarot.

Morte de americana por agente do ICE gera onda de protestos

A morte a tiros de uma mulher de 37 anos por um agente do ICE, o serviço de imigração dos Estados Unidos, na cidade de Minneapolis deixou grande parte do país em estado de tensão. O episódio provocou indignação de moradores, políticos e autoridades locais e deve desencadear uma nova onda de protestos massivos pelo país.

Milhares de pessoas se reuniram para uma vigília à luz de velas ainda na noite de quarta-feira (7), em Minneapolis, para lamentar e protestar contra o episódio. Manifestantes também foram às ruas em Nova York. Outros atos foram convocados em ao menos cinco cidades, como Chicago, Seattle, Phoenix, Orlando e Columbus.

A vítima foi identificada como Renee Nicole Good. Segundo relatos de familiares à imprensa americana, ela tinha três filhos: uma menina de 15 anos e dois meninos, de 12 e 6.

Good também era uma poeta premiada e amante de cinema. Estudou escrita criativa na Universidade Old Dominion, em Norfolk, e ganhou o Prêmio da Academia de Poetas Americanos para estudantes de graduação.

Em maio de 2020, Minneapolis foi palco de um outro episódio marcante de violência: o assassinato brutal de George Floyd, um homem negro que foi sufocado até a morte por um policial branco. Sua morte motivou manifestações dentro e fora dos EUA e virou tema central nas eleições.

Desta vez, Good foi morta dentro de seu carro enquanto aparentemente tentava fugir de uma operação de fiscalização migratória, em mais um incidente violento durante a repressão nacional contra imigrantes promovida por Donald Trump.

Seus familiares a descrevem como uma pessoa “extremamente amorosa, compreensi-

va e afetuosa” e contestam a versão dada pelo governo de que Good teria confrontado agentes do ICE.

Moradores que se reuniram em Minneapolis para protestar contra o tiroteio foram recebidos por agentes federais fortemente armados e usando máscaras de gás, que dispararam munições químicas contra os manifestantes.

A operação de quarta-feira faz parte da repressão nacional do presidente republicano contra imigrantes. Trump enviou agentes federais de imigração para cidades governadas por democratas nos EUA durante 2025, o que gerou reações negativas dos moradores e dos líderes locais.

Nas últimas semanas, agentes federais foram enviados a Minneapolis e à cidade vizinha de Saint Paul após acusações de fraude envolvendo imigrantes somalis, que

Trump chamou de “lixo”. Moradores contrários à medida vinham alertando seus vizinhos sobre a presença dos funcionários do ICE.

O prefeito da cidade, Jacob Frey, culpou o presidente por aumentar as tensões em torno da fiscalização migratória. “Para o ICE, deem o fora de Minneapolis. Não queremos vocês aqui”, afirmou em pronunciamento. O governador de Minnesota, Tim Walz -que concorreu à vice-Presidência ao lado de Kamala Harris em 2024-, criticou o governo do republicano por sua resposta ao incidente, que classificou de “terrorismo doméstico”. “Não acreditem nessa máquina de propaganda”, escreveu.

Trump afirmou que o caso parece ter sido um ato de legítima defesa.

Por Manoella Smith (Folhapress)

CORREIO ESPORTIVO

Pedro Souza/ Atlético-MG



Atlético crê que Hulk está sem clima para seguir no clube

Fluminense não desiste de Hulk e negocia com Atlético-MG

O Fluminense não desistiu da contratação de Hulk. O clube carioca negocia a liberação diretamente com o Atlético-MG, mesmo após o ídolo confirmar que cumpriria o contrato. O estafe de Hulk, na figura de Marisa Alija, tinha dado as negociações como encerradas na terça. O atacante se pronunciou nas redes sociais, afirmando que o Galo tentou aposentá-lo, mas que mantinha carinho pelo clube. O Atlético, por sua vez, vê Hulk sem clima para continuar. A reportagem apurou que o status de ídolo não mudou, mas as negociações pela permanência estremeceram a relação entre as partes. Tanto que, mesmo que atinja as metas de renovação automática, a cláusula não deve ser ativada. A intenção do estafe de Hulk é que ele cumpra o contrato com o Atlético até dezembro.

Um sonho ainda possível?

Por isso, a diretoria do Galo negocia diretamente com o Fluminense. Segundo o ge, em informação confirmada pela reportagem, Mário Bittencourt e Rafael Menin conversaram para viabilizar a liberação. Irredutível anteriormente, o Atlético admite flexibilizar os valores da multa rescisória (R\$ 60 milhões) para encerrar o contrato de Hulk e abrir caminho ao Tricolor das Laranjeiras.

Por Guilherme Xavier (Folhapress)

Divulgação/ WTT



Calderano estreou com derrota na temporada 2026

Hugo Calderano eliminado no Qatar

Hugo Calderano está eliminado no WTT Champions de Doha 2026. O brasileiro perdeu na estreia para o alemão Dimitrij Ovtcharov, nesta quinta-feira (8), por 3 games a 2 e está fora da competição no simples.

Calderano correu atrás do alemão durante grande parte do jogo, mas pegou no último game e acabou derrotado. Ovtcharov venceu o primeiro e o terceiro games, viu o brasileiro empatar o confronto duas vezes, mas pontuou quatro vezes seguidas para fechar a última parcial e avançar no torneio.

Buscava conquista inédita em Doha

Calderano buscava seu primeiro título em um torneio nível Champions, que reúne os 32 melhores ranqueados pela federação internacional. A competição está abaixo apenas dos Grand Smashes. O melhor resultado do brasileiro neste torneio foram os vice-campeonatos em Incheon 2024 e Macao 2025. Calderano é o terceiro colocado do ranking mundial e segundo cabeça de chave da competição em Doha.

João Fonseca

João Fonseca pretende disputar o ATP 250 de Adelaide na semana que vem após sofrer lesão na região da lombar. O brasileiro retomou os treinos nos últimos dias e já está em Adelaide. Ele só deve definir mesmo se joga nos próximos dias enquanto se prepara para o torneio da semana que vem.

Em recuperação

Depois de Adelaide, João Fonseca jogará o Australian Open. Ele será cabeça de chave pela primeira vez em um Grand Slam em sua carreira. Nesta semana, o tenista brasileiro abriu mão de disputar o ATP 250 de Brisbane, na Austrália, por conta de uma lesão na região lombar. Ele segue em recuperação.

Vegetti de saída?

Artilheiro do Brasil em 2025, o atacante Pablo Vegetti, do Vasco da Gama, está na mira do Cerro Porteño, do Paraguai. Enrique Biedermann, diretor Cerro, confirmou ao ABC Deportes. "Ele é um jogador com quem estamos conversando, mas é uma negociação complicada. Mas sim, estamos em negociações."

Caso encaminhado

Já o jornalista Arturo Máximo Rubin, da Telefuturo, afirma que as negociações estão avançadas e que a tendência é que o camisa 99 seja mesmo negociado com os paraguaios. Com a chegada de Fernando Diniz, Vegetti perdeu espaço e passou a frequentar o banco. Por ter um dos maiores salários do elenco, o Vasco não fará jogo duro para liberá-lo.

Danilo na mira

Com a transferência de Gerson para o Cruzeiro bem encaminhada, o Zenit, da Rússia, está monitorando a situação do volante Danilo, do Botafogo. No entanto, a contratação aconteceria apenas depois da Copa do Mundo, quando terá início a próxima temporada do futebol russo. O foco, no momento, é John John, do Bragantino.

Cristian Medina

Segundo o UOL, o Botafogo avançou bastante nas negociações e encaminhou a contratação do volante Cristian Medina, do Estudantes. O jogador de 23 anos chegará por empréstimo de um ano, com opção de compra. No momento, o Glorioso tenta resolver o transfer ban, que o impede de registrar reforços.



Everton Cebolinha está na lista dos jogadores negociáveis

Flamengo faz jogo duro para evitar tomar calotes

Interesse nos atletas do clube desperta cautela "anticalote"

Por Bruno Braz (Folhapress)

Com receita superior a R\$ 2 bilhões em 2025, o Flamengo não tem emergência por entrada de dinheiro e, por causa disso, tem negociado com extrema cautela com os clubes que se mostram interessados em seus jogadores.

Presidente do Rubro-Negro, Luiz Eduardo Baptista tem liderado uma cruzada a favor do Fair Play Financeiro no futebol brasileiro. O dirigente tem sido extremamente crítico com clubes que não têm honrado seus compromissos.

O exemplo maior utilizado internamente é o caso do volante Thiago Maia, comprado em 2024 pelo Internacional por 4 milhões de euros (R\$ 25 milhões) que jamais foram pagos ao Flamengo. Os clubes só foram chegar a um acordo agora, em dezembro, quando houve um perdão da dívida, com juros, na negociação onde o Rubro-Negro comprou o zagueiro Vitão, do Colorado.

Uma situação onde o Flamengo tem demonstrado rigor é na negociação com o São Paulo, que deseja o volante Allan. O Rubro-Negro não se opõe em realizar uma transação do jogador, que sequer foi relacionado para a disputa da Copa Intercontinental, em dezembro, no Qatar. Porém, mesmo com o atleta fora dos planos, a ordem é não dar brechas para que o clube tenha prejuízos futuros.

Embora as conversas sigam acontecendo por empréstimo ao

Tricolor, há um receio por parte do Flamengo em função do caos político que vive o clube do Morumbi, com a possibilidade de impeachment do presidente Julio Casares, em votação que acontecerá no próximo dia 14 no Conselho Deliberativo da agremiação paulista.

A tendência é que as tratativas fiquem estagnadas até lá, com Allan se reapresentando ao Rubro-Negro no próximo dia 12, data do retorno do elenco principal no Ninho do Urubu.

Outro exemplo do rigor do Flamengo na negociação de seus atletas foi o empréstimo do lateral-esquerdo Viña ao River Plate. O Rubro-Negro amarrou um contrato onde foi inclusa uma cláusula de obrigação de compra por US\$ 5 milhões (R\$ 26,9 milhões) caso se atinja 50% dos jogos na temporada e também um pagamento de US\$ 500 mil (R\$ 2,6 milhões) pela cessão do uruguaio até o fim de 2026.

Após os argentinos apresentarem as garantias, Viña foi liberado e já está com o elenco do River Plate.

Já Everton Cebolinha vive uma situação à parte. O Flamengo sabe que o atacante tem mercado e analisa bem as possibilidades.

O jogador, por exemplo, foi utilizado como moeda de troca na proposta por Kaio Jorge, do Cruzeiro. A oferta era a cessão de Cebolinha e mais 24 milhões de euros (R\$ 151 milhões), porém o clube mineiro recusou. Sem negócio com a Raposa, o atacante segue nos planos do técnico Filipe Luís.

Entenda como funcionará a nova edição da milionária Copa do Brasil

CBF anunciou as datas e detalhou melhor o novo formato da Copa do Brasil 2026

A CBF anunciou as datas-base e também o novo formato da Copa do Brasil 2026, que passará a contar com 126 clubes, 34 a mais em relação ao ano passado.

O que aconteceu?

Todos os clubes participantes foram divididos em três grupos: O primeiro comporta os representantes da Série A, enquanto no segundo estão os campeões da Copa do Nordeste, Copa Verde e dos Campeonatos Brasileiros Séries C e D da temporada 2025. O demais times estão na terceira subdivisão.

Os times da Série A entrarão apenas na quinta fase da competição, marcada para os dias 22 ou 23 de abril (jogos de ida) e 13 e 14 de maio (jogos de volta).

Não há mais uma subdivisão para os clubes que também disputam a Copa Libertadores. Até o ano passado, estes times estreavam na Copa do Brasil na terceira fase, enquanto demais integrantes da Série A apareciam em etapas anteriores.

A final acontecerá em jogo único, no dia 6 de dezembro. Em caso de empate, a definição do campeão será nos pênaltis.

A Copa do Brasil distribuirá duas vagas para a Libertadores, sendo uma para a fase de grupos e a segunda para a fase preliminar. Porém, caso o campeão nacional já tenha garantido a vaga por outra competição, o vice herdará o acesso à fase de grupos, e a vaga para a fase preliminar retornará ao Brasileiro.

ENTENDA O FORMATO

Primeira Fase

Quem joga: 28 clubes do grupo 3 mais mal ranqueados do Ranking Nacional de Clubes 2026 (RNC).
Data-base: 18 ou 19 de fevereiro.
Definição dos confrontos: Um clube do bloco I (1º a 14º no RNC 2026) enfrenta um clube do bloco II (15º a 28º no RNC 2026), sendo que o 1º mais bem ranqueado enfrenta o 28º mais bem ranqueado, o 2º mais bem ranqueado enfrenta o 27º mais bem ranqueado e assim sucessivamente. O mando de campo será definido por sorteio.

Segunda Fase

Quem joga: 14 classificados da 1ª Fase e 74 clubes restantes do grupo 3.



Thais Magalhães/CBF

Data-base: 25 ou 26 de fevereiro e 4 ou 5 de março (jogos de ida e volta).
Definição dos confrontos: Sorteio, que também definirá mandos e chaveamentos das Fases 3 e 4.

Terceira Fase

Quem joga: 44 classificados da 2ª Fase e os 4 clubes do grupo 2.
Data-base: 11 ou 12 de março.

Quarta Fase

Quem joga: 24 clubes classificados da 3ª Fase.
Data-base: 18 ou 19 de março.

Quinta Fase

Quem joga: 12 classificados da 4ª Fase e os 20 do grupo 1.
Data-base: 22 ou 23 de abril e 13 ou 14 de maio (jogos de ida e volta).
Definição dos confrontos: Sorteio, sendo que os 32 clubes serão posicionados em 2 blocos, sendo que os clubes do bloco I (1º a 16º no RNC 2026) enfrentarão os clubes do bloco II (17º a 32º no RNC 2026).

Oitavas de final

Quem joga: 16 classificados da 5ª Fase.
Data-base: 1 ou 2 de agosto e 5 ou 6 de agosto (jogos de ida e volta).
Definição dos confrontos: Sorteio.

Quartas de final

Quem joga: oito classificados das oitavas de final.
Data-base: 26 ou 27 de agosto e 2 ou 3 de setembro (jogos de ida e volta).
Definição dos confrontos: Sorteio.

Semifinal

Quem joga: quatro classificados das quartas de final.
Data-base: 1 e 8 de novembro
Definição dos confrontos: Sorteio.

Final

Quem joga: dois classificados da semifinal.
Data-base: 1 e 8 de novembro.

Times participantes

Grupo 1: Flamengo, Corinthians, Palmeiras, Atlético Mineiro, São Paulo, Fluminense, Botafogo, Athletico Paranaense, Bahia, Vasco da Gama, Cruzeiro, Grêmio, Internacional, Red Bull Bragantino, Santos, Vitória, Coritiba, Mirassol, Chapecoense, Remo
Grupo 2: Paysandu, Ponte Preta, Confiança, Barra
Grupo 3: Galvez, Independência-AC, Vasco-AC, ASA, CRB, CSA, Penedense, Amazonas, Manauara, Manaus, Nacional-AM, Independente-AP, Oratório, Trem, Atlético-BA, Jacuipense, Juazeirense, Porto, Ceará, Fortaleza, Maracanã, Tirol, Capital, Ceilândia, Gama, Desportiva, Porto Vitória, Rio Branco, Anápolis, Atlético-GO, Goiás, Vila Nova, IAPE, Imperatriz, Maranhão, América-MG, Athletic, Betim, Tombense, Uberlândia, Pantanal, Ivinhema, Operário-MS, Cuiabá, Mixto, Operário-MT, Primavera, Águia de Marabá, Bragantino-PA, Castanhal, Tuna Luso, Botafogo-PB, Serra Branca, Sousa, Maguary, Retrô, Santa Cruz, Sport, Altos, Fluminense-PI, Piauí, Azuriz, Cianorte, Londrina, Maringá, Operário-PR, Boavista, Madureira, Nova Iguaçu, Portuguesa-RJ, Sampaio Corrêa, Volta Redonda, ABC, América-RN, Laguna, Guaporé, Ji-Paraná, Porto Velho, Baré, GAS, Monte Roraima, Caxias, Guarany de Bagé, Juventude, São Luiz, Ypiranga, Avaí, Figueirense, Joinville, Santa Catarina, América-SE, Itabaiana, Lagarto, Guarani, Novorizontino, Portuguesa-SP, Primavera, São Bernardo, Araguaian, Capital-TO, Tocantinópolis

Entidade máxima do futebol brasileiro detalhou e divulgou as datas do torneio desse ano

Atletas paralímpicos se frustram com o Flamengo

Gessyca Guerra e Michel Pessanha iniciaram o mês de dezembro como vencedores do Prêmio Paralímpicos 2025 no remo. Dias depois, porém, receberam a notícia de que o Flamengo, clube que defendiam, iria cortar a modalidade do planejamento de 2026.

O remo era, até então, a única pasta a ter atletas com deficiência em seu escopo. A partir deste ano, o Rubro-Negro não conta mais com esportes paralímpicos.

“O Flamengo fala sobre inclusão, representatividade em todos os aspectos do esporte. Diz que apoia e compra essa cultura, esse legado, mas isso não é verídico, tanto que extinguiram o pararemo”, afirma Gessyca.

“Foram 12 anos servindo o Flamengo. Achava que merecíamos algumas explicações, mas não foi assim. Acabou e acabou. O Flamengo tem um departamento social, diz que apoia diversas causas, inclusive a da pessoa com deficiência... Como apoia se não quer no clube?”, diz Michel.

Diana Barcellos e Valdeir Junior, outros integrantes da delegação, também foram desligados do clube. O Rubro-Negro oficializou o movimento em nota oficial publicada na terça, no mesmo documento em que informou o fim da canoagem.

Gessyca, diagnosticada com paralisia cerebral, pratica a modalidade há quatro anos e começou, justamente, no Flamengo. Natural de São Gonçalo, ela, inclusive, morava no alojamento do clube.

Michel, que tem sequelas da poliomielite na perna e nádega, ambas do lado direito, também iniciou no pararemo do Rubro-Negro, onde estava prestes a completar 13 anos - ele trabalhava como mecânico antes de se tornar atleta.

A dupla, em junho, conquistou a medalha de ouro no PR2 Double Skiff Misto na Copa do Mundo, em Varese, na Itália. Também foram campeões brasileiros e ficaram na quinta colocação no Mundial de Xangai.

À reportagem, eles relataram que, nos bastidores, já havia sinais de que haveria

cortes, mas o fim da modalidade não era esperado.

“Havia conversas de que haveria mudanças. Nós buscávamos uma resposta mais concreta sobre a situação, mas os gestores nunca davam. Imaginávamos que teriam cortes, mas acabar com a modalidade toda nos pegou de surpresa”, conta Gessyca.

“Nestas tentativas de conversas, cada hora indicavam uma coisa. Em um momento haveria cortes porque estávamos onerando o clube, em outro porque a diretoria não queria mais esporte adaptado. Após o anúncio do Flamengo, falou-se muito em custos: eu ganhava um salário mínimo. E, desde quando comecei, em 2020, fui campeã de tudo pelo Flamengo, remando sozinha ou em conjunto.”

Michel não escondeu a frustração com a forma que o Rubro-Negro conduziu o tema e questionou a decisão da diretoria.

“Eu nunca perdi um título pelo Flamengo no Brasileiro. Eu estou invicto desde quando entrei no departamento. Já ganhei Mundial, nos Estados Unidos, vestindo a camisa do Flamengo. Tenho resultados em Copas do Mundo e Mundiais pela seleção”, lembrou.

Os atletas apontaram uma diferença de tratamento da atual diretoria do Flamengo em relação a gestões anteriores do clube.

Os remadores relataram que, ao longo do ano, houve atitudes que foram avaliadas como um certo boicote. Os nomes dos paratletas, por exemplo, vez ou outra, não constava na lista do café da manhã oferecido a todos do departamento após os treinos, no refeitório do clube.

“O Flamengo está passando por alguma crise financeira que não possa manter os atletas? Não é isso, mas eles também não chegaram e sentaram conosco para conversar e explicar o real motivo. Tinha atleta que recebia um salário mínimo. O real motivo acredito que seja o fato dessa diretoria não querer trabalhar com atletas com deficiência”, afirma.

Por Alexandre Araujo (Folhapress)

Big techs pressionam para adiar ECA DIGITAL

Projeto regulariza jovens ao uso de rede social e marketplace

Existe uma disputa global sobre quem deve ser responsável por aferir a faixa etária dos usuários

Pexels/Andrea Piacquadio

Big techs e outras empresas de tecnologia buscam atrasar a aplicação do ECA Digital (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente), com início de vigência previsto para 18 de março, dizendo que a lei contém termos genéricos. Fazem isso por meio de diálogo com parlamentares e participação em consultas abertas pelo regulador, que já fez as primeiras concessões.

A nova regulamentação vai alterar o funcionamento de toda a internet no Brasil — de redes sociais a sites de ecommerce e jogos online —, segundo o diretor-presidente da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), Waldemar Ortunho. A recém-promovida agência será responsável por regulamentar a lei.

“Quando a lei menciona acesso provável por crianças e adolescentes, pode ser qualquer site ou aplicativo”, resume Ortunho. Desde outubro, quando iniciou consultas públicas sobre o tema, a ANPD recebe alegações de empresas de que esse e outros trechos gerariam insegurança jurídica, além de pedidos por mais tempo.

O texto foi aprovado com amplo clamor social após o vídeo do influenciador Felca denunciar a exploração sexual infantil nas redes sociais.

“O prazo é o motivo principal da grita de parte do setor empresarial”, diz a coordenadora de programas do Instituto Alana Maria Mello. Para ela, a lei trata dos riscos para crianças na internet de uma maneira “holística, bem concatenada e bem discutida.”

Enquanto o período de adaptação para a vigência da LGPD (lei geral de proteção de dados) foi de 21 meses, o do ECA Digital é de seis meses, contados desde a sanção, em setembro, para que a implementação ocorra no atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O governo fez isso por meio de veto ao prazo de vacância ori-

ginal de um ano, alegando uma defesa do interesse público, e da edição de uma medida provisória. O presidente do Congresso, o senador Davi Alcolumbre (MDB-AP), não pautou a derubada do veto no prazo preferencial de 45 dias.

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE), relator da medida provisória 1.319 de 2025, que definiu em março a vigência do ECA Digital, disse ser contra qualquer alteração no prazo. Caso não seja votada no Congresso até 25 de fevereiro, a medida provisória estabelecendo o prazo de início do ECA Digital perde a validade.

O Instituto Alana diz que adiar a validade e fiscalização da lei “abre espaço para interpretações ou mesmo alterações oportunistas”. Porém, sua coordenadora de projeto admite que a implementação faseada do ECA Digital já está na mesa de debate.

As empresas obtiveram uma primeira vitória em decisão recente da ANPD. Embora seu diretor-presidente tenha afirmado que trabalha para aplicar a legislação daqui a três meses, a agência cedeu em partes: adiou a cobrança de verificação de idade para o primeiro semestre de 2027.

Em outro despacho do dia 24, a ANPD definiu também que será obrigação da loja de

“Quando a lei menciona acesso provável por crianças e adolescentes, pode ser qualquer site ou aplicativo”

Waldemar Ortunho

aplicativos — Play Store do Google em smartphones Android e Apple Store no caso de iPhones — emitir um sinal de idade aos desenvolvedores de apps.

Nesta quarta (7), o governo Lula adiou do fim de janeiro para 13 de fevereiro o prazo para as empresas de tecnologia apresentem as medidas que vêm adotando para se adaptar ao ECA Digital.

A Meta (conglomerado que controla Instagram, Facebook e WhatsApp) defende a aprovação parental na loja, afirmando que Google e Apple já têm tecnologia para fazer essa avaliação e a aplica ao processar paga-

mentos, para evitar compra de menores de idade com os meios de pagamento dos pais.

- “A exigência, pelo ECA Digital, de verificação de idade pelas lojas de aplicativos permite que o setor de tecnologia ofereça serviços adequados para cada faixa etária e simplifica a supervisão parental desde o momento de download de apps”, diz a empresa em nota.

Existe uma disputa global sobre quem deve ser responsável por aferir a faixa etária dos usuários, uma atividade que envolve custos e riscos jurídicos em caso de erro.

Para o vice-presidente de Políticas Públicas do Google, Kareem Ghanem, uma proposta nos moldes da brasileira transfere para as lojas de aplicativos as responsabilidades do conglomerado de redes sociais, que é alvo de críticas por supostos efeitos nocivos sobre menores de idade. Ele se pronunciou sobre a disputa com a Meta em publicação no blog do gigante das buscas.

Em pronunciamento enviado à Folha, o Google diz que “prazos adequados são fundamentais para garantir uma conformidade eficaz, responsável e sustentável.”

Procurada, a Apple disse que não iria comentar. Em relatório, a fabricante do iPhone afirma

que não requer verificação de idade com alta precisão para evitar a coleta de dados sensíveis, como documentos de identidade. A checagem mais detalhada é uma opção de cada aplicativo.

O TikTok disse que planeja se adequar à legislação vigente.

Segundo quatro pessoas que acompanham o debate sobre regras para ambientes digitais no Brasil, que pediram para manter suas identidades sob anonimato, levou a melhor nessa queda de braço o time de políticas públicas da Meta, chefiado por Yana Dumaresq. Ela tem extensa experiência em Brasília: foi vice-ministra de economia internacional sob Paulo Guedes, na gestão de Jair Bolsonaro (PL), e mantém bom trânsito com o Legislativo.

O Senado negou pedidos de acesso à informação da Folha sobre visitas de advogados das big techs à casa legislativa, sob a alegação de que se trata de informação pessoal. O gabinete de Alcolumbre não respondeu se ele planeja levar ao plenário o veto de Lula a trechos do ECA Digital.

A Camara-e.net, que representa empresas de tecnologia no Brasil, trabalha para emplacar demandas que atendam todo o setor “de maneira transversal”, diz Igor Luna, diretor do comitê jurídico da entidade. “A gente entende que uma extensão do prazo seria importante tanto para que a regulamentação fosse finalizada, porque a lei sozinha não é autoaplicável, quanto para que as empresas, independentemente do porte, possam aplicar.”

De acordo com Luna, o maior receio não é em relação à fiscalização da ANPD, mas quanto ao risco de judicialização com base no ECA Digital.

Em manifestação na consulta pública realizada pelo regulador, a Abes (entidade que representa empresas de tecnologia de pequeno e médio porte) afirmou que a “aferição de idade é o exemplo mais crítico” dos desafios que o ECA Digital pode impor. “Se as soluções nesse âmbito não forem bem planejadas, poderão resultar em barreiras às operações de empresas, em especial startups, além de pequenas e médias empresas nacionais.”

Por Pedro S. Teixeira (Folhapress)

CORREIO NACIONAL

Rovena Rosa/Agência Brasil



Redução chegaria a 33% em cidades com tratamento

Gestão de resíduos pode levar a redução de emissão de gases

Cidades com 100 mil habitantes podem reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 33,5% se realizarem a gestão dos seus resíduos sólidos em nível intermediário daqui para frente. A conclusão é de estudo da consultoria internacional de gestão de resíduos e economia circular, a S2F Partners. De acordo com a consultoria, os municípios com gestão intermediária são aqueles que têm coleta universal, cerca de 6% de reciclagem e destinação final em aterro com captação de gás metano e queima do biogás. O levantamento mostra que a redução das emissões pode chegar a 61,7% em municípios com sistemas avançados de gestão dos resíduos sólidos.

‘Grave risco à saúde humana’

“Lixões ou aterros municipais sem licenciamento ambiental, ou que não adotem tratamentos adequados para gases e chorume, representam um grave risco à saúde humana e ao meio ambiente, causando poluição do ar, contaminação do solo e da água, além de favorecer a proliferação de insetos”, afirma o presidente da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente, Marçal Cavalcanti.

Freepik



Lote teve venda, distribuição e consumo suspenso

Anvisa recolhe molho de tomate

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária Anvisa) determinou, nessa quarta-feira (7), o recolhimento do lote LM283 do molho de tomate Passata de Pomodoro Di Puglia,, da marca Mastromauro Granoro. Com isso, o lote do produto teve a sua comercialização, distribuição, importação, divulgação e consumo suspensos. A medida foi tomada depois do alerta da rede RASFF (Rapid Alert System for Food and Feed - Sistema de Alerta Rápido para Alimentos e Rações) de que o lote do molho de tomate importado no Brasil continha pedaços de vidro.

Câncer de colo do útero

A Fundação do Câncer lançou na quinta nova versão atualizada do Guia Prático de Prevenção do Câncer de Colo do Útero, como parte do Janeiro Verde, mês de conscientização e prevenção da doença. O guia teve a primeira edição lançada em 2022, quando se falava de vacinação contra o HPV, vírus que afeta a pele e as mucosas e o rastreamento com o exame Papanicolau.

Vacina da dengue

Na luta contra a dengue, o SUS vai aplicar a vacina produzida pelo Instituto Butantan, de dose única, em três cidades: Maranguape (CE) e Nova Lima (MG), a partir de 17 de janeiro, e em Botucatu (SP), no dia 18. A ideia é avaliar os resultados com a imunização de pelo menos 50% dos moradores desses municípios.

Política de vacina

O Ministério da Saúde enviou a mensagem: “Hora de se vacinar! No Brasil, temos muitas vacinas para proteger as crianças! Comece o ano com a caderneta de vacinação do seu filho em dia”. A iniciativa reforça, em 2026, a importância da vacinação como política pública essencial de proteção à saúde.

9 mil estudantes

O Ministério da Saúde lançou, na quinta, a maior edição do Programa Nacional de Vivências no SUS. A cerimônia ocorreu no Campus Darcy Ribeiro, da Fiocruz, e marcou o início das atividades que irão mobilizar cerca de 9 mil estudantes de graduação, da educação profissional técnica de nível médio e residentes.

Novas regras

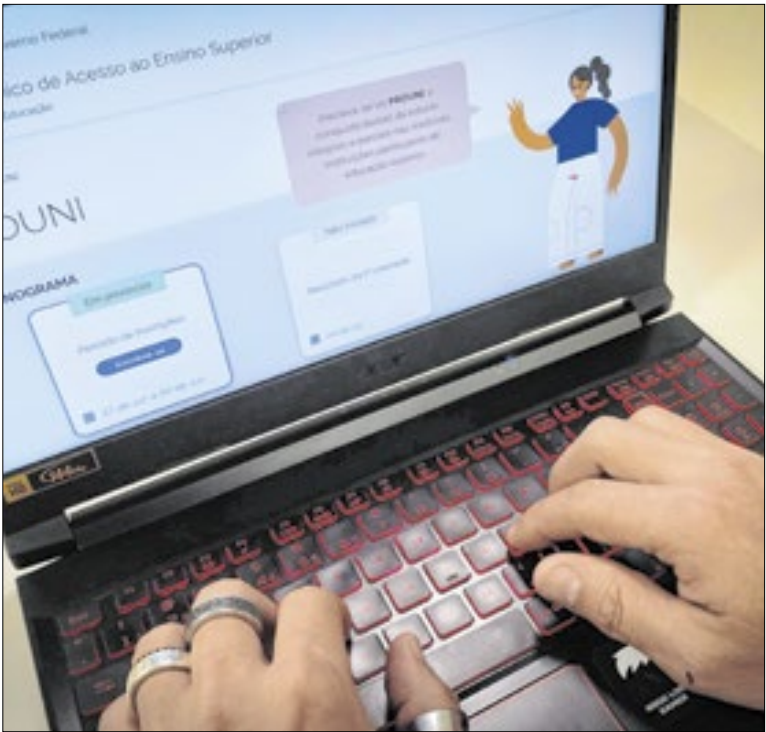
O Governo do Brasil atualizou as regras para o transporte de produtos agropecuários em bagagens. Publicada no Diário Oficial da União pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, a medida busca impedir a entrada de agentes causadores de doenças e pragas que possam colocar em risco a saúde pública, o meio ambiente e ao agro.

Ajuda vizinha

Um avião venezuelano chegará ao Aeroporto de Guarulhos (SP) na manhã desta sexta-feira, 9 de janeiro, para recolher 40 toneladas de insumos médicos que garantirão a hemodiálise de cerca de 16 mil pacientes na Venezuela. Medicamentos, soluções fisiológicas, entre outros insumos, foram reunidos pelo Governo.

Repatriados

O primeiro voo de repatriação de brasileiros em 2026 chegou ao Brasil na quarta, com 32 cidadãos vindos dos Estados Unidos. A operação de deportação é realizada pelo governo norte-americano e, no Brasil, a ação de acolhida do Brasil é coordenada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.



A primeira chamada dos aprovados será divulgada em 03/02

Inscrições do Prouni 2026 começam em 26 de janeiro

O texto foi publicado no Diário Oficial da União desta quinta

Lucas Leite (Folhapress)

O MEC (Ministério da Educação) divulgou o edital do primeiro semestre do Prouni (Programa Universidade para Todos) 2026. O texto foi publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira (8).

No primeiro semestre deste ano, os interessados poderão se inscrever no programa a partir do dia 26 de janeiro. As inscrições terminarão em 29 de janeiro, às 23h59.

Para se inscrever, os candidatos deverão acessar o Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, com o perfil do Gov.br. A primeira chamada dos aprovados será divulgada em 3 de fevereiro, enquanto a segunda chamada, em 2 de março.

O processo de seleção do programa referente ao primeiro semestre de 2026 é destinado aos candidatos que tenham participado da edição do Enem de 2024 ou de 2025, e que tenha alcançado nota média igual ou superior 450 pontos nas quatro áreas do conhecimento -matemática, linguagens, ciências humanas, ciências da natureza-, além de não ter zerado na redação.

Criado pelo governo federal em 2004, o Prouni oferece bolsas de estudo integrais e parciais para estudantes de baixa renda, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior. As bolsas são destinadas a cursos de graduação em instituições privadas de educação superior.

Para ser elegível à bolsa integral, que cobre o valor total da mensalidade, o candidato deve comprovar

uma renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio (R\$ 2.431,50) por pessoa.

E, para concorrer à bolsa parcial, o participante deve comprovar uma renda familiar bruta mensal de até três salários mínimos (R\$ 4.863).

Segundo o edital, para participar do processo do Prouni, o candidato precisa atender um dos seguintes critérios:

- Ter cursado o ensino médio integralmente em escola da rede pública
- Ter estudado o ensino médio em instituição privada, na condição de bolsista integral
- Ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, como bolsista integral
- Ter cursado o ensino médio em instituição privada, na condição de bolsista parcial
- Pessoa com deficiência, na forma prevista na legislação
- Ou professor da rede pública de ensino, exclusivamente para os cursos de licenciatura e pedagogia

CALENDÁRIO PROUNI 2026 - 1º SEMESTRE

- Período de inscrições: 26 de janeiro até 29 de janeiro, às 23h59
- Primeira chamada dos aprovados: 3 de fevereiro
- Segunda chamada dos aprovados: 2 de março
- Inscrições para lista de espera: 25 e 26 de março
- Resultado da lista de espera: 31 de março

CORREIO CENTRO-OESTE

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Autorização define regras e segurança às famílias

DF regulariza área rural em Patrícia Aparecida, no Paranoá

O governo do Distrito Federal (GDF) entregou, quinta-feira (8), a licença ambiental do Assentamento Patrícia Aparecida, no Paranoá (DF). O documento foi emitido pelo Instituto Brasília Ambiental e garante a regularização do território ocupado por 24 famílias desde 2013, permitindo a continuidade das atividades produtivas conforme normas ambientais. A autorização tem validade de 10 anos e define regras para o uso sustentável do solo em uma área de 377 hectares situada próxima às rodovias BR-251 e DF-130, inserida em zona rural controlada e em área de proteção ambiental, com exigências como adoção do modelo agroecológico, irrigação por gotejamento e preservação permanente do Planalto Central brasileiro.

GO abriu 158 mil empresas em 2025

Goiás encerrou 2025 com 178,6 mil novos CNPJs registrados, conforme dados da Junta Comercial de Goiás (Juceg). O total superou o recorde anterior em 34,5 mil aberturas. Quase 44,5 mil correspondem a empresas de pequeno, médio e grande porte, enquanto 134,1 mil são registros de Microempreendedor Individual (MEI). Desconsiderando o MEI, o capital social declarado alcançou R\$ 12,6 bilhões, com mais de R\$ 10 bilhões concentrados.

Divulgação/Sesp-MT



Programa superou os 210 mil atendimentos em 2025

Rede Cidadã abre vagas em MT

A Rede Cidadã abriu matrículas para 2026 em unidades de Cuiabá (MT) após registrar mais de 210 mil atendimentos em 2025. Coordenado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT), o programa atende crianças e adolescentes de 8 a 17 anos com ações educativas, culturais, esportivas e informática básica. A estrutura conta com 5 núcleos regionais e mais de 22 polos em Mato Grosso. No último ano, mais de 1,4 mil alunos participaram das atividades, que também alcançaram a comunidade por meio de ações sociais e eventos.

MS: juizado de trânsito atendeu 4,7 mil

O Juizado de Trânsito de Campo Grande (MS) encerrou 2025 com mais de 4,7 mil atendimentos feitos por vans em ocorrências sem vítimas. As equipes registraram 4,6 mil composições entre os envolvidos e 187 aberturas de processos. Setembro liderou a demanda com 472 atendimentos. Março, maio e dezembro também tiveram grande volume. No recesso, o serviço seguiu ativo.

Novo campus

A Universidade Federal de Goiás (UFG) concluiu a licitação para a construção inicial do Câmpus Cidade Ocidental (GO). O processo trata da contratação de empresa de engenharia para erguer a sede do Instituto de Inovação em Gestão. A obra depende da liberação do Governo Federal e poderá iniciar neste mês.

Curso

A prefeitura de Sinop (MT) abriu inscrições para cursos do programa Qualifica Turismo, voltados à capacitação. A ação ocorre em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-MT) e oferece formações em atendimento, lazer e artesanato. O curso acontecerá entre o próximo dia 19 e 24/4.

IPTU

A prefeitura de Campo Grande (MS) prorrogou até 12/2 o prazo para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) com 10% de desconto. A decisão amplia o período de quitação e prevê reforço no atendimento ao público no Centro de Atendimento ao Cidadão neste mês e no início do próximo.

Empresas

Aparecida de Goiânia (GO) superou 100 mil empresas ativas em 2025, após a abertura de mais de 19,2 mil novos negócios. Dados da Junta Comercial de Goiás (Juceg) indicam crescimento de 21% entre 2024 e 2025. O total inclui empreendimentos de todos os portes, levando o município ao segundo lugar entre os que mais abriram empresas.

Habitação

Os beneficiários sorteados no Programa Casa Cuiabana devem entregar a documentação a partir de segunda-feira (12) na Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, no térreo da prefeitura de Cuiabá (MT). O atendimento ocorre das 8h30 às 17h30, sem intervalo. O prazo segue até 16 de janeiro.

Frevo

A prefeitura de Corumbá (MS) iniciará, na segunda-feira (12), aulas de frevo para o Bloco do Frevo, com inscrições abertas até o dia 16. A atividade, voltada à preparação para o Carnaval, ocorre diariamente, das 17h30 às 18h30, na Oficina de Dança, na rua Antônio João, e atende participantes a partir de 8 anos.



Equipes intensificaram vistorias e monitoram áreas críticas

Casos de dengue caem quase 50% em Goiânia

Capital ampliou as visitas domiciliares e ações em 2025

Goiânia (GO) apresentou redução de 47,2% nos registros de dengue em 2025 em comparação com o ano anterior, de acordo com informações da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

Os dados do Boletim Epidemiológico Arboviroses de dezembro indicam mais de 28,4 mil ocorrências, com 67 casos graves e 34 mortes confirmadas.

No mesmo período de 2024, a capital havia contabilizado 50,5 mil notificações e 81 óbitos.

O resultado é atribuído, pela Saúde, a ações contínuas conduzidas pela prefeitura de Goiânia, por meio da SMS.

Ações

Ao longo do ano, a pasta realizou mais de 2,3 milhões de visitas domiciliares voltadas ao controle do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika e chikungunya.

As atividades incluíram inspeções em imóveis residenciais e comerciais, orientação aos moradores e eliminação de criadouros identificados durante as abordagens das equipes de campo.

Informações do painel de controle antivetorial da Secretaria de Saúde mostram que os agentes de combate às endemias localizaram quase 30,9 mil focos do mosquito em cerca de 21,6 mil imóveis da capital.

As equipes também executaram vistorias compulsórias em pouco mais de 1 mil proprieda-

des abandonadas ou fechadas de forma permanente, locais considerados estratégicos para a reprodução do vetor.

Como parte das medidas administrativas, foram lavrados cerca de 75,9 mil autos de infração relacionados ao descumprimento de normas sanitárias.

De acordo com informações da Saúde municipal, as autuações são aplicadas após a identificação de situações que favorecem a proliferação do mosquito, como acúmulo de água parada e ausência de manutenção adequada dos espaços vistoriados.

Acompanhamento

Outra frente de atuação envolve o monitoramento da oviposição do Aedes aegypti.

Para isso, a pasta utiliza dispositivos específicos que permitem contabilizar ovos e mapear áreas com maior risco de infestação.

Esse acompanhamento orienta o direcionamento das equipes e a definição de estratégias conforme o comportamento do vetor em cada região da cidade.

Na Região Noroeste de Goiânia, considerada uma das áreas com maior incidência, foram instaladas 1 mil armadilhas para intensificação do controle.

A iniciativa integra o conjunto de medidas adotadas pela Saúde para reduzir a circulação do mosquito, inclusive em períodos de estiagem, quando a prevenção segue em execução.

DF amplia vacinação contra gripe até 31 de janeiro

Medida busca aumentar cobertura após índice de apenas 55%

Por Isabel Dourado

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) ampliou a vacinação contra a gripe até o dia 31 deste mês. Qualquer pessoa com seis meses de idade ou mais que não tenha recebido a vacina em 2025 deve procurar uma sala de vacinação nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) para garantir a proteção. Antes o imunizante integrava apenas o calendário de rotina de grupos prioritários.

O objetivo é fortalecer a cobertura vacinal. O estoque atual é de 100 mil doses do imunizante. Segundo a Secretaria, no ano passado foram aplicadas 885 mil doses da influenza no Distrito Federal, alcançando uma cobertura de 55,34%, índice considerado muito abaixo do ideal. As gestantes que são consideradas grupo prioritário apresentaram a menor adesão (28,19%).

Na avaliação do sanitarista e professor do departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB), Jonas Brant, a ampliação da oferta do imunizante é fundamental para que outros grupos possam se proteger e evitar o agravamento da doença e de possível evolução para óbito. Isso porque há o surgimento e circulação de outras cepas do vírus da gripe.

“Todos os anos a gente estuda quais são as cepas, os tipos de vírus que estão circulando para



Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) amplia vacinação da gripe

poder escolher os que têm maior possibilidade de circular no ano seguinte e incluir na vacina. Então, todos os anos a vacina muda”, explica o sanitarista.

Casos grave

De acordo com o sanitarista, o cenário atual é de baixa circulação dos vírus da influenza. Entretanto, ele aponta que há circulação do metapneumovírus (hMPV) e do rinovírus. O metapneumovírus é um vírus respiratório comum e acarreta o que chamamos de resfriados com sintomas leves típicos da gripe como tosse, febre e congestão nasal, mas em casos graves pode desencadear uma pneumonia.

Apesar da baixa circulação do vírus da influenza, Brant reforça que é fundamental que as pessoas estejam protegidas para que não haja agravamento da doença caso a pessoa seja infectada pelo vírus.

“É importante a gente se vacinar para que não haja uma sobrecarga do sistema de saúde. Pois, um dos riscos da não vacinação é a pessoa evoluir para uma doença grave”, explica.

Mortalidade

Segundo informações do boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde, em 2025, foram notificados 61 óbitos por influenza no Distrito Federal. O

sanitarista Jonas Brant ressalta a necessidade de uma comunicação estratégica, uma ampliação do funcionamento dos postos de saúde e o interesse da população em se vacinar.

“Além de uma boa divulgação da oferta da vacina, também é necessário ampliar o acesso à vacina, ou seja, os horários de funcionamento dos postos de acordo com aquela comunidade.”

A Secretaria de Saúde informa que todos podem comparecer a uma sala de vacinação e para receber o imunizante basta apresentar um documento de identificação junto com a Caderneta de Vacinação.

DF organiza esquema de segurança do Candangão

Os jogos da 1ª fase do Campeonato Candango de Futebol Profissional – Série A 2026 terão um esquema específico de segurança no Estádio Juscelino Kubitschek, no Paranoá, com partidas previstas entre este sábado (10) e o dia 21/3.

O planejamento foi definido pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) e busca garantir a ordem pública, o controle de acesso e a proteção de torcedores, atletas e profissionais envolvidos nas atividades esportivas.

A estratégia foi elaborada de forma integrada, reunindo órgãos das áreas de segurança, mobilidade, fiscalização e serviços públicos. A definição das ações considerou análises de risco e protocolos já utilizados em eventos de grande porte realizados no DF.

Antes do início das disputas, o local passou por vistorias técnicas conduzidas pela Polícia Militar (PMDF) e pelo Corpo de Bombeiros (CBMDF), que autorizaram o uso da arena.

Durante as partidas, a Polícia Militar atuará com reforço no policiamento ostensivo, incluindo equipes especializadas em prontidão.

Também está prevista a escolta de torcidas organizadas, com o objetivo de evitar encontros em trajetos e pontos de concentração.

Haverá revista pessoal, controle de itens permitidos e apoio de cães policiais. As demais forças de segurança executarão ações conforme seus planejamentos operacionais. Para reduzir riscos, a entrada do público estará condicionada ao cumprimento de regras específicas.

Não será permitido o acesso com sinalizadores, fogos de artifício, objetos que produzam fogo, calor ou fumaça, capacetes, garrafas, copos, guarda-chuvas, carrinhos de bebê, frascos de perfume, materiais perfurocortantes, cigarros eletrônicos, isqueiros e drones sem autorização.

Também ficam vetadas bandeiras acima de 4x4 m e qualquer manifestação com mensagens ofensivas ou que atentem contra a dignidade da pessoa humana, incluindo conteúdo racista, homofóbico, sexista ou xenófobo.

O esquema prevê ainda a atuação conjunta com o Detran-DF para a fiscalização no entorno dos estádios.

Começa, em Sobradinho, a Festa de São Sebastião do Boi de Seu Teodoro

Começa neste sábado (10), às 19h, a Festa de São Sebastião do Boi de Seu Teodoro ocorre em Sobradinho (DF), com atividades gratuitas também nos dias 17 e 21 deste mês. Em 2026, a agenda incorpora ações do projeto Cultura Negra em Movimento, integradas às práticas religiosas e manifestações populares realizadas no Centro de Tradições Populares, espaço que concentra os encontros do grupo.

A iniciativa mantém costumes iniciados na década de 1970 e preserva rituais ligados à devoção ao padroeiro. A realização é do Instituto Black Spin, com parceria da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (Seccec-DF).

O ciclo tem início com o Levantamento do Mastro, seguido



Programação começa neste sábado (10), mas vai até o dia 21

por momentos de oração ao longo do período e encerramento no dia dedicado ao santo, com a derubada da estrutura simbólica.

As etapas seguem um calendário tradicional, respeitado pelos organizadores e pela comunidade.

Além do conteúdo religioso, o público acompanha apresentações que dialogam com heranças culturais de matriz africana e tradições populares brasileiras.

Estão previstas exposições do Tambor de Crioula, do Bumba-

-meu-boi conduzido pelo grupo anfitrião e a participação da Escola de Samba Bola Preta de Sobradinho, ampliando o alcance cultural das noites festivas.

O evento foi criado por Mestre Teodoro Freire como forma de devoção e organização comunitária. A continuidade das atividades representa a preservação desse legado familiar e coletivo, mantido por descendentes e integrantes do grupo, que seguem responsáveis pela condução das práticas e pela transmissão do conhecimento associado à festa.

As ações acontecem na sede do Boi de Seu Teodoro, localizada na Quadra 15 de Sobradinho, área reconhecida pela relevância para a manutenção de tradições maranhenses e das regiões do Distrito Federal e Goiás.

Divulgação/Instituto Cultural Black Spin

BRASILIANAS

Matheus H. Souza/Agência Brasília



Ciclovía cercada de árvores no Pistão Sul, em Taguatinga

Nova política de arborização urbana entra em vigor

A Política Distrital de Arborização Urbana e Combate a Desigualdades Ambientais passou a vigorar no Distrito Federal em 12 de dezembro, após a promulgação da Lei Complementar nº 1.061/2025. A norma, aprovada pela Câmara Legislativa e inicialmente vetada pelo Governo do DF, já havia tido o veto derrubado pelos deputados e agora começa a produzir efeitos práticos na gestão ambiental do território.

A nova política estabelece princípios, objetivos e instrumentos para orientar a arborização urbana no DF, com ênfase na redução das desigualdades ambientais entre as regiões administrativas. O texto determina que o governo deve **priorizar áreas com indicadores socioeconômicos mais precários** no planejamento e na execução das ações de arborização.

A lei também obriga a elaboração participativa do Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU), com envolvimento de comunidades, especialistas, universidades e equipes técnicas multidisciplinares dos órgãos ambientais. O processo deve garantir ampla divulgação das metodologias utilizadas e integração com pautas sociais, especialmente aquelas relacionadas à população de baixa renda, habitações informais e geração de empregos verdes.

Matheus H. Souza/Agência Brasília



Novacap é a responsável pelo plantio de árvores no DF

DF desconhece onde estão árvores

Apesar de figurar entre as unidades da Federação com maior cobertura arbórea do país, o Distrito Federal ainda não sabe exatamente onde estão suas árvores. Estimativas oficiais apontam a existência de cerca de 5,5 milhões de exemplares distribuídos pelo território, mas a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), responsável pelos viveiros e pelo plantio de árvores na cidade, confirma que não há inventário por região administrativa, o que impede diagnósticos precisos e planejamento detalhado.

A ausência de dados consolidados contrasta com a relevância ambiental do DF. Segundo o Censo 2022 do IBGE, 84,2% dos moradores vivem em ruas arborizadas, e 56,4% têm ao menos cinco árvores próximas de casa, índices que colocam Brasília entre as capitais mais arborizadas do Brasil.

Ainda assim, especialistas e parlamentares apontam que a distribuição das áreas verdes é profundamente desigual e prejudica áreas pobres.

POR
WILLIAM FRANÇA

Meta é 15m² de área verde por habitante

Entre as metas estabelecidas, cada região administrativa deverá assegurar ao menos 15 m² de área verde por habitante e uma árvore por pessoa. A norma também prevê que todos os moradores tenham acesso a um espaço arborizado a até 500 metros de suas residências, além de regulamentar procedimentos de plantio, manejo, remoção e corte de árvores.

Autor da proposta, o deputado distrital Fábio Félix (PSOL) afirma que a política busca corrigir distorções históricas na distribuição de áreas verdes no DF. “Segundo a Novacap, existem cerca de 5,5 milhões de árvores no DF, mas a maior parte está concentrada na região central da cidade: Plano Piloto e lagos Sul e Norte. A lei cria um marco legal para uma política pública que reconhece a arborização urbana como serviço de utilidade pública e reduz a disparidade entre as regiões administrativas”, disse.

Com a entrada em vigor, o Executivo passa a ter obrigação legal de implementar as diretrizes e metas previstas na nova política de arborização.

Plano Piloto ganhou mais árvores

Os números disponíveis reforçam essa percepção. Dados recentes de plantio mostram que o Plano Piloto recebeu 7.841 novas árvores entre 2023 e 2024, enquanto regiões como Santa Maria (18), Samambaia (16), Riacho Fundo, Recanto das Emas e Gama (todas com zero plantios registrados) praticamente não foram contempladas. A discrepância também aparece em imagens aéreas, que evidenciam o contraste entre áreas centrais e regiões densamente povoadas, como o Sol Nascente.

A falta de um inventário oficial é apontada como um dos principais entraves para políticas públicas mais equilibradas. Sem saber quantas árvores existem em cada região administrativa — e em que condições elas se encontram — o governo enfrenta dificuldades para planejar plantios, manejar espécies e reduzir desigualdades ambientais.

A recém-promulgada Política de Arborização tenta preencher essa lacuna ao obrigar o Executivo a mapear e planejar a arborização.



Lote e data de validade estão gravados no fundo da lata

Anvisa proíbe lotes de lácteos da Nestlé no DF

Estabelecimentos foram notificados sobre a proibição

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) foi comunicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a proibição da comercialização, distribuição e uso de lotes específicos de produtos lácteos fabricados pela empresa Nestlé.

A determinação ocorre após a identificação de risco de contaminação por toxina produzida pela bactéria *Bacillus cereus*, microrganismo capaz de provocar quadros de vômitos persistentes, diarreia e dores abdominais.

Diante da situação, a própria empresa Nestlé já iniciou um recolhimento voluntário dos produtos afetados, assumindo a responsabilidade pela retirada dos itens do mercado.

Paralelamente, a Vigilância Sanitária do Distrito Federal intensificou ações de fiscalização em drogarias, estabelecimentos de saúde e pontos de venda, com o objetivo de garantir o cumprimento da medida e evitar que os produtos continuem sendo comercializados.

A SES-DF informou que todos os estabelecimentos que atuam na venda dos produtos foram formalmente notificados sobre a proibição. A comercialização de itens pertencentes aos lotes recolhidos configura infração sanitária e pode resultar em sanções previstas na legislação vigente.

No âmbito da própria Secretaria de Saúde, foram realizadas

verificações internas por meio da Gerência de Nutrição, incluindo a Central de Nutrição Domiciliar e a Farmácia Central. Nessas unidades, não foram encontrados produtos pertencentes aos lotes citados no comunicado da Anvisa.

Além disso, os serviços de nutrição das unidades hospitalares da rede pública estão em contato com as empresas responsáveis pela alimentação hospitalar para averiguar a existência de produtos irregulares. Caso sejam identificados, os itens serão imediatamente recolhidos e descartados.

Segundo a SES-DF, a situação não gera impacto na assistência nutricional oferecida à população do Distrito Federal, uma vez que não há registro de uso dos produtos afetados nas unidades da rede pública de saúde.

As ações adotadas seguem os protocolos de segurança sanitária e visam à proteção da saúde coletiva.

A identificação dos produtos pode ser feita por meio do número do lote e da data de validade, informações que estão gravadas no fundo das embalagens.

A Secretaria de Saúde orienta consumidores e estabelecimentos a consultarem os canais oficiais da Anvisa e da Nestlé para obter detalhes sobre todos os lotes incluídos no recolhimento e sobre os procedimentos adequados em caso de posse dos produtos interditados.

CORREIO SUDESTE

Tomaz Silva/Agência Brasil



Diminuição afeta capital e Baixada Fluminense

Guandu apresenta redução na capacidade de abastecimento

A concessionária Águas do Rio informa que o Sistema Guandu, operado pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), apresenta redução significativa de capacidade. A companhia ainda não divulgou o prazo de normalização.

A diminuição na produção de água vai impactar o abastecimento do município do Rio de Janeiro e de cidades da Baixada Fluminense, como Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis, Queimados e São João de Meriti.

Diante do cenário, a Águas do Rio orienta os moradores a adiar atividades de alto consumo de água até a normalização do sistema.

Operação contra bebidas falsas

Duas pessoas foram presas na quinta em Rio Claro, no interior de São Paulo, em uma operação da Polícia Civil de combate à falsificação de bebidas alcoólicas. Chamada de Operação Poison Source, ação cumpriu três mandados de busca e apreensão em uma adega e um sítio onde funcionava uma indústria clandestina de bebidas alcoólicas falsificadas em Rio Claro. Um homem de 29 anos e uma mulher, 26 anos foram presos.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Levantamento ranqueou os 100 melhores do país

30 dos 100 melhores hospitais públicos

Levantamento nacional inédito mostra os 100 melhores hospitais públicos do Brasil. Embora ainda haja maior número no estado de São Paulo, onde estão concentrados 30 dos 100 melhores, 19 deles aparecem no levantamento com distribuição semelhante. O estudo foi feito pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (Ibross) em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS), Instituto Ética Saúde (IES), Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde.

SP registra chuva intensa na quinta

A cidade de São Paulo registrou chuvas intensas durante a tarde de quinta-feira (8). Por volta das 15 horas houve precipitação intensa, na casa do 70mm, nas estações de medição em Mogi das Cruzes e Ferraz de Vasconcelos. Houve chuvas também nas regiões de Itaqueria e Guaianazes, que são bairros da zona leste da capital, e nos municípios de Poá, Suzano e Itaquaquecetuba.

Crédito rural

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, firmou, na última quarta-feira (07), um contrato com o Banco do Brasil para a prestação de serviços na operação dos recursos financeiros do programa Agrofundo/Pefate.

Alimentação prisional

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária, lançou na quinta-feira (8) o edital da maior licitação já realizada para o fornecimento de alimentação prisional, abrangendo 100% das unidades do sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro.

Rio Pinheiros I

A agência de águas do Estado de São Paulo, SP Águas, registrou um aumento de 14% na quantidade de lixo coletado ao longo dos 25 quilômetros do Rio Pinheiros durante o ano de 2025, na comparação com o ano anterior. Ao todo, foram retiradas 44 mil toneladas de resíduos ao longo do ano.

Rio Pinheiros II

Em 2024, o volume foi de 38 mil toneladas e, em 2023, de 34,7 mil toneladas. Em três anos, a soma chega a 117 mil toneladas de resíduos flutuantes coletados do Rio Pinheiros. Os trabalhos de limpeza já demandaram aproximadamente R\$ 190 milhões ao longo do período em gastos públicos visando a recuperação do rio.

Provão Paulista

Estudantes que prestaram o Provão Paulista Seriado em 2025 nas 1ª, 2ª e 3ª séries do Ensino Médio podem conferir seu desempenho individual na avaliação a partir de quinta. O resultado e a primeira chamada para as matrículas serão divulgados pela Secretaria da Educação do Estado no dia 19 de janeiro.

Proteção à mulher

Governo de São Paulo mobilizou nesta quinta lideranças e membros da sociedade civil em prol do enfrentamento à violência contra a mulher. Durante a reunião, realizada no Centro Integrado de Comando e Controle, foram apresentadas as principais ações da Secretaria da Segurança Pública do Estado.



Há riscos de inundações e de erosão causada por ondas

Maior parte da costa do RJ é vulnerável ao clima

Estudo da UFF aponta que riscos podem afetar até 60% do litoral

Da Redação

A maior parte da costa do estado do Rio de Janeiro pode sofrer com as consequências das mudanças do clima. A conclusão é de um estudo da Universidade Federal Fluminense (UFF) que calcula 60% do litoral com vulnerabilidades médias e elevadas, o que indica riscos de inundações e de erosão causada por ondas.

A pesquisa foi desenvolvida pelo doutorando do Programa de Pós-Graduação em Dinâmica dos Oceanos e da Terra Igor Rodrigues Henud, com orientação do professor Abílio Soares. Segundo Henud, soluções naturais, como a restauração de ecossistemas e a ampliação de áreas protegidas, podem ser eficazes para enfrentar os impactos climáticos.

“O intuito foi mostrar que existem regiões e populações vulneráveis. Só que a vegetação e os habitats naturais, englobando dunas, restingas, manguezais, Mata Atlântica, ainda exercem uma influência positiva nessa proteção e, por isso, eles precisam ser preservados”, disse Igor Henud à Agência Brasil.

Reconhecendo essa influência positiva, o estudo defende a implementação de soluções baseadas na natureza (NbS, na sigla em inglês) como a estratégia mais eficaz para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Isso envolve a restauração de

ecossistemas, o manejo adaptativo do território e a proteção de habitats naturais. Além de reduzir riscos, as NbS oferecem benefícios adicionais, como a melhoria da qualidade da água, a mitigação de poluentes atmosféricos e o aumento da resiliência a desastres.

Henud acredita que essas soluções “são ecologicamente sensíveis, economicamente viáveis e sustentáveis no longo prazo”, ao contrário das infraestruturas convencionais.

Os pesquisadores defendem também a proteção dos chamados habitats costeiros, que são considerados ecossistemas estratégicos e que estão fora do escopo de preservação oficial, mas podem ajudar a aumentar a resiliência climática.

A pesquisa considera impactos já observados no litoral fluminense, como ressacas mais frequentes, tempestades intensas e a elevação do nível do mar.

De acordo com o estudo, as duas regiões que estão mais propensas a sofrer impactos das mudanças do clima são o Norte Fluminense e as Baixadas Litorâneas, também conhecidas como Região dos Lagos.

Nessas regiões, características naturais como ventos, ondas e relevo se somam à fragmentação de habitats costeiros, como a remoção de restingas e manguezais, o que aumenta significativamente o alto risco dessas áreas.

Pesquisa revela impactos dos plásticos nos mares do RJ

Estudo identifica riscos à saúde, pesca artesanal e ecossistemas

O investimento do Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), tem sido decisivo para ampliar o conhecimento sobre os impactos da poluição por plásticos nos ecossistemas costeiros e marinhos. Uma pesquisa inédita, financiada pela Faperj, revelou a presença de microplásticos e poluentes derivados do plástico em diferentes pontos do litoral fluminense, alertando para riscos à biodiversidade, à pesca artesanal e à saúde da população.

O estudo foi desenvolvido pela bióloga e pesquisadora Dra. Raquel de Almeida F. Neves e analisou áreas estratégicas como a Lagoa Rodrigo de Freitas, praias e ilhas da Baía de Guanabara e praias oceânicas do Rio de Janeiro. A pesquisa também incluiu estuários do sul da Bahia, ampliando a compreensão regional do problema. Foram coletadas amostras de água, sedimentos e organismos aquáticos — como peixes, camarões, siris, mexilhões e ouriços-do-mar — muitos deles fundamentais para a alimentação e a economia pesqueira local.

Combinando análises químicas, biológicas e ambientais, o estudo identificou contaminantes associados aos plásticos, como bisfenóis, ftalatos e outros compostos persistentes, capazes de permanecer no ambiente por longos períodos. As análises foram realizadas com tecnologias de ponta, como



Divulgação Gov RJ

Com apoio da Faperj, pesquisa é financiada pelo Governo do Estado do Rio

cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (CG-MS), espectrometria de massas com plasma indutivamente acoplado (ICP-MS) e μ -FTIR, permitindo identificar e caracterizar microplásticos com alto grau de precisão.

Para a presidente da Faperj, Caroline Alves, a pesquisa exemplifica como o fomento à ciência gera conhecimento estratégico para a formulação de políticas públicas.]

“Esse projeto demonstra o compromisso da Faperj e do Governo do Estado em apoiar pesquisas que unem ciência de excelência e impacto social. A poluição por plásticos é um de-

safio global, e estudos como este produzem dados fundamentais para a proteção dos ecossistemas, da pesca e da saúde da população fluminense”, destacou.

Além das análises ambientais, a pesquisa realizou testes laboratoriais de toxicidade, seguindo protocolos internacionais, para avaliar efeitos agudos e crônicos dos poluentes em espécies marinhas e estuarinas. Os resultados indicaram maior sensibilidade em camarões e peixes, organismos centrais para a cadeia alimentar e para a economia pesqueira.

Entre as principais contribuições do estudo estão a criação de indicadores ambientais e bioló-

gicos, o mapeamento de áreas mais críticas da costa, a avaliação de riscos ao consumo humano e a proposição de biomarcadores para monitorar a qualidade dos recursos pesqueiros. O projeto também promoveu a integração de pescadores artesanais, escolas públicas e comunidades locais, fortalecendo ações de educação ambiental e ciência cidadã.

“Nosso objetivo é transformar o conhecimento científico em ferramenta de conscientização e gestão ambiental. O apoio da Faperj foi essencial para que a pesquisa avançasse do laboratório para a realidade das comunidades costeiras”, ressaltou a Dra. Raquel.

Centro cirúrgico do Hospital Roberto Silvaes completa um ano com expansão

O novo centro cirúrgico do Hospital Estadual Roberto Arnizaut Silvaes (HRAS), em São Mateus, completa um ano de funcionamento, nesta sexta-feira (09). Desde a inauguração, realizada pelo governador do Estado, Renato Casagrande, e pelo secretário de Estado da Saúde, Tyago Hoffmann, a estrutura de 1.193 metros quadrados, equipada com tecnologia de ponta, vem superando as expectativas e ampliando a capacidade assistencial do hospital, beneficiando diretamente a população do norte do Espírito Santo.

Na semana em que celebra este primeiro ano de atividades, o HRAS recebeu uma paciente de 105 anos para a realização de uma cirurgia ortopédica. Os cirurgiões responsáveis pelo aten-



Governo do ES

Objetivo é ampliar assistência aos pacientes do Espírito Santo

dimento, Lucas Freitas e Lucas Sampaio, destacaram que o procedimento estava sendo realizado apenas um dia após a internação por trauma, evidenciando a eficiência, a agilidade e a resolutividade da unidade hospitalar.

O diretor-geral do hospital, André Fagundes, afirma que, com a ampliação da estrutura, foi possível incluir novos procedimentos, como cirurgias bariátricas, artroplastias e artroscopias de joelho, ombro, quadril, pé e mão, além

de intervenções em ligamentos. Desde dezembro, o HRAS passou a realizar também a confecção de fístula arteriovenosa (FAV) em pacientes renais crônicos, considerada o melhor acesso vascular para hemodiálise. “Os pacientes não precisam mais ir a Colatina fazer esse procedimento”, comemora André Fagundes.

Com uma equipe média de 66 profissionais e investimentos em equipamentos de última geração, como novos arcos cirúrgicos e aparelhos de videolaparoscopia, o Hospital Roberto Silvaes passou a executar intervenções mais complexas e seguras. “Realizamos também cirurgias de vesícula e bariátrica de forma menos invasiva, sem grandes incisões abdominais”, explica o diretor-geral do HRAS.

Implantação da Educação em Tempo Integral

Nessas segunda-feira (05) e terça-feira (06), a Secretaria da Educação (Sedu) realizou, no Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (Cefope), a Formação Inicial para as Equipes Gestoras das novas escolas que passam a ofertar a Educação em Tempo Integral em 2026.

A formação reuniu 48 profissionais, entre diretores, coordenadores pedagógicos, coordenadores administrativos, de secretaria e financeiros (CASFs) e supervisores escolares. O objetivo foi acolher as equipes gestoras e aprofundar a compreensão sobre o Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral, considerando os desafios e especificidades da implantação nas unidades escolares.

Conduzida pela Gerência de Educação em Tempo Integral, a programação abordou temas centrais para a implementação do modelo, como parâmetros operacionais, gestão do tempo integral, indicadores educacionais e estratégias de monitoramento. A formação contou, ainda, com a participação de gestores escolares da rede pública estadual que já atuam em escolas de tempo integral, que compartilharam experiências e práticas adotadas no cotidiano escolar.

Durante o encontro, foi realizada uma roda de conversa com estudantes do CEEMTI Professora Maura Abaurre, de Vila Velha. Os alunos relataram como o acolhimento e o desenvolvimento do Projeto de Vida contribuem para o fortalecimento do pertencimento à escola e para a ampliação das perspectivas pessoais, acadêmicas e profissionais.

Para a gerente de Educação em Tempo Integral, Carolinne Quintanilha Ornellas, a formação representa uma etapa inicial estratégica para o processo de implantação do modelo nas novas unidades. Segundo ela, a ação integra o planejamento dos primeiros 100 dias da Educação em Tempo Integral. “Com planejamento, escuta e compromisso, as novas escolas de tempo integral iniciam um percurso que coloca o estudante no centro do processo educativo e fortalece o direito à aprendizagem com qualidade”, afirmou a gerente.

MG reforça luta contra arboviroses e doenças respiratórias

Mobilização dos municípios marcam a estratégia estadual para 2026

Com planejamento antecipado, reforço da vigilância e ampliação da assistência, Minas Gerais chega ao período sazonal de maior transmissão de arboviroses e doenças respiratórias com cenário mais favorável e estrutura fortalecida na rede pública de saúde. As ações adotadas pelo Governo de Minas foram detalhadas nesta quinta-feira (8/1) pelo secretário de Estado de Saúde (SES-MG), Fábio Baccheretti.

A estratégia estadual combina investimentos robustos, mobilização dos municípios e incorporação de novas tecnologias, com foco na preparação entre os meses de fevereiro e abril, marcados pelo aumento dos casos. Segundo Baccheretti, a previsão epidemiológica para 2026 indica que o pico da dengue deve ocorrer em abril, diferente de 2025, quando foi registrado em março.

“Diante dessa projeção, já em setembro começamos a repassar recursos aos municípios para que

se preparassem com antecedência. Isso inclui investimentos para ampliar a capacidade de resposta e reduzir impactos à população”, disse o secretário de Saúde de Minas Gerais, que reforçou que a vacinação segue como eixo central da estratégia.

“Ainda temos uma cobertura aquém do ideal, em função do número limitado de doses recebidas, mas estamos otimistas com a produção de cerca de 20 milhões de doses da vacina contra a dengue pelo Instituto Butantan. A expectativa é que, em 2027, tenhamos um cenário completamente diferente, com parcela significativa da população protegida”, afirmou Fábio Baccheretti.

Em 2025, Minas encerrou o ano com queda expressiva nos casos de arboviroses. Foram 118.858 casos confirmados de dengue, redução de 92% em relação a 2024. Foram 17.803 confirmações de chikungunya e 26 de zika, resulta-

do do fortalecimento da vigilância, assistência e prevenção.

Anualmente, o Governo de Minas destina cerca de R\$ 210 milhões para o combate às arboviroses, dos quais R\$ 23,6 milhões foram aplicados em ações emergenciais e R\$ 35,1 milhões repassados a consórcios intermunicipais para o controle do mosquito transmissor.

Em dezembro de 2025, outros R\$ 47,3 milhões foram pagos para o fortalecimento das equipes de vigilância, descentralização do fumacê, ampliação da oferta de exames e uso de tecnologias para monitoramento do vetor, como drones e ovitrampas, armadilhas utilizadas para observar a presença do *Aedes aegypti* pela coleta dos ovos do mosquito.

O Estado promoveu, em novembro de 2025, o Dia D Minas Unida contra o Aedes, que envolveu 760 municípios e promoveu mutirões de limpeza, atividades

educativas e orientações diretas à população, com foco na eliminação de criadouros dentro das residências, onde se concentram a maioria dos focos do mosquito.

A iniciativa será reforçada com um novo Dia D, no dia 28/2, ampliando o engajamento das prefeituras e da sociedade antes do pico de transmissão. A ação integra o Plano Estadual de Contingência das Arboviroses.

Além das arboviroses, a SES-MG intensificou as ações voltadas às doenças respiratórias, com atenção especial à Síndrome Respiratória Aguda Grave. Em 2025, Minas registrou 5.010 casos de influenza, com 485 óbitos, e 803 casos de infecção pelo vírus sincicial respiratório (VSR), que resultaram em 13 mortes.

O VSR é a principal causa de bronquiolite e pneumonia em crianças menores de 2 anos de idade. Para reduzir casos graves, o Estado investe mais de R\$ 105 mi-

lhões por ano no Plano Mineiro de Imunizações. “As crianças são nossa principal preocupação e a vacinação é fundamental para impedir agravamentos e óbitos evitáveis”, reforçou Baccheretti.

Entre as medidas adotadas, estão a vacina contra o VSR, aplicada em gestantes a partir da 28ª semana de gestação. Até o início de janeiro de 2026, 46.920 gestantes já haviam sido vacinadas no estado.

“A estratégia permite a transferência de anticorpos para o bebê ainda durante a gravidez, garantindo proteção no período mais crítico da infância”, explicou o secretário Fábio Baccheretti.

Outra frente é o uso do nirsevimabe, anticorpo monoclonal indicado para a proteção de lactentes. A ampliação do acesso às vacinas e imunobiológicos conta com investimento superior a R\$ 100 milhões em vacimáveis, que ampliam o alcance das ações em áreas mais vulneráveis.



Secretário de Estado de Saúde demonstrou quedas em números

Exportações do agronegócio mineiro alcançam US\$ 19,8 bilhões em 2025

As exportações do agronegócio mineiro alcançaram o valor recorde de US\$ 19,8 bilhões em 2025, confirmando o bom desempenho dos meses anteriores e fechando o ano com o melhor resultado das vendas externas dos produtos agropecuários de toda a série histórica, realizada desde 1997, e mantendo-se como o principal setor exportador do estado.

No acumulado de janeiro a dezembro, a receita teve acréscimo de 15,5%, na comparação com o mesmo período de 2024. Os embarques de produtos agropecuários de Minas Gerais representaram 43,5% da pauta mineira de exportação. Já o volume apresentou queda de aproximadamente 5%, com o embarque de 16,2 milhões de toneladas.

Na avaliação do secretário de Estado adjunto de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), João Ricardo Albanez, o agronegócio mineiro demonstra força, resiliência e a importância para o estado como fonte geradora de emprego, renda e alimentos de qualidade para o Brasil e o mundo.

“O desempenho foi tão significativo que Minas Gerais foi o estado que mais cresceu nas vendas externas do segmento entre os principais estados exportadores, mesmo num cenário econômico mundial de adversidades e barreiras tarifárias, ficando em terceiro lugar entre os estados exportadores de produtos agropecuários”, destaca João Ricardo Albanez.

A pauta exportada pelo agronegócio mineiro englobou 650



Crescimento das exportações de todo o setor foi de 15,5%

produtos enviados para 178 países. Os principais destinos foram China (US\$ 4,6 bilhões), Estados Unidos (US\$ 1,9 bilhão), Alemanha (US\$ 1,8 bilhão), Itália e Japão (US\$ 1 bilhão).

João Albanez ressalta o cresci-

mento da diversidade e a ampliação de mercados para outros produtos típicos do estado. “Além das tradicionais cadeias produtivas exportadoras como o café, soja, carnes e produtos florestais e do setor sucroalcooleiro, tivemos

bons resultados com mel, queijos e até doce de leite”.

O bom desempenho do café, carro-chefe das exportações do agro mineiro, foi fundamental. A redução dos estoques dos principais países produtores e os prêmios crescentes para cafés especiais puxaram para cima a cotação na bolsa, influenciando o cenário de comercialização.

Em 2025, o café alcançou US\$ 11,4 bilhões, respondendo por 57,2% do valor total exportado do agro mineiro. O volume embarcado foi de 27,4 milhões de sacas.

O segmento das carnes (bovina, suína e de frango) registrou o maior valor exportado da série histórica, alcançando US\$ 1,85 bilhão e se consolidando o melhor desempenho já observado para o setor.

CORREIO NORDESTE

Dandara Melo/Saeb



Ao todo, este Edital já convocou 3.858 estudantes

BA: Programa Partiu Estágio convoca 577 universitários

Uma nova relação de selecionados do Programa Partiu Estágio foi publicada na quinta (8), oferecendo oportunidade de experiência de trabalho na Administração Pública Estadual para alunos de cursos do ensino superior. A terceira convocação do Edital de Abertura de Inscrições contempla 577 estudantes universitários que irão atuar em órgãos estaduais situados em 41 cidades (Salvador e municípios do interior do estado). Ao todo, este Edital já convocou 3.858 estudantes. A relação completa dos selecionados está disponível no site da Secretaria da Administração do Estado (Saeb). Entre os dias 12 e 23, os selecionados devem entrar em contato, por telefone ou WhatsApp, com as unidades de Recursos Humanos dos órgãos onde irão atuar.

Piauí recebe 50 mil doses de vacina

O Piauí recebeu 50 mil novas doses da vacina contra dengue para dar continuidade à ampliação da imunização do público de adolescentes, dentro da faixa etária de 10 a 14 anos, nos 224 municípios. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi), o objetivo é imunizar mais de 200 mil adolescentes do estado, atingindo a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde. A ampliação teve início em novembro de 2025.

Ascom Polícia Científica



Ao longo de 2025, foram emitidas 377.628 Carteiras

AL: emite 370 mil identidades em 2025

O Instituto de Identificação de Alagoas divulgou o balanço das emissões da Carteira de Identidade Nacional (CIN) referentes a 2025. O estado bateu o recorde na emissão do documento e conquistou posições de destaque no cenário nacional. Foram emitidas 377.628 Carteiras de Identidade, superando o total registrado em 2024, quando 350.655 documentos foram confeccionados. Do total emitido neste ano, 207.027 foram para o público feminino, e 170.576, para o masculino. A grande maioria corresponde à primeira via, com 368.476 emissões.

Ceará tem queda nas mortes violentas

O Ceará registrou queda de 7,7% nos Crimes Violentos Letais e Intencionais em 2025, segundo dados da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública. Foram 3.021 ocorrências, 251 a menos que em 2024. Em Fortaleza, a redução foi de 11%. O crime de latrocínio caiu 39%. O Interior Sul teve a maior queda, com 16,5%, seguido do Interior Norte, com redução de 10,6%.

Carnaval

A alegria do Carnaval segue tomando conta do Centro de Teresina no domingo (11). O Governo do Piauí, por meio da Secretaria da Cultura (Secult), realiza a segunda prévia carnavalesca do ano, dentro da programação da Feira na Praça, na Praça Pedro II. A festa será das 8h às 14h, com entrada gratuita.

Transplantes

O Maranhão bateu recorde de transplantes realizado no estado. De acordo com a Central Estadual de Transplantes (CET-MA), serviço ligado à Secretaria de Saúde (SES), foram realizados 525 transplantes de córneas, 95 de rins, 32 de fígado e 1 de coração, além de 4 de medula óssea, totalizando 657 transplantes executados.

Matrícula

A Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (Seduc) está com vagas abertas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), na matrícula online, para o ano letivo 2026. Os interessados em retomar os estudos devem realizar o procedimento por meio do site www.matriculaonline.al.gov.br. São mais de 28 mil vagas abertas.

Artesanato

As novidades da 41ª edição do Salão do Artesanato Paraibano foram apresentadas à imprensa na terça (6), em João Pessoa (PB). O evento começa hoje (9) e segue até 1º de fevereiro, reunindo peças criadas em oficinas com nomes como Ronaldo Fraga. Com o tema “Mosaico — Arte em cada parte”, a edição homenageia os mosaicistas.

Seleção

A Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco (SES-PE) anuncia a abertura de um Processo Seletivo Simplificado (PSS) para a contratação temporária de 133 profissionais, de níveis superior e médio, que atuarão na sede da Secretaria Estadual de Saúde. As inscrições começam na próxima quinta-feira (15).

Doações

O Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce), equipamento da Secretaria da Saúde (Sesa), alcançou, em 2025, um marco histórico, ao registrar 119.100 doações de sangue, o maior número já contabilizado desde o início da consolidação dos dados. O resultado representa um crescimento superior a 8 mil doações.



Governador recepcionou os passageiros do voo inaugural

Nova rota aérea liga o Panamá à Bahia

Nova rota das Américas começou a operar na quarta

A Bahia ganha novo reforço na malha aérea internacional.

Na quarta-feira (7), a Copa Airlines oficializou o retorno de suas operações na capital baiana, com o voo direto do Panamá, na América Central.

A ligação faz parte das ações do governo da Bahia para ampliar a conectividade aérea do estado e facilitar o acesso de turistas das Américas Central e do Norte, beneficiando o fluxo crescente de estrangeiros que visitam destinos baianos.

Voo inaugural

Presente na recepção dos passageiros do voo inaugural no comecinho desta quinta-feira (8), no aeroporto internacional de Salvador, o governador Jerônimo Rodrigues destacou que a retomada marca novas oportunidades de negócios. “Retomamos aqui um fluxo importante, que é o Panamá. Consegue levar e trazer as pessoas para diversos outros países, então é o turismo se fortalecendo, não só o turismo do Carnaval, da cultura, mas também o turismo de negócio. Um conjunto de valores que nós temos e a Bahia se destaca nisso”, pontuou.

Lei estadual

O retorno da operação é resultado direto do novo marco legal de incentivo à aviação internacional na Bahia.

A Lei Estadual nº 14.789, de

iniciativa do Executivo, autoriza a concessão de subvenção econômica para custear despesas de companhias aéreas internacionais que operem no estado. A medida pode gerar impacto de até R\$ 20 milhões no orçamento anual. “O governo da Bahia mantém um programa de prospecção de voos internacionais, com subsídio às operações, visando ampliar o fluxo turístico e gerar mais emprego e renda para os baianos”, afirmou o secretário do Turismo, Maurício Bacelar.

Para atender à demanda, a rota Salvador–Cidade do Panamá–Salvador foi planejada com horários estratégicos. Os voos partem de Salvador às segundas, terças, quintas e sábados, à 1h25, com chegada ao destino às 6h40. Já no sentido inverso, as decolagens do Hub das Américas acontecem às segundas, quartas, sextas e domingos, às 15h58, com pouso em Salvador à 0h25 do dia seguinte.

Para Monica Afonso, gerente de vendas da Copa Airlines para o Brasil, a iniciativa vai mudar a relação cultural e econômica da Bahia com outros destinos. “Essa é uma data super importante, porque a Copa Airlines vai promover essa conectividade do soteropolitano ao Panamá, para mais de 85 cidades, em 32 países, isso, com certeza, vai fomentar cultura, vai fomentar os negócios e vai fomentar turismo”, comentou Monica.

Audiência discute impacto de projeto de mineração no Ceará

Empresa quer extrair quartzito em área do município de Massapê

A Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) presidiu, nessa quarta-feira (7), a audiência pública de apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do empreendimento da Gramazini Mineração, voltado à extração de rocha ornamental (quartzito), no município de Massapê, na região Norte do Ceará.

O encontro foi realizado na Escola de Educação Infantil Franklin Júnior de Souza, na comunidade Pau Branco, zona rural do município, e integrou o processo de licenciamento ambiental conduzido pela Semace, com o objetivo de assegurar transparência, participação social e diálogo com a população local sobre os impactos e benefícios do empreendimento.

A audiência foi presidida pelo gerente de Controle Ambiental da Semace, Wasley Pinheiro. Estiveram presentes a analista ambiental da Gramazini Mineração, Fernanda Sepúlveda; o representante da Global Consultoria Ambiental, Éric Fernandes; e o representante da Vulcan Consultoria e Mineração, Rodrigo Salomão, além de membros da sociedade civil, acadêmicos e comunidades locais.

Durante a audiência, foram apresentados os principais aspectos técnicos do projeto, que prevê a ampliação das atividades de mineração em áreas localizadas nas localidades de Vassouras e Pico



Audiência discutiu se impactos ambientais valem a pena diante do ganho econômico

do Aiuá, totalizando 296 hectares a serem licenciados, dentro de um conjunto maior de áreas tituladas junto à Agência Nacional de Mineração (ANM).

Fins ornamentais

O empreendimento é voltado à lavra de quartzito para fins ornamentais, material amplamente utilizado na construção civil e no setor de rochas decorativas,

por meio de lavra a céu aberto, utilizando tecnologia de corte com fio diamantado, método que reduz vibrações, ruídos e a geração de material particulado. O estudo também prevê o aproveitamento de mineralizações de lítio, de forma complementar, sem beneficiamento no local.

De acordo com o EIA/Rima, a produção de quartzito será ampliada gradualmente ao longo

dos primeiros anos de operação, com estimativa inicial de cerca de 4,7 mil toneladas por ano, podendo alcançar aproximadamente 35,7 mil toneladas anuais no quinto ano de atividade. Os blocos extraídos serão transportados para unidades externas de beneficiamento.

O projeto prevê um investimento estimado de R\$ 3,78 milhões na fase de ampliação,

contemplando aquisição de equipamentos, veículos, infraestrutura operacional e estudos ambientais. O empreendimento também tem potencial para geração de empregos diretos e indiretos, com priorização da contratação de mão de obra local, contribuindo para o fortalecimento da economia do município e da região.

A analista ambiental da Gramazini Mineração, Fernanda Sepúlveda, destacou a priorização da contratação de trabalhadores da região. “Hoje, quase 100% da mão de obra do empreendimento é formada por moradores das comunidades do entorno. Além dos empregos diretos, a atividade também gera impactos positivos indiretos, movimentando serviços locais e contribuindo para a economia do município”, afirmou.

“Todo empreendimento gera impactos, e o licenciamento ambiental existe para garantir que esses efeitos sejam mitigados ou compensados, sempre com avaliação técnica da Semace e participação da comunidade”, ressaltou o gerente de Controle Ambiental da Semace, Wasley Pinheiro.

As contribuições e manifestações da população presentes na audiência foram registradas e passarão a integrar a análise técnica do processo de licenciamento. A Semace destacou que a audiência pública é uma etapa fundamental de discussão.

Barcos no policiamento do São Francisco

Na tarde da última quarta-feira (7), a Polícia Militar de Sergipe realizou a solenidade de entrega de viaturas aquáticas destinadas ao reforço do policiamento na região do baixo São Francisco sergipano.

O evento aconteceu na 4ª Companhia de Polícia de Caatinga, situada no município de Santana do São Francisco.

Na oportunidade, foram entregues três motos aquáticas, com capacidade para três passageiros, potência de 230 cavalos, sistema de ré e rebouques, além de uma lancha de alumínio com capacidade para cinco passageiros, equipada com motor de popa de 60 cavalos, quatro tempos, injeção eletrônica de combustível e rebouque.

As novas embarcações passam a integrar a estrutura operacional

da 4ª Companhia do Batalhão de Polícia de Caatinga, sediada em Santana do São Francisco.

Reforço logístico

Durante a solenidade, o comandante-geral da PMSE, coronel Alexsandro Ribeiro, destacou a importância do reforço logístico para a atuação da Corporação na região.

“Essas embarcações serão empregadas no patrulhamento fluvial do alto e do baixo Rio São Francisco, ampliando significativamente a presença da Polícia Militar no combate ao tráfico de drogas, ao contrabando, a assaltos a barcos de passageiros e a outras práticas criminosas.

Além disso, permitirão maior rapidez no atendimento de ocorrências em povoados de difícil acesso terrestre, reforçando a pre-



Embarcações reforçarão policiamento no rio

sença institucional do Estado e o papel social da PMSE junto às comunidades ribeirinhas”, afirmou.

Investimento

O investimento total empregado na aquisição dos equipa-

mentos foi de aproximadamente R\$ 713 mil, representando o compromisso do governador do estado, Fábio Mitidieri (PSD), e do secretário de Estado da Segurança Pública, João Eloy de Menezes, com o fortalecimento

da segurança pública e a proteção da população sergipana, especialmente nas regiões ribeirinhas.

O evento contou, ainda, com a presença do prefeito de Santana do São Francisco, Ricardo Roriz, de vereadores do município, do comandante do Batalhão de Polícia de Caatinga (BPCaatinga), tenente-coronel Fabrício Almeida, além de outros oficiais superiores da PMSE.

Turismo

A região do São Francisco é um dos principais pontos turísticos de Sergipe.

A maior atração são os Cânions de Xingó, impressionantes formações que formam um corredor de pedra e que foi cenário da novela Velho Chico, exibida pela TV Globo. Os cânions ficam na cidade de Canindé de São Francisco.

Paraíba alerta para o risco das arboviroses durante o verão

Balanço mostra casos de dengue e outras doenças

Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES-PB), por meio da Gerência Executiva de Vigilância em Saúde (Gevs), divulgou, nessa terça-feira (7), o balanço dos casos de arboviroses registrados no estado, com dados referentes ao período de 4 de janeiro de 2025 a 3 de janeiro de 2026.

De acordo com o boletim epidemiológico, foram registrados 8,9 mil casos prováveis de arboviroses na Paraíba.

Desse total, 7,7 mil correspondem a dengue, 567 a chikungunya, 20 a zika e 651 a oropouche, evidenciando a circulação simultânea desses vírus no território paraibano.

Mortes

No que se refere aos óbitos, o estado confirmou, no período analisado, nove mortes por dengue, sendo cinco no município de João Pessoa, uma em Campina Grande, uma em Solânea, uma em Tavares e uma em São Domingos do Cariri. A Paraíba registrou ainda dois óbitos por chikungunya, ocorridos nos municípios de Campina Grande e Prata.

A técnica responsável pela Vigilância das arboviroses da SES-PB, Carla Jaciara, destacou que as 1ª, 3ª e 7ª Regiões de Saúde apresentaram as maiores incidências de casos.

Atenção

Segundo ela, a atenção aos sintomas e a busca precoce por atendimento são fundamentais



Fernando Frazão/Agência Brasil

Ações do governo precisam da ajuda da população para terem eficácia

para reduzir complicações.

“É de extrema importância que a população esteja sempre atenta aos sinais de alerta e de gravidade, como febre, dor de cabeça, náuseas, manchas pelo corpo e, especialmente, dor abdominal, que é um sinal de alerta importante”, disse ela.

“Diante de qualquer um desses sintomas, é fundamental procurar o serviço de saúde para que o caso seja notificado de forma oportuna”, explicou.

Papel da população

A técnica também reforçou o papel da população no enfrentamento das arboviroses.

“Além de buscar atendimento, é essencial que cada cidadão faça sua parte, eliminando focos de água parada de forma contínua e assertiva, contribuindo diretamente para a redução do número de casos registrados em todo o estado”, completou Carla Jaciara.

Ações

De forma permanente, a SES-PB desenvolve ações integradas junto aos municípios e às Gerências Regionais de Saúde, com foco no monitoramento, supervisão e assessoramento das estratégias de prevenção e controle das arboviroses.

Entre as iniciativas estão oficinas de qualificação para aplicação de inseticidas em pontos estratégicos, voltadas aos Agentes de Controle de Endemias e Supervisores de Campo, além de agendas específicas como Dias D de vacinação, ações educativas e atividades de orientação direta à população.

Verão

No verão, período chuvoso, a maior a incidência das arboviroses, pelo maior risco de água parada, ambiente no qual os mosquitos colocam seus ovos.

Obras facilitarão acesso a museu

O governo do Piauí, por meio da Secretaria das Cidades (Secid), está executando obras para pavimentação do entorno do Museu da Natureza, no município de Coronel José Dias.

O objetivo é melhorar o deslocamento dos visitantes na região, incluindo ainda o mesmo serviço na entrada do Parque Nacional da Serra da Capivara.

Devido aos serviços, a área entre o museu e o acesso à Pedra Furada está fechada para o trânsito de veículos.

A interdição vai durar 30 dias. Nesse período, o Museu da Natureza pode ser acessado externamente por via de Coronel José Dias, e a Pedra Furada pela entrada do Sítio do Mocó.

O projeto prevê 11 mil m² de pavimentação em piso intertravado, com estacionamento para os ônibus de excursão, além de melhorias na iluminação.

O investimento total é de R\$ 3,7 milhões, e a estimativa é que a obra seja concluída ainda no primeiro semestre deste ano.

“Estamos trabalhando para valorizar e fortalecer o turismo nessa região tão importante. Facilitando o acesso aos pontos turísticos geramos mais oportunidades de visitantes conhecerem nossas riquezas e nossa história. É uma democratização da memória piauiense”, destaca a secretária das Cidades, Vilani Silva.

Visitantes

Entre janeiro e novembro de 2025, o Parque Nacional Serra da Capivara recebeu 44,9 mil visitantes, mantendo um fluxo regular ao longo do ano.

O maior pico foi registrado em julho, com 7,8 mil visitas, impulsionado pelas férias escolares e pelo aumento do turismo no sudeste do Piauí. Os dados confirmam o parque como um dos principais destinos de turismo cultural e científico do Brasil.

Reconhecido nacional e internacionalmente, o parque abriga centenas de sítios arqueológicos que comprovam a presença humana nas Américas há milhares de anos. O volume expressivo de visitantes ao longo do ano reforça não apenas a relevância do território, mas também a importância de uma visitação planejada.

Hospital em Natal entra em fase decisiva de construção

Divulgação

Em mais um passo para concretizar o início da maior obra na área da saúde pública do Rio Grande do Norte das últimas décadas, a Secretaria de Estado da Infraestrutura homologou o resultado da licitação para construção do Hospital Metropolitano do Rio Grande do Norte.

Com valor apresentado de R\$ 200,7 milhões, a Construtora Ramalho Moreira foi declarada vencedora do certame.

Com isso, o processo de concorrência pública para execução do projeto está oficialmente concluído.

PAC

Obra prioritária do governo do Estado, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento pela governadora Fátima Bezerra,



Hospital terá foco em trauma e ortopedia

o novo hospital tem como foco o atendimento de trauma, ortopedia e neurocirurgia.

A nova unidade será construída no bairro Emaús, em Parnamirim, com o objetivo de absorver a demanda de traumatologia e

neurocirurgia do estado.

Para a governadora, o novo hospital será marco histórico do ponto de vista da expansão e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Rio Grande do Norte. Além do hospital,

também serão construídas com recursos do PAC uma maternidade na zona norte de Natal para atender casos de alto risco, e três policlínicas regionais, uma em Natal (zona oeste), outra em Ceará-Mirim e a terceira na cidade do Assu.

Com perfil voltado para o atendimento em trauma, o hospital contará com 350 leitos, sendo 40 de UTI, e terá papel estratégico na reorganização da rede estadual de urgência e emergência. O Hospital Metropolitano deverá absorver a demanda de traumatologia e neurocirurgia, atualmente concentrada no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, em Natal, contribuindo para a melhoria do fluxo e da qualidade do atendimento do SUS no Rio Grande do Norte.

Maranhão investe no turismo na Chapada das Mesas



O Parque Nacional da Chapadas Mesas preserva o Cerrado

Iniciativas buscaram qualificação profissional e valorização cultural na região

A Secretaria de Estado do Turismo (Setur-MA), através da Superintendência de Turismo do Polo Chapada das Mesas, encerrou o ano de 2025 com uma série de iniciativas de sucesso em um dos principais polos turísticos do Maranhão.

Entre as ações realizadas em parceria com o trade turístico local, destacam-se projetos voltados para a qualificação profissional, inovação, valorização cultural e promoção de novas experiências.

A Superintendência esteve presente nos principais eventos de mercado do turismo do Brasil, como WTM Latin America, Salão do Turismo e ABAV EXPO, reforçando a promoção dos destinos turísticos da região da Chapada das Mesas.

Além da participação em eventos e feiras nacionais do segmento, a Superintendência de Turismo da Chapada das Mesas participou também de eventos região a região sul do estado, como o Integra

Chapada, AgroBalsas, maior feira de agronegócio do Maranhão, e Expoimp, principal feira multisetorial de negócios da Região Tocantina, com estandes que atraíram milhares de visitantes e despertaram interesse pelo turismo de aventura.

“Estamos contentes pelos resultados alcançados. A força do turismo na Chapada das Mesas é uma prova do potencial do nosso estado em cativar os visitantes que querem viver momentos inesquecíveis. Continuaremos potencializando as vivências, alavancando os produtos turísticos e impulsionando os atrativos locais”, garantiu a secretária Estadual de Turismo, Socorro Araújo.

Foram realizadas durante o ano também ações de governança com a orientação aos municípios em relação ao Mapa do Turismo Brasileiro, bem como reforço na formalização dos equipamentos turísticos da Chapada das Mesas, através do Cadastur.

A Superintendência realizou ainda atividades de suporte ao Observatório do Turismo do Maranhão (Obstur) na atuação junto aos artesãos para emissão da carteira do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). O superintendente do Polo Chapada das Mesas, Beto Kelner, fez um balanço positivo das ações e parabenizou os esforços do Governo do Estado para potencializar ainda mais o turismo na região.

“Ano produtivo”

“Foi um ano muito produtivo, onde as ações se tornaram possíveis graças aos esforços e trabalho árduo que a secretária Socorro Araújo e o governador Carlos Brandão fizeram ao longo de 2025. A superintendência da Chapada das Mesas, além de conectar todas as políticas públicas do estado com a região, é um braço da Setur-MA no Polo, dando suporte como foi o caso das Ex-

pedições de Turismo, o Projeto Trilha dos Saberes, que fortalece o Turismo de Base Comunitária no maior polo turístico do estado”, elencou o superintendente.

Em 2025, a Setur-MA, por meio da Superintendência da Chapada, realizou uma Press Trip com a finalidade de captação de imagens para a reformulação do Banco de Imagens do Polo Chapada das Mesas.

Chapada das Mesas

O Parque Nacional da Chapada das Mesas é uma unidade de conservação que abrange 160, mil hectares de Cerrado nos municípios de Carolina, Riachão e Estreito, no centro-sul do Maranhão.

Criado em 2005, o parque faz parte do esforço dos órgãos ambientais para elevar a área protegida no Cerrado.

Na época de sua criação, pouco mais de 2,5% do bioma estava

resguardado em unidades de conservação federais e estaduais.

A região do parque é extremamente rica em espécies de animais e de plantas, sem falar no alto potencial turístico em decorrência das belezas naturais da Chapada das Mesas.

A origem do seu nome se dá em razão de seus platôs, que lembram o formato de mesas de pedra, por meio de seus paredões de rocha de arenito formados há milhões de anos.

O parque ainda possui cachoeiras como São Romão e a Cachoeira da Prata.

Essas cachoeiras ainda são pouco exploradas, devido à dificuldade do acesso, com necessidade guias locais e veículos quatro por quatro.

Outras atrações são o trekking até o Morro das Figuras (com inscrições rupestres) e trilhas ecológicas, como a do Morro do Chapéu.

Com informações do governo do Maranhão

Galeria Massayó abre as portas investindo na arte, cultura e economia de Alagoas

A Galeria Massayó foi inaugurada na quarta-feira (7), em Maceió (AL), com a abertura da exposição “Vestir Massayó”, marcando um novo espaço dedicado à valorização da cultura e da arte alagoanas.

A galeria abriu as portas ao público com a proposta de se tornar um ambiente permanente de incentivo aos artistas locais.

A inauguração reuniu artistas, artesãos, designers, autoridades e representantes da cena cultural de Maceió, celebrando a diversidade criativa do estado.

A exposição segue em cartaz até o dia 16 de janeiro, com visitação das 9h às 13h.

Identidade cultural

Idealizada pela primeira-dama de Maceió, Marina Candia,

a Galeria Massayó nasce com o objetivo de fortalecer a identidade cultural local, ampliar a visibilidade da produção artística alagoana e estimular a economia criativa.

Durante a abertura, Marina destacou a importância de criar espaços que valorizem os talentos do estado e promovam conexões entre cultura, arte e comunidade.

“Nossa cultura merece cada vez mais espaços que valorizem nossos artistas e possibilitem que turistas e a população local conheçam, assistam e presenciem de perto a riqueza cultural gerada pelas pessoas da nossa cidade”, disse Marina Candia.

“A Galeria Massayó vem para fortalecer este movimento”, explicou a primeira-dama de Maceió e idealizadora da galeria.



A exposição Vestir Massayó inaugurou a galeria

“Por isso, convido todos a conhecer o espaço e prestigiar a exposição Vestir Massayó, com os artistas participantes deste projeto lindo e que merecem todo o reconhecimento”, finalizou.

Vestir Massayó

A exposição “Vestir Massayó 2026” apresenta uma retrospectiva do projeto desde 2023, reunindo 10 artistas que participaram de todas as edições.

Mais do que apresentar looks, a mostra revela trajetórias, processos criativos e histórias que consolidam o Vestir Massayó como uma plataforma de reconhecimento da moda e do artesanato alagoanos.

As obras expostas refletem a diversidade de linguagens, técnicas e saberes que compõem a identidade cultural de Alagoas.

A exposição, também idealizada por Marina Candia, amplia a visibilidade da moda alagoana, fortalece a economia criativa e projeta a cultura local para além das temporadas festivas.

A edição reúne artistas, artesãos e designers que traduzem seus territórios e referências em criações autênticas, carregadas de identidade.

Secom Maceió

CORREIO NORTE

Uéslei Araújo/Sema



Redução foi marca história na política ambiental

Acre reduz focos de queimadas na floresta em 75%

O Acre encerrou 2025 com um dos melhores desempenhos de sua história no enfrentamento às queimadas ilegais. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), validados pelo Centro Integrado de Geoprocessamento e Monitoramento Ambiental (Cigma) da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (Sema), apontam uma redução expressiva de 75% nos focos de calor em comparação a 2024.

Ao longo de 2025, foram registrados 2,2 mil focos de calor, o menor quantitativo desde o início da série histórica, em 2001. O resultado consolida o Acre como referência regional no controle das queimadas e no enfrentamento aos crimes ambientais.

Alfabetização

O governo de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc) está com inscrições abertas para o processo seletivo de formadores estaduais, regionais e municipais que atuarão na política de alfabetização do território estadual. A seleção integra as ações do Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia (Proalfa) e detalha a concessão de bolsas para profissionais que atuarão em diferentes frentes.

Divulgação



Palmas fornece gratuitamente as fitas para diabetes

Fitas de glicemia

A Prefeitura de Palmas (TO), por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Semus), retomou a distribuição de fitas de glicemia após a chegada de nova remessa do insumo, essencial para o acompanhamento de pacientes com diabetes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A partir desta quinta-feira, 8, o fluxo de entrega foi reorganizado, com abastecimento gradativo de todas as Unidades de Saúde da Família (USFs) da Capital. A Semus orienta que os usuários procurem sua USF de referência para informações sobre a retirada das fitas.

Faixas de pedestre

Com a proximidade do ano letivo, a Prefeitura de Manaus (AM), por meio do Instituto Municipal de Mobilidade Urbana (IMMU), deu início à operação "Sinalização: Volta às Aulas". A iniciativa visa garantir a segurança de crianças e adolescentes por meio da revitalização e reforço das faixas de pedestres e sinalizações auxiliares em escolas da capital.

Drenagem

O ano de 2026 começou com a Prefeitura de Boa Vista (RR) intensificando as obras de infraestrutura em diversos pontos da capital. Entre as intervenções em andamento está a implantação de 220 metros de sistema de drenagem na avenida Brasil, próximo ao Hospital da Criança Santo Antônio (HCSA).

Fotografia

As inscrições para o 5º Concurso de Fotografia do Natal de Vida, Esperança e Dignidade 2025, promovido pela Prefeitura de Rio Branco, por meio da Secretaria Especial de Comunicação, seguem abertas até o próximo dia 11 de janeiro. A iniciativa visa valorizar os registros da iluminação natalina.

Próteses

O governo do Tocantins entregou na quinta-feira (8) 16 próteses ortopédicas aos pacientes referenciados ao Centro Especializado em Reabilitação (CER-TO), em Palmas. Nos próximos três meses, mais de 200 pacientes devem ser beneficiados com órteses e próteses que já estão em processo de fabricação.

Games

O Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá, no Pará, recebe, ao longo do mês de janeiro, um ciclo de oficinas para novos desenvolvedores de jogos. A realização é da Ludus Studio e da comunidade de desenvolvedores de games do Pará, com apoio do PCT Guamá e da Fundação Guamá. Formulário no perfil do Instagram @gamedevspa.

Educação

A rede estadual de ensino do Amapá participou do Encontro Nacional de Educação STEAM 2025, que aconteceu na Universidade de São Paulo (USP). O estado foi selecionado para receber financiamento de um projeto que implemente práticas inovadoras da educação, com patrocínio da Embaixada dos EUA no Brasil.

Prato cheio

O programa Prato Cheio, do governo do Amazonas deu início, na terça-feira (06) a uma série de palestras sobre alimentação e saúde mental, como parte das ações do Janeiro Branco, campanha global de conscientização sobre saúde mental. A programação acontece em cozinhas e restaurantes populares.



Mais de 10 mil teleconsultas foram realizadas em 2025

Tocantins se destaca no uso de telemedicina

Uso das ferramentas permitiu mais de 10 mil atendimentos

O Tocantins se destacou nos atendimentos de teleconsultas em 2025. No total, foram realizados 10.232 atendimentos, que beneficiaram usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A ação regulamentada pelo Ministério da Saúde (MS), que tem transformado a saúde pública tocantinense foi possível devido à adesão do Estado ao projeto de Assistência Médica Especializada com Telemedicina, nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, também conhecido como TeleAMEs.

O município de Guaraí liderou a realização da modalidade de assistência, com 1,8 mil. O município foi seguido pela cidade de Araguatins (1.3 mil); Taguatinga (981); Gurupi (804); Dianópolis (575) e Pindorama do Tocantins (577).

O governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) destaca que o governo do Tocantins tem trabalhado com responsabilidade e compromisso para garantir uma saúde pública mais eficiente e acessível.

“Estamos investindo em tecnologia e inovação para aproximar o atendimento especializado da população. As teleconsultas são um exemplo desse avanço, fortalecendo o SUS e levando mais cuidado e dignidade aos tocantinenses”, ressalta o governador.

Segundo o secretário de Estado da Saúde, Carlos Felinto,

“é nosso dever e o governador Wanderlei Barbosa sempre nos determina garantir que o acesso à saúde seja efetuado com excelência, agilidade e conforto. Por isso, a cada dia estamos empenhados em oferecer melhorias na saúde pública tocantinense e a adesão e o empenho dos municípios na oferta de teleconsultas, ampliando o cuidado à saúde de forma integral e acessível”.

Atendimento

Quem já foi beneficiado com a modalidade de atendimento aprovou, como foi o caso da Marilena Milhomem, acompanhante do paciente atendido no Hospital Regional de Guaraí (HRGUA), João Milhomem.

“O atendimento foi muito bom, nós gostamos muito das duas consultas com o cardiologista e o pneumologista. Nós somos daqui de Guaraí e se não fosse a telemedicina acho que precisaríamos ter que ir para Palmas, mas agora fomos já atendidos aqui. Eu ouvi no rádio que Guaraí ficou em primeiro lugar na realização dessas consultas e fiquei muito feliz, gostei muito, porque isso salva vidas”, afirma.

As teleconsultas no SUS buscam reduzir filas e tempo de espera, transferências desnecessárias para centros urbanos e compromettimentos na eficiência do Sistema Único de Saúde (SUS). Durante as consultas, são utilizadas tecnologias de informação.

Belém receberá 2,3 mil passageiros de cruzeiros

Primeiro transatlântico chega no dia 12, aniversário da cidade

Edivaldo Sodré/Agência Pará

A rota internacional de cruzeiros no Pará terá um incremento em janeiro, com a chegada de três transatlânticos e a expectativa de 2,3 mil passageiros. O primeiro navio, Volendam, está marcado para 12 de janeiro, dia do aniversário de Belém, capital do estado.

Já no dia 15, será a vez do navio Sea Vista ancorar no Pará e no dia 22 será o navio Azamara Quest. Os passageiros são de origem americana e os navios ancoram no Porto de Icoaraci às 8h e zarpam por volta das 18h.

Após operação de transbordo, os passageiros farão city tour pelos principais equipamentos turísticos de Belém, entre eles o Mercado do Ver-o-Peso, Theatro da Paz, Museu de Arte Sacra, espaço São José Liberto, Forte do Castelo, Museu Emílio Goeldi e Basílica de Nazaré.

Temporada

Ainda nesta temporada estão previstos navios no dia 12 de fevereiro e no dia 11 de março. A temporada começou em outubro de 2025 e segue até abril de 2026.

A Secretaria de Estado de Turismo (Setur) prepara um receptivo de boas vindas aos cruzeiristas ao som de carimbó e distribuição de material promocional.

“O Estado do Pará segue firme na rota turística de cruzeiros, atraindo cada vez mais visitantes, principalmente do exterior”, afirmou o secretário-adjunto da Setur, Lucas Vieira.



Três transatlânticos chegarão a Belém no mês de janeiro

“A chegada de novos cruzeiros reforça esse movimento, consolidando nossa posição como um destino desejado e único. O governo do estado realizou importantes investimentos em novos equipamentos turísticos, o que tem ampliado ainda mais as experiências oferecidas aos visitantes. Seja pela nossa rica gastronomia, pela cultura vibrante ou pelas belezas naturais, o Pará continua encantando e se fortalecendo como referência no turismo nacional e internacional”.

Meio ambiente

Ainda na área do turismo, o Pará investe na política ambien-

tal, depois de ter sido sede da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30.

O Pará tem dado saltos expressivos na política ambiental descentralizada com a criação e o fortalecimento de unidades de conservação (UCs) municipais, que passaram a aliar a preservação da natureza à valorização cultural e à geração de renda.

Com apoio técnico do governo do Estado, por meio do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio), esses espaços passaram a integrar de forma mais ativa o desenvolvimento

sustentável das economias locais, especialmente na área do ecoturismo.

A Diretoria de Gestão da Biodiversidade (DGBio), do Ideflor, apoiou diretamente sete UCs municipais em Salvaterra, Concórdia do Pará, São João de Pirabas, Bujaru, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri e Jacareacanga, alcançando diversas regiões, do Marajó ao Sudoeste.

O trabalho envolveu assessoria técnica, orientação legal e fortalecimento institucional das gestões municipais, ampliando a presença da política ambiental nos territórios.

Agência Pará de Notícias

Reconstrução de casas após incêndio no Amapá

Em uma rápida ação conjunta, o governo do Amapá presta auxílio a pessoas atingidas em um incêndio de grandes proporções ocorrido na tarde de quarta-feira (7), na Zona Sul de Macapá.

Visitando a área desde a noite, o governador Clécio Luís garantiu que os órgãos do estado atuarão na reconstrução de casas destas famílias.

“Tudo o que estamos fazendo é pensando nas pessoas para que elas não se sintam desamparadas. Hoje é o dia de começar a reconstrução das casas e das vidas dessas pessoas, com o nosso apoio humanitário”, disse o governador.

“Não é favor, é política pública. Os atingidos perderam tudo e, quando isso acontece, o trauma é muito grande. Então, estamos com trabalho de acolhimento em várias frentes, desde o Corpo de Bombeiros que chegou aqui em 8 minutos com uma atuação rápida, até nosso trabalho de assistência”, afirmou Clécio Luís.

O incêndio

O incêndio começou por volta de 12h30, em uma região alagada atrás do Residencial Jardim Açucena, no bairro Novo Buritizal, atingindo estruturas, em sua maioria, de madeira. As causas estão em investigação. De acordo com o mapeamento da Secretaria de Assistência Social, que coordena os trabalhos no local do sinistro, o fogo atingiu 14 casas, sendo 8 completamente destruídas, e mais uma igreja. Não houve registro de feridos graves.

Maíra Silva, de 34 anos, morava atrás do templo, com o marido e três filhos. Ela perdeu completamente a casa, mas não a esperança.

“Eu moro há 14 anos aqui. No momento que eu soube do incêndio, deu aquele desespero. Foi construída uma vida aqui e vi tudo se acabando. Mas, graças a Deus, nós estamos bem. E estamos muito gratos por esse trabalho feito pelo Governo, porque essa ajuda está presente desde ontem. Eu me surpreendi”, comentou a moradora, emocionada.

Clécio Luís visitou o local do incêndio na quarta-feira à noite, e retornou na tarde de quinta para reafirmar o compromisso em dar apoio aos atingidos.

Homicídios tiveram redução no Amazonas no ano de 2025

Divulgação SSP/AM

Durante coletiva de imprensa, o governador do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil), destacou as ações de segurança no Réveillon, assim como a redução no número de homicídios na capital e em todo o Amazonas.

Ainda de acordo com números apresentados pelo governador, o Amazonas atingiu a meta de redução de homicídios estabelecida pelo Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) e prevista para ser alcançada apenas em 2030.

“Os nossos números são muito positivos. Nós tivemos uma redução significativa. Em (dezembro de) 2024, foram registrados 47 homicídios e em dezembro de 2025, foram registrados 20 homicídios (em Manaus). A nossa meta era reduzir a quantidade de



Ações de policiamento reduziram em 57% os homicídios

homicídios para 16 por 100 mil habitantes até 2030. Nós já atingimos essa meta em 2026, quatro anos antes do estabelecido”, explicou o governador Wilson Lima.

Os dados apresentados pelo governador apontam para uma

redução de mais de 57% no número de homicídios em Manaus, no mês de dezembro.

No estado todo, a redução em dezembro foi de mais de 36%, levando-se em conta que em 2024, foram registrados 82

homicídios e em 2025 esse número caiu para 52.

Além de ter atingido a taxa de 16 homicídios por 100 mil habitantes, o Amazonas também registrou, em 2025, queda de 32% no número de homicídios. Em todo o ano de 2024, o estado registrou 1.055 homicídios, enquanto em 2025, o registro foi de 709. Na capital, a redução foi ainda maior: 44%. Em 2024, Manaus registrou 671 homicídios, índice que caiu para 372, em 2025.

O governador Wilson Lima também deu destaque ao fluxo de atendimentos nas unidades de saúde durante a virada do ano e aos avanços do Amazonas que, em 2025, consolidou-se como referência em transplantes na região Norte do Brasil.

CORREIO SUL

Divulgação/Fesporte



Cidade receberá etapa catarinense da competição

SC: Joinville sediará Jogos Estaduais da Terceira Idade

Joinville (SC) foi definida como sede da etapa estadual dos Jogos Abertos da Terceira Idade (Jasti). A escolha foi homologada pelo Conselho Estadual do Esporte (CED) e pela Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte), responsável pela organização, com data ainda a ser divulgada. A competição reunirá delegações e é voltada a atletas com mais de 60 anos. Em 2025, o Jasti ocorreu em São Bento do Sul (SC) e contou com cerca de 3,9 mil participantes. Na última edição, a delegação da Secretaria de Esportes da Prefeitura de Joinville obteve seis troféus, com títulos no atletismo feminino, beach tennis masculino e voleibol adaptado masculino, além de resultados de segundo lugar em outras modalidades.

Porto Alegre contra a violência escolar

A prefeitura de Porto Alegre (RS) publicou a Instrução Normativa 017/2025 no Diário Oficial do município, detalhando regras para tratamento e apuração de ameaças, violências e assédios na rede de ensino. A medida foi elaborada pela Secretaria Municipal de Educação a partir de um grupo de trabalho criado em 2025 e define fluxos, ações e respostas a ocorrências na rede pública local após análise de 300 registros acompanhados.

Cristine Rochol/PMPA



Acesso gratuito às unidades de Porto Alegre

RS: verão conta com piscinas públicas

Porto Alegre (RS) mantém abertas cinco piscinas públicas em centros comunitários durante o verão, com funcionamento de terça a sexta, pela manhã e à tarde, e aos fins de semana no período da tarde. O uso é permitido até 28/02, sempre com acompanhamento profissional. Para entrar, é preciso apresentar documento com foto, comprovante de residência e foto 3x4, emitir carteira e participar de orientação sobre saúde. As unidades ficam em Passo d'Areia, Jardim Floresta, Cavallhada, Vila Ingá e Restinga. Todas as unidades seguem um horário padrão.

SC: vendas imobiliárias acima da média

O mercado imobiliário de São José (SC) fechou 2025 com valorização superior à média do país, segundo dados do Índice FipeZAP de Venda. Os valores residenciais subiram 11,31% no ano, acima do índice nacional de 6,52%. Em dezembro, houve alta de 0,73%. O preço do metro quadrado chegou a R\$ 8,8 mil, abaixo da média brasileira. No ranking do índice, o município ficou à frente de capitais.

Mutirão

Porto Alegre (RS) terá um mutirão de limpeza no domingo (11), no bairro Mário Quintana. A ação é coordenada pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e atende a área com descarte irregular de resíduos. Funcionários municipais atuarão com apoio de caminhões e retroescavadeira.

Combustível

O Programa de Proteção e Defesa do Consumidor de Chapecó (SC) pesquisou preços de gasolina e diesel após reajuste do imposto em 1º de janeiro. A coleta ocorreu na quarta (7), em quase 30 postos, e apontou impacto de R\$ 0,10 na gasolina e R\$ 0,05 no diesel para o consumidor final no município catarinense.

Autorização

A prefeitura de Cascavel (PR) recebeu, na quinta-feira (8), autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para executar a trincheira do Cascavel Velho. A obra prevê passagem inferior e duplicação da BR-277. O projeto ainda depende de aval da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Paraná.

Saúde

Em Caxias do Sul (RS), a Secretaria Municipal da Saúde retoma, no sábado (10) o mutirão de ecografias para reduzir a fila de espera. Os atendimentos ocorrem na Central de Exames, com agendamento prévio nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), que têm novos horários. O objetivo é reduzir a fila do Sistema Único de Saúde (SUS).

Verão

Os Jogos de Verão acontecem nas praias do município de Palhoça (SC) durante janeiro e fevereiro, com competições esportivas e ações abertas ao público. A agenda inclui futevôlei, beach tennis e vôlei de praia, além de atividades físicas. As disputas começaram no sábado (10) e seguem até o fim da temporada.

Cursos

A Universidade Aberta da Maturidade abriu seleção de atividades para 2026 voltadas a pessoas idosas, com aulas, cursos e oficinas presenciais no Campus Jardim Botânico da Universidade Federal do Paraná (UFPR), às terças, das 14h às 17h. As propostas podem ser enviadas até 6/2 e o resultado sairá em 19/2.



Prefeitura orienta migrantes sobre serviços e direitos

PR: Maringá acolheu 44% mais migrantes

Atendimentos cresceram com foco em estudos e no trabalho

Maringá (PR) contabilizou um crescimento de 44,4% no atendimento à população estrangeira ao longo de 2025, com ações concentradas em orientação social, regularização migratória e integração econômica.

Entre janeiro e novembro, mais de 1,3 mil pessoas de 34 países receberam apoio em Maringá, segundo dados consolidados pela Secretaria da Juventude, Cidadania e Migrantes (Sejuc). As maiores demandas vieram de cidadãos da Venezuela, Haiti, Cuba, Colômbia e Paraguai, que buscaram suporte para permanência e acesso a serviços públicos.

No mesmo intervalo, foram realizados mais de 1,4 mil atendimentos, voltados à organização de documentos junto à Polícia Federal (PF), encaminhamento para vagas de emprego e esclarecimentos sobre direitos garantidos pela legislação brasileira.

As medidas buscaram reduzir entraves burocráticos e facilitar a autonomia dos recém-chegados, além de orientar sobre políticas disponíveis nas áreas de saúde, assistência social e educação.

Durante o ano, o município promoveu capacitações técnicas para servidores da rede socioassistencial. Uma das formações ocorreu no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Paraíso do Norte, com foco em procedimentos de acolhida e normas migratórias.

Também foram organizados

três mutirões em parceria com a PF, que eliminaram a fila de espera para pedidos de regularização.

Nessas ações, mais de 120 pessoas foram atendidas, com acesso a informações oficiais e segurança jurídica para residência no país.

A principal estrutura destinada ao primeiro atendimento é o Cras ao Migrante, mantido pela prefeitura de Maringá.

O espaço oferece moradia temporária por até seis meses e funciona como ponto inicial de orientação para quem decide se estabelecer na cidade.

Segundo a Sejuc, até o momento não houve registro de solicitações emergenciais relacionadas a episódios recentes ocorridos na Venezuela.

Além das ações da prefeitura, Maringá conta com o Conselho Municipal de Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas (Corma), instância de participação social voltada ao acompanhamento das políticas do setor.

A cidade também integra a Rede Nacional de Cidades Acolhedoras (RNCA), coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que reúne 21 municípios brasileiros.

No Paraná, apenas Maringá e Curitiba participam da iniciativa. Segundo a Sejuc, os casos acompanhados ao longo do período indicam que parte das famílias atendidas conseguiu inserção no mercado de trabalho e deu continuidade a projetos de estudo.

Santa Catarina: assistência humanitária após temporais

Oito mil itens, como cestas básicas e kits de higiene, foram entregues em 12 horas

Uma resposta rápida garantiu telhas, cestas básicas, colchões e kits essenciais a famílias atingidas por eventos climáticos em 21 municípios catarinenses.

A Secretaria da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina (SPDC/SC) distribuiu, nas últimas duas semanas, mais de 8 mil itens de assistência humanitária a municípios atingidos por temporais, vendavais, alagamentos e chuvas intensas em diferentes regiões do estado.

As entregas ocorreram, em média, em até 12 horas após a solicitação das prefeituras, garantindo apoio imediato às famílias afetadas e condições mínimas de dignidade em um momento de extrema vulnerabilidade.

Situação de emergência

Desde o dia 27 de dezembro, 21 municípios catarinenses decretaram Situação de Emergência em razão dos danos causados por eventos climáticos extremos.

Desses, seis solicitaram apoio com itens de assistência humanitária, totalizando 2.690 itens entregues em Araquari, 2.550 em Laguna, 1.600 em Balneário Barra do Sul, 875 em Barra Velha, 348 em Timbó Grande e 30 em São João do Itaperiú.

Entre os materiais distribuídos estão telhas, cumeeiras, cestas básicas, colchões, travesseiros, lençóis, kits de higiene pessoal, kits de limpeza doméstica e água



Cestas básicas e outros itens foram entregues às famílias desabrigadas

potável, itens essenciais para o atendimento emergencial das famílias atingidas.

O investimento do governo do estado supera R\$ 618 mil apenas nessas entregas.

Rapidez e volume

De acordo com o secretário de Estado da Proteção e Defesa Civil, Mário Hildebrandt, a prioridade da atuação é garantir rapidez e volume suficiente de materiais para atender às demandas emergenciais.

“Nosso foco é garantir que

os municípios recebam os itens necessários no menor tempo possível. Quando há uma solicitação formal, a resposta precisa ser imediata. Temos conseguido entregar, em média, em até 12 horas, volumes significativos de assistência humanitária para reduzir o impacto dos desastres na vida das famílias”, destacou o secretário.

A agilidade na distribuição é resultado de planejamento antecipado, com processos de aquisição iniciados previamente e fornecedores mantidos em sobreaviso sempre que há previsão

de eventos climáticos severos.

Além disso, Santa Catarina conta com Centros de Logística (Celog) estrategicamente localizados em Rio do Sul, Joaçaba e Florianópolis, que permitem o armazenamento e a rápida distribuição dos materiais.

Somente no último ano, a SPDC/SC entregou mais de 103 mil itens de assistência humanitária a 38 municípios afetados por eventos extremos, e o governo do estado segue monitorando as áreas atingidas, avaliando novas demandas e plane-

jando ações de recuperação.

Ciclone

A previsão de um novo ciclone em Santa Catarina traz novas preocupações. Há possibilidade de chuvas intensas, o que gerou um alerta da Defesa Civil.

O ciclone extratropical se forma entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai.

Além de chuva intensa, há a possibilidade de ventos fortes e granizo.

A Defesa Civil explica que o ciclone começa a se forçar sobre o continente, gerando uma área de baixa pressão. Quando avança para o mar, ganha mais força.

O ciclone mesmo deve aparecer somente no mar. Mas traz, mesmo assim, como consequência, a possibilidade de temporais.

Por conta disso, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu um alerta amarelo, que significa sinal de cuidado com perigo potencial.

A previsão indica chuva entre 20 e 30 milímetros por hora, podendo chegar a 50 milímetros no dia. Com ventos de 40 km/hora a 60 km/hora.

Com a possibilidade também de chuva de granizo, todo esse quadro alerta para a possibilidade de derrubada de árvores, de galhos, postes de iluminação e outros transtornos semelhantes.

Com informações da Ascom/SDC

Rio Grande do Sul tem novo recorde de transplantes

O Rio Grande do Sul obteve, em 2025, o melhor resultado dos últimos quatro anos na quantidade de transplantes realizados. Ocorreram 2.446 procedimentos no ano passado.

Em comparação com 2024, quando foram realizados 2.257 transplantes, a alta corresponde a 8%.

Os registros neste período de quatro anos também demonstram a continuidade de uma trajetória que se situa entre estável e ascendente. Em 2023, haviam sido realizados 2.258 procedimentos, um a mais que no ano seguinte. Em 2022, eram 1.897 transplantes realizados.

De acordo com a Central de Transplantes da Secretaria Estadual da Saúde (SES), foram 582 transplantes de rim, 129 de fígado, 32 de coração, 35 de pulmão, 1.024 de córnea, 235 de osso, 32

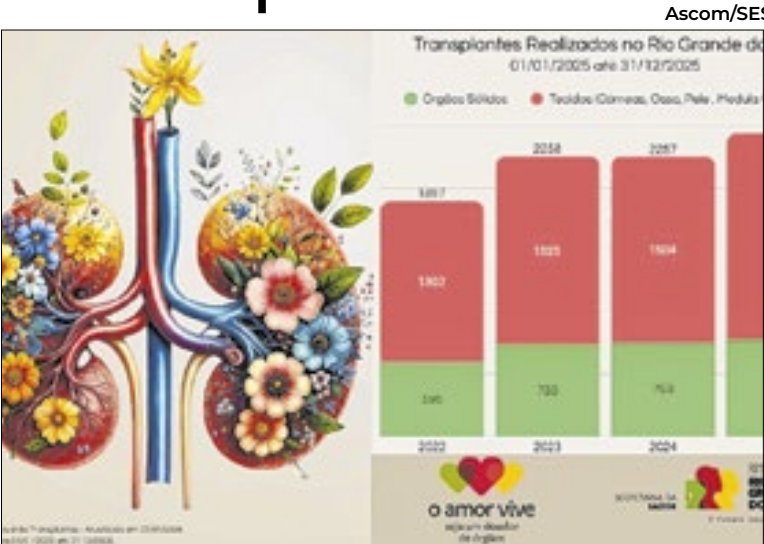


Tabela mostra o crescimento no número de transplantes

de pele, 282 de medula óssea e 95 de esclera (tecido fibroso externo que reveste o globo ocular).

Ao todo, foram 1.668 tecidos e 778 sólidos transplantados com sucesso. No ranking nacional, o Estado ocupa o terceiro posto em transplantes de rim, atrás somen-

te de São Paulo e Minas Gerais.

Além disso, os dados de captação mostram 840 notificações, resultando em 717 doadores elegíveis e 276 doadores. Entre os receptores, 60% foi do sexo masculino, e a faixa etária predominante entre os 50 e 64 anos.

Megaoperação nos shows do Verão Maior

A Secretaria da Segurança Pública do Paraná (Sesp) apresentou em reunião na tarde desta quinta-feira (8), em Matinhos, o planejamento para garantir a tranquilidade do público nos shows do Verão Maior Paraná que começam nesta sexta (9), em Matinhos e Pontal do Paraná.

Com todas as forças de segurança trabalhando de forma integrada, um efetivo de 2.500 profissionais atuará na estrutura, cobrindo todo o entorno das arenas dos eventos, com bloqueios de ruas nas proximidades e fiscalização em pontos estratégicos.

De acordo com o secretário estadual da Segurança Pública, Hudson Leôncio Teixeira, todas as ações fazem parte de uma estrutura planejada para garantir a segurança na temporada.

“Em relação aos eventos, há

um planejamento detalhado, com fracionamento do efetivo desde os acessos até a chegada ao local do show. Também haverá bloqueios estratégicos para evitar congestionamentos e garantir a segurança no deslocamento de veículos e pedestres”, explicou.

“Tudo isso foi cuidadosamente organizado pelas forças de segurança. As áreas dos eventos foram liberadas após diversas vistorias técnicas, e o ambiente é considerado seguro para receber o público”, afirmou.

Segundo ele, o público também precisa se programar. “A rede hoteleira e de pousadas está praticamente com ocupação máxima, o que faz com que muitas pessoas venham apenas para o evento e retornem no mesmo dia, especialmente de cidades como Curitiba”.

DF sedia torneio de xadrez

Competição reúne atletas de todo o país e acontecerá até segunda-feira (12)

Brasília está sediando, desde quarta-feira (7), uma etapa do circuito nacional de xadrez reconhecido pela Confederação Brasileira de Xadrez, com partidas previstas até segunda-feira (12).

A competição ocorre na Biblioteca Nacional de Brasília e integra o calendário dos Torneios Abertos do Brasil, reunindo enxadristas de diferentes regiões do país em disputas oficiais nas modalidades

Clássico, Rápido e Blitz, conforme divulgado pela Agência Brasília.

Cerca de 150 jogadores participam, entre atletas experientes e praticantes em formação.

O evento oferece premiação total de R\$ 22 mil, distribuída conforme critérios técnicos definidos pela organização. As partidas são abertas ao público e seguem regulamentos nacionais, com validade para ranking e pontuação dos competidores.

A realização conta com apoio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Secce-DF) e marca a utilização de um espaço cultural como sede da disputa. A Biblioteca recebeu mesas, relógios e tabuleiros montados especialmente para o torneio, adaptando sua estrutura para comportar rodadas simultâneas ao longo dos dias previstos no cronograma.

A etapa em Brasília faz parte de um circuito que passa por

diferentes cidades brasileiras ao longo do ano.

A escolha da capital amplia a circulação da modalidade e permite o contato entre jogadores locais e participantes de outros estados, favorecendo a troca de experiências técnicas e o fortalecimento do calendário esportivo.

As disputas seguem horários definidos pela organização e vão até o encerramento na segunda-feira (12), quando serão

conhecidos os vencedores de cada modalidade disputada.

Em entrevista divulgada pela Agência Brasília, Rodrigo Pereira, bibliotecário da Biblioteca Nacional de Brasília, comemorou a escolha do espaço. “O xadrez é uma modalidade esportiva, mas, ao mesmo tempo, envolve o raciocínio e a inteligência. Acredito que ele conversa muito bem com o que a gente propõe aqui na biblioteca”, afirmou Pereira.



Leis que incentivam o desenvolvimento, o emprego e a economia do DF.

Câmara Legislativa. O que transforma cada novo ano é o trabalho que fazemos todos os dias.

A Câmara Legislativa atua o ano inteiro criando leis que fortalecem a convivência, protegem direitos, ampliam o acesso à saúde, incentivam o desenvolvimento econômico, combatem o preconceito e ajudam a construir um futuro melhor para todos. Porque cada novo ano só melhora quando todos trabalham pelos mesmos objetivos. É isso o que a Câmara Legislativa faz todos os dias.

